

Relatório Anual
2014
Ministério Público
do Rio Grande do Sul

COORDENAÇÃO GERAL

Ana Cristina Cusin Petrucci, Promotora-Assessora, Coordenadora do Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada

Projeto Gráfico e Diagramação: Assessoria de Imagem Institucional

Rio Grande do Sul. Ministério Público.

**Relatório anual 2014 / organização: Gabinete de
Articulação e Gestão Integrada - GAGI. – Porto Alegre:
Procuradoria-Geral de Justiça, 2015.**

126 p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190

Telefone: (0XX51) 32951100 Email (geral): pgj@mprs.mp.br

Eduardo de Lima Veiga,
Procurador-Geral de Justiça.

Ivory Coelho Neto,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Daniel Sperb Rubin,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Marcelo Lemos Dornelles,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Alexandre Sikinowski Saltz,
Secretário-Geral.

Ruben Giugno Abruzzi,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Noara Bernardy Lisboa,
Subcorregedora-Geral do Ministério Público.

Sumário

Apresentação 9

O Ministério Público 11

Gestão Institucional 13

Aproximação com a Sociedade 41

Áreas de Atuação 49

Gestão Administrativa 101

Apresentação

Compete ao Procurador-Geral de Justiça, anualmente, elaborar o Relatório de Atividades do Ministério Público e comparecer à Assembleia Legislativa para dar conta do realizado e relatar eventuais necessidades da Instituição (Lei Estadual nº 7.669/82, artigo 25, incisos III e IV). É sempre um momento especial na vida institucional, pois se renova, neste instrumento, a oportunidade de reafirmar nossos compromissos com o Parlamento e com a sociedade gaúcha.

O Ministério Público, venho repetindo, é um agente político não tradicional, programado entre os três poderes, com dinâmica própria, para atender às demandas de sociedades plurais e complexas. E atuamos elegendo prioridades, orientados pelo valor fonte do Estado democrático: a dignidade da pessoa humana. É inviável construir qualquer sistema que não esteja centrado na dignidade das pessoas.

Neste sentido, creio que uma boa governança – a condução das questões de Estado de forma responsável e transparente – ajuda a concretizar e expandir, em muitas direções, a dignidade da pessoa humana. Assim alicerçados, temos avançado na consolidação de uma cultura de gestão estratégica, com o estabelecimento de focos prioritários de atuação e o trabalho por meio de projetos estratégicos, sempre centrados na gestão responsável dos nossos recursos e no impacto social das nossas ações. Contamos com o apoio do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade e, para dar um exemplo do resultado desta parceria, auferimos, por meio do Programa AGIR, que visa à melhoria da gestão dos recursos financeiros da Instituição, uma economia de cerca de R\$ 4,5 milhões, apenas no último ano.

Ainda, neste contexto, evoco nosso Mapa Social, que nasce do Mapa Estratégico, de nossa visão de “sermos reconhecidos como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais”. O mais importante é que ele está a serviço da população em geral. Propicia ao cidadão o conhecimento das potencialidades e carências do Estado e dos municípios gaúchos, de modo que possa cobrar

ações de melhoria de todos os envolvidos (inclusive do Ministério Público). E não só cobrar, também arregaçar as mangas e contribuir com o processo de melhoria. Não falamos de promoção de cidadania, de emancipação? Em última análise, o intuito é oferecer ao cidadão a oportunidade de assumir o papel de protagonista na transformação da realidade social. Trata-se de um instrumento desenvolvido para nortear a atuação dos Promotores de Justiça que, ao mesmo tempo, estimula a participação popular.

Esse projeto, que muito nos orgulha, conquistou o 1º lugar do Prêmio CNMP 2014, instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na Categoria Profissionalização da Gestão. E agora os dados estão disponíveis não somente no formato de relatórios, mas em uma aplicação dinâmica que permite ao cidadão pesquisar, explorar e comparar indicadores sociais de forma rápida e, principalmente, interativa.

Em relação à concretização de políticas públicas, priorizamos, estrategicamente, o consenso como solução de conflitos, e a via extrajudicial, sempre que possível, bem como a implementação de projetos estratégicos em áreas com considerável impacto social, como a educação e o saneamento básico. O projeto FICAI Online, por exemplo, tem por finalidade tornar mais ágil e eficaz o combate à evasão e à infrequência escolar, objetivando garantir a permanência e o aproveitamento do aluno na escola. Desde sua implementação, as ações das Escolas, Conselhos Tutelares e do MPRS já conseguiram levar de volta para as salas de aula mais de 18 mil alunos que estavam infrequentes. Em outra frente, o programa RESsanear propõe projetos e ações para sensibilizar os municípios (e cobrar, se necessário) com vistas à implementação da política nacional de saneamento básico e manejo de resíduos sólidos.

E, no que tange ao sistema penal, tenho acenado, faz tempo, para a urgência em focarmos o combate à corrupção, à sonegação, às organizações criminosas, que solapam não só a capacidade de investimento do

Poder Público, mas a própria confiança da cidadania. No intuito de prevenir e coibir a corrupção, por exemplo, fiscalizamos ativamente o uso dos recursos públicos envolvidos para sediar o evento da Copa do Mundo de 2014. Também, com o objetivo de identificar e responsabilizar sonegadores de impostos, denunciemos mais de uma centena de pessoas por prejuízos ao erário estadual, em crimes contra a ordem tributária, num montante que atinge R\$ 123 milhões. Continuamos atuando fortemente nas investigações de fraudes e adulterações na cadeia leiteira, deflagrando mais quatro etapas da operação “Leite Compençado”, além de atuar em outras três em conjunto com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Penso, finalmente, que a transparência é fator decisivo, a médio e longo prazo, para o maior ou menor sucesso de nossas empreitadas – o que significa, para mim, clareza quanto às regras do jogo, um marco normativo a ser respeitado. Neste sentido, acredito que o conjunto de dados de uma instituição pública é uma fonte de informações dotada de grande riqueza e importância, seja por sua quantidade, seja pelo seu caráter público, sendo de sua essência estar disponível a todos os cidadãos. Por isso lançamos o Portal de Dados Abertos. Cientes de nossa responsabilidade em firmar o valor transparência como pilar da democracia e da administração pública, apresentamos neste portal as informações completas sobre nossa atividade fim, disponibilizando em formato aberto dados que refletem o trabalho realizado pelos Membros e Servidores em todas as Promotorias de Justiça do Estado.

Mais que transparência, o que buscamos é accountability, que, em apertada síntese, envolve não somente a prontidão para se prestar contas, mas principalmente estar sujeito à análise, ao julgamento e, se for o caso, à responsabilização pelos atos praticados. Representa, deste modo, aquilo que se espera de uma sociedade democrática: garantir que o exercício do poder seja realizado, de fato, a serviço da res publica.

Finalizo sintetizando minhas falas dos últimos quatro anos em que tive a honra de liderar esta Instituição: nada fazemos senão pelas pessoas e por meio das pessoas. Desse modo, registro aqui o meu mais sincero agradecimento ao trabalho sempre dedicado e incansável dos Membros e Servidores do Ministério Público, grandes protagonistas dos resultados que apresentamos neste relatório. Desejo, do fundo do coração, que todos, sejam Promotores ou Procuradores de Justiça ou Servidores, permaneçam cada vez mais dignos da administração da sociedade gaúcha.

Eduardo de Lima Veiga,
Procurador-Geral de Justiça.

O Ministério Público

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1998 incumbiu defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (Procurador-Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça).

Missão

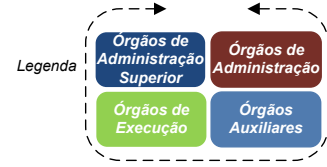
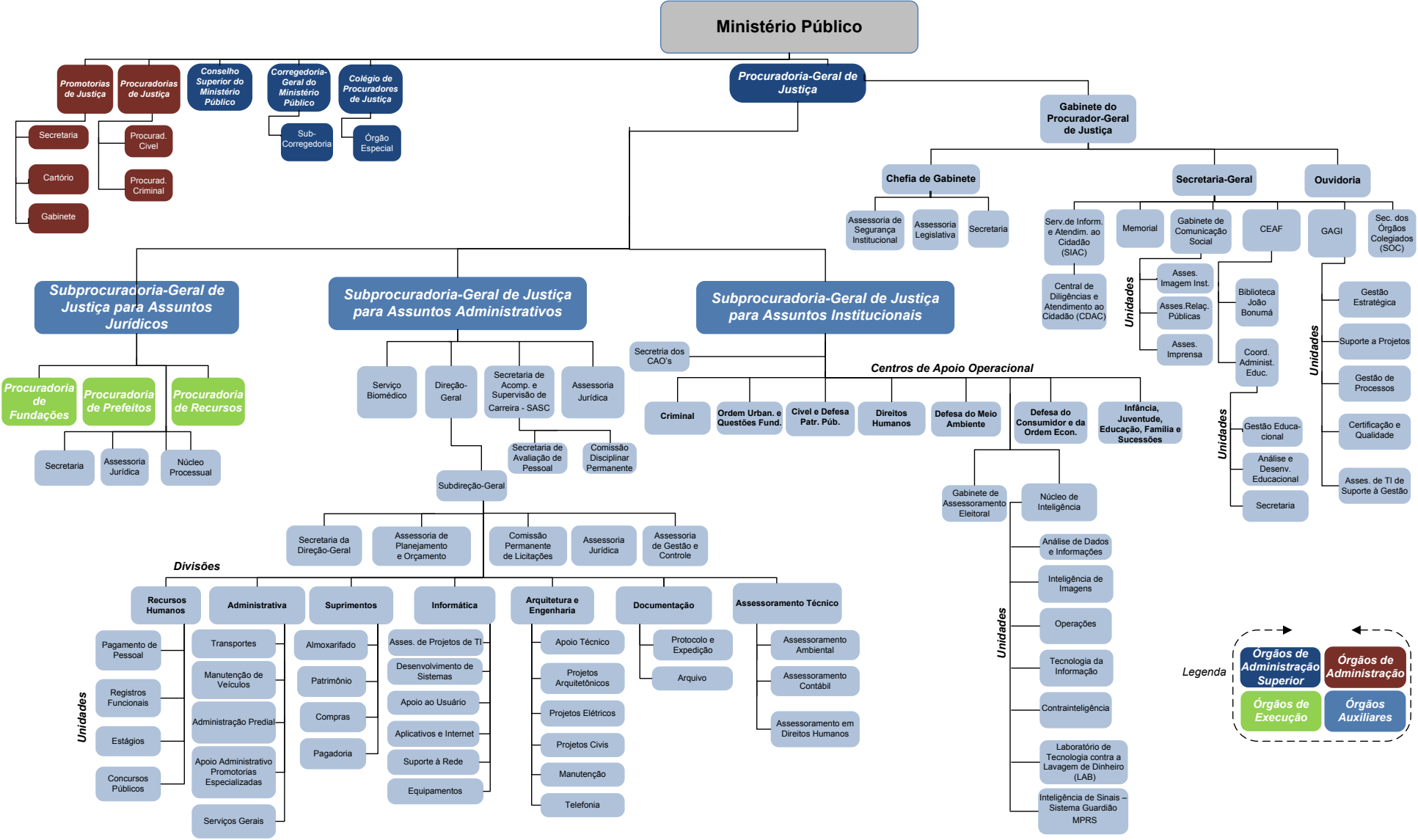
“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Visão

“Ser reconhecida como instituição efetiva na transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais”.

Valores

- ▲ Compromisso Social
- ▲ Independência
- ▲ Democracia
- ▲ Combatividade
- ▲ Efetividade
- ▲ Transparência
- ▲ Ética/Integridade



Gestão Institucional

The background of the slide is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of green. The pattern is dense and layered, creating a sense of depth and movement. The triangles are arranged in a way that they appear to be floating or overlapping, with some pointing upwards and others downwards. The overall effect is a modern, architectural look that complements the institutional theme of the text.



GEMP2022

Gestão Estratégica do
Ministério Público

A experiência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul com planejamento e gestão estratégica vem avançando e amadurecendo desde a adoção, em 2008, de um modelo de gestão estratégica baseado na metodologia do Balanced Scorecard (BSC) – o GEMP 2022. Este modelo, já consolidado no MPRS, tem permitido aos membros e servidores desfrutarem de uma visão compartilhada da Instituição, por meio da construção de uma agenda comum de trabalho estruturada a partir das prioridades estabelecidas no Mapa Estratégico e, acima de tudo, possibilita um maior controle das ações/iniciativas realizadas e dos seus resultados.

Em 2014, a gestão estratégica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul deu ênfase na renovação do Portfólio de Projetos e na consolidação e melhoria do Mapa Social, instrumentos de gestão que apoiam o MPRS na sua missão institucional.

O portfólio de projetos é gerenciado, desde 2013, através de um software de gestão estratégica e gerenciamento de projetos – Sistema Channel, que é uma ferramenta aderente à metodologia do Balanced Scorecard (BSC) e possibilita o monitoramento detalhado dos indicadores de desempenho, seus históricos e tendências, bem como a criação de um ambiente integrado para a gestão das iniciativas e projetos estratégicos da Instituição.

Além disso, para auxiliar o MPRS na modernização da sua gestão, foi celebrado em 2014 novo convênio com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) e a consultoria Falconi. Neste convênio foram estabelecidas duas novas frentes de trabalho: “Melhoria dos Processos de Trabalho” e “Gestão de Projetos Estratégicos”.

A primeira frente de trabalho tem por propósito reestruturar a Área Administrativa, aprimorando a gestão das áreas de apoio do MPRS, por meio da revisão da estrutura organizacional e de 10 (dez) macroprocessos de trabalho. Já a segunda frente visa promover o avanço no nível de maturidade em Gerenciamento de Projetos da Instituição, seja pelo aperfeiçoamento dos procedimentos do Escritório de Projetos, seja pelo auxílio na elaboração e acompanhamento de projetos em áreas estratégicas e de grande impacto social, alinhados aos objetivos do Mapa Estratégico do MPRS.

Para obtenção dos primeiros resultados desta parceria, o projeto contou com a mobilização e o engajamento de membros e servidores que têm sido decisivos para o sucesso do trabalho. Até o momento, mais de 480 pessoas foram envolvidas, contabilizando-se 660 horas de trabalho, o que resultou em 1.000 ações planejadas, 290 tarefas a serem informatizadas/automatizadas e 34 indicadores já definidos para gestão dos projetos e processos.

No ano de 2014, também houve avanços na consolidação e aperfeiçoamento do Mapa Social, ferramenta cuja finalidade é reunir um conjunto de indicadores sociais referentes às diversas temáticas de atuação do Ministério Público. Trata-se de um instrumento desenvolvido para nortear a atuação dos Promotores de Justiça nas diversas áreas de intervenção da Instituição e que, ao mesmo tempo, oferece ao cidadão a oportunidade de assumir o papel de protagonista na transformação da realidade social, uma vez que está disponível na página do MPRS para consulta de toda a sociedade.

Vale salientar que o projeto Mapa Social conquistou, no mês de outubro, o 1º lugar do Prêmio CNMP 2014 na Categoria Profissionalização da Gestão. A premiação foi instituída pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e visa reconhecer os programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram no alinhamento e na busca da concretização do Planejamento Estratégico Nacional. Concorreram ao Prêmio 655 projetos em oito categorias, sendo premiados os três primeiros lugares em cada categoria.



Folder Prêmio CNMP 2014



Troféu Prêmio CNMP 2014

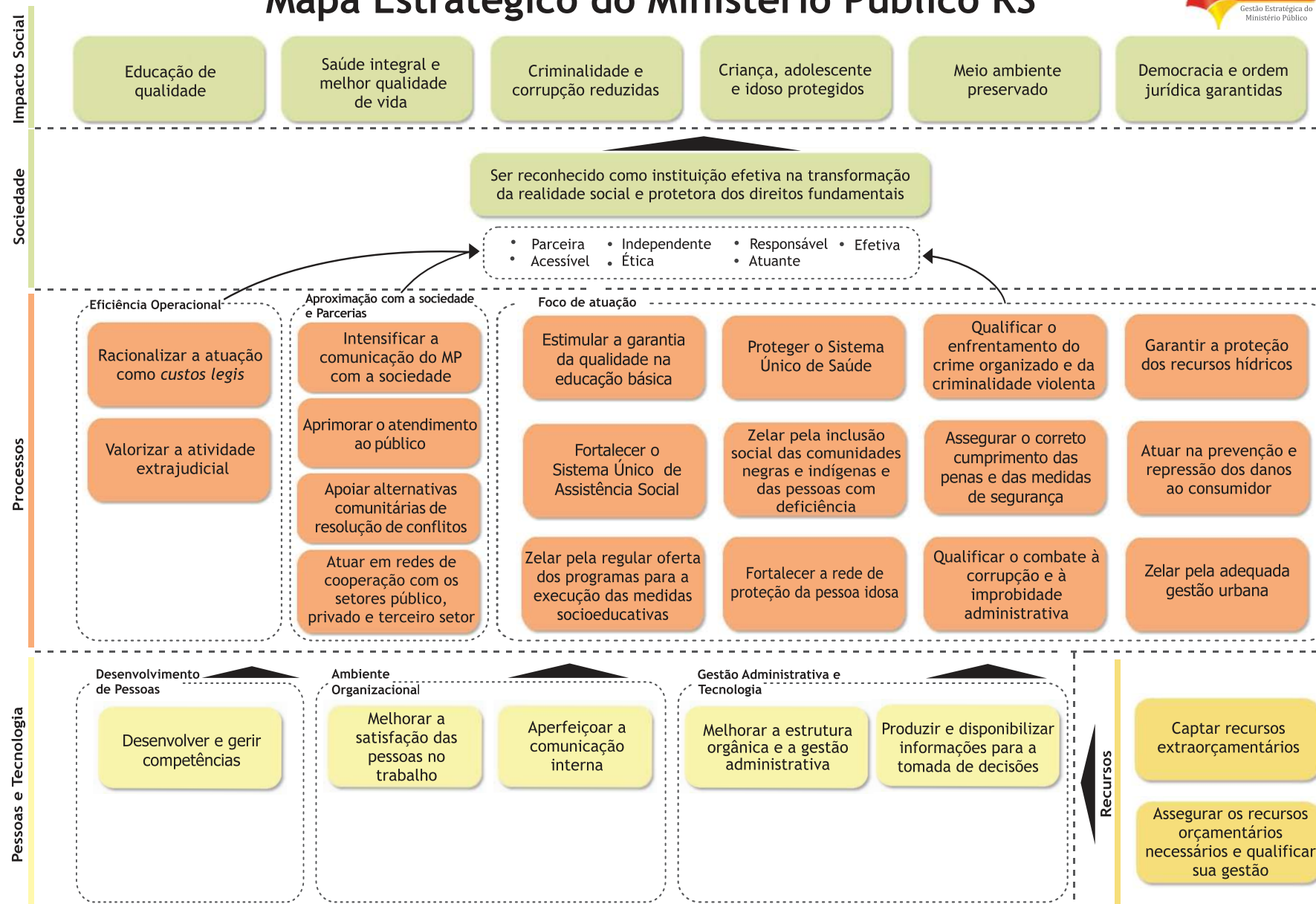
O projeto, iniciado no ano de 2013, com a disponibilização de indicadores sociais relacionados às áreas da educação e da saúde, foi incrementado em 2014 com a inclusão de indicadores da segurança pública, como Ocorrências de Crimes Violentos p/1.000 Habitantes, Ocorrências Criminais por Tipo de Delito e indicadores sobre a violência no trânsito, como Número de Acidentes Fatais e Vítimas Fatais em Acidentes de Trânsito. Também foram incluídos novos indicadores nas temáticas da educação e saúde como a taxa de distorção idade-série e o número de médicos que atendem pelo

SUS, bem como foram atualizados indicadores existentes como Investimentos, IDESE, Ideb, entre outros.

Para 2015 está prevista a inclusão de duas novas temáticas nos relatórios, Assistência Social e Saneamento, além do lançamento do Mapa Social em versão de aplicativo, o que possibilitará aos usuários pesquisar, explorar e comparar indicadores sociais de forma dinâmica e, principalmente, interativa. Tudo isto agregado aos relatórios que já estão sendo disponibilizados no link http://www.mprs.mp.br/mapa_social/busca.

Ressalta-se, ainda, que em 2014 deu-se continuidade ao programa regular de capacitação de membros e servidores no curso de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos, resultando na capacitação de 38 pessoas, o que permitiu um maior contato dos colaboradores do MPRS com a teoria e prática da gestão estratégica e de projetos e, conseqüentemente, um maior envolvimento das pessoas com o processo de condução e monitoramento da estratégia. Iniciativa semelhante foi realizada, com abordagem sumarizada, durante os cursos de ingresso de novos Promotores de Justiça e Servidores, com a finalidade de transmitir aos 228 novos colaboradores os principais conceitos que envolvem a gestão estratégica da Instituição.

Mapa Estratégico do Ministério Público RS



Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Valorizar a atividade extrajudicial	Reestruturação do Processo de Acompanhamento de TACs	Busca oferecer aos Promotores de Justiça um modelo de referência para a celebração e acompanhamento da execução dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados, com vistas a aumentar o índice de TACs cumpridos e a efetividade dos resultados alcançados. Pretende-se, em síntese, fazer uma análise detalhada da situação atual do processo de acompanhamento de TACs, identificar problemas e implementar melhorias, além de instituir um processo de gestão para avaliação sistemática dos resultados por meio do acompanhamento de indicadores.
	Reestruturação do Processo de Investigação	O projeto em análise visa reduzir o tempo de tramitação dos Inquéritos Cíveis (ICs) na Instituição, bem como garantir uma maior concentração de esforços nas investigações com maior relevância social, ou seja, com potencial de gerar resultados mais imediatos à população. Para tanto, pretende-se fazer uma análise detalhada da situação atual do processo investigatório, com a identificação dos problemas e implementação de melhorias. Além disso, será implantada uma metodologia para gestão dos processos investigatórios, com avaliação sistemática dos resultados a partir do monitoramento de indicadores previamente estabelecidos.
Intensificar a comunicação do MP com a sociedade	MP na Estrada	O projeto consiste na disponibilização de uma estrutura itinerante, por meio de um ônibus, para atendimento ao público e divulgação do MPRS junto à sociedade, com participação em feiras e eventos em todo o Estado.
Aprimorar o atendimento ao público	Reestruturação do atendimento ao público do prédio da Santana	O projeto pretende reestruturar o atendimento ao público das Promotorias de Justiça Especializadas do prédio da Santana, em Porto Alegre. O objetivo é, em última análise, oferecer uma proposta de estrutura de pessoal adequada ao atendimento e incorporar soluções sugeridas para incremento da segurança institucional.
Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor	Salve Vidas, Doe Sangue	O presente projeto-piloto, que conta com a parceria do Hemocentro do Estado do RS, tem por objetivo específico mobilizar os Membros, Servidores e Estagiários para a doação espontânea, habitual e responsável. Também pretende contribuir para a manutenção dos estoques de sangue e seus derivados no Hemocentro assegurando sua disponibilidade à população através da rede pública do Estado. Por fim, quer possibilitar o trabalho de pesquisa relacionado à captação e doação de sangue, atendendo assim um aspecto de relevância para a saúde pública em nosso Estado.

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Estimular a garantia da qualidade na educação básica	Implantação das Promotorias Regionais da Educação	O projeto propõe-se a implantar as Promotorias Regionais da Educação no âmbito do MPRS, visando a assegurar, de forma prioritária: o direito e o acesso à educação infantil; a universalização da educação para a população de 4 a 17 anos, até 2016 (Emenda Constitucional nº 59, art. 6º); a redução dos níveis de evasão e reprovação escolar, especialmente nos ensinos fundamental e médio, através da implementação da FICAI em todos os municípios do Estado; e a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.
	Educação Infantil	O projeto tem por finalidade elevar a oferta de vagas na educação infantil no Estado do Rio Grande do Sul, sendo realizado em parceria entre o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, as Promotorias Regionais de Educação, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).
	FICAI <i>online</i>	O projeto busca informatizar a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), permitindo maior agilidade para o resgate do estudante evadido, bem como traçar políticas públicas na área da educação. O processo de informatização da FICAI foi lançado, como Projeto-Piloto, em Rio Pardo e na 10ª Microrregião do Conselho Tutelar de Porto Alegre, estendendo-se, posteriormente, a todo o Estado. O projeto prevê ainda: a) elaboração de 20 mil cartilhas da FICAI, que serão entregues em toda rede municipal e estadual do Estado; b) produção de aproximadamente 150 mil Estatutos da Criança e do Adolescente para distribuir em todas as escolas estaduais e municipais do Rio Grande do Sul.
Proteger o Sistema Único de Saúde	Medicamento ao alcance de todos	O projeto busca auxiliar na agilização dos fluxos da assistência farmacêutica no Estado do Rio Grande do Sul, criando redes municipais e estaduais, bem como na padronização de procedimentos para uma melhora na dispensação dos medicamentos, diminuindo, por conseguinte, a judicialização.
	Atenção Básica em Saúde	O projeto busca fortalecer a Atenção Básica à Saúde, contribuir para a implantação da Estratégia da Saúde da Família em todos os municípios gaúchos e fomentar a ampliação da cobertura das ESF em municípios com menos de 50% de cobertura.

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência	Vaga Especial para Estacionar: Eu respeito!	O projeto objetiva orientar a população acerca da utilização consciente e cidadã dos espaços prioritários destinados às pessoas com deficiência, aos idosos e gestantes com mobilidade reduzida e às pessoas com dificuldade de locomoção, permanente ou temporária nos estacionamentos privados de Porto Alegre. A Campanha “Vagas Especiais para Estacionar: Eu respeito!” é uma realização do Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, do Município de Porto Alegre, por meio da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão Social, do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, do Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Empresa Pública de Transporte e Circulação.
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta	LAB Anti-Cartéis	Trata-se de projeto cujo objetivo é implantar, por meio de convênio com o Ministério da Justiça, o “Laboratório de Tecnologia destinado ao Combate aos Cartéis”. Nesse sentido, busca reunir os equipamentos e softwares necessários ao atendimento das demandas relacionadas à repressão dos delitos atinentes à formação de cartéis. O projeto segue o modelo desenvolvido pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) e inclui a capacitação de servidores do MPRS, a transferência de tecnologia e metodologia e a verificação de seu uso e adaptação ao Plano de Trabalho aprovado, sendo respeitados os objetivos, as normas e as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e da SDE.
	Drogas: Articulando Redes	A partir de um diagnóstico da Confederação Nacional dos Municípios que demonstra um aumento significativo de uso e abuso de drogas na região da fronteira-oeste, o Ministério Público, Assembleia Legislativa e o Instituto Crack Nem Pensar entenderam necessário elaborar um projeto que possibilitasse a articulação interinstitucional dos envolvidos no tema.

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Assegurar o correto cumprimento das penas e das medidas de segurança	APAC	Através do projeto pretende-se viabilizar a instalação de uma unidade piloto do “Método APAC de Execução Criminal” (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) no RS. O projeto conta com a parceria da Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Canoas e sociedade civil.
	Fiscalização Regional das Casas Prisionais	Trata-se de projeto que pretende estabelecer um modelo para a criação de promotorias regionais de controle e execução criminal. O objetivo é aprimorar a atuação do Ministério Público na fiscalização das casas prisionais, a partir de um trabalho sistemático de acompanhamento da rotina dos estabelecimentos e de tudo que envolve a vida carcerária.
Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa	O que você tem a ver com a corrupção?	Pretende-se, a partir deste programa, tratar o problema da corrupção sob o enfoque preventivo. Para tanto, busca marcar a retomada da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.
Zelar pela adequada gestão urbana	PPCI	O projeto Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) nasce a partir da constatação de necessidade de orientação para atuação ministerial na fiscalização dos APPCIs, em face de intensificação expressiva da demanda ministerial na área e da alteração da legislação pertinente, o Ministério Público elaborou projeto para estabelecer diretrizes para intensificar e aprimorar a atuação do MP na fiscalização dos APPCIs.
Garantir a proteção dos recursos hídricos	RESsanear	O programa tem por finalidade o desenvolvimento de projetos e ações visando à implementação, em cada município, de um “Plano Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico”, conforme previsto pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Compreende quatro temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Atualmente o programa trabalha em seis frentes: acompanhamento da implantação dos Planos criados; fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico; logística reversa – lâmpadas; logística reversa – eletroeletrônicos; logística reversa – sacolas plásticas; e res-sensibilização junto aos municípios que ainda não elaboraram os Planos.

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Garantir a proteção dos recursos hídricos	GEO MP	A atuação da Promotoria Regional da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos evidencia que grande parte dos fatos que chegam ao conhecimento do Ministério Público tem relação com o funcionamento e operação de curtumes. Por conta disso, aproveitando o Termo de Compromisso já firmado entre o MPRS e a Universidade Federal de Santa Maria, surge a oportunidade de georreferenciar todos os empreendimentos do ramo em questão, inventariando não apenas a sua localização, mas também algumas condições de operação. Deste modo, colaborará sensivelmente para priorizar ações de prevenção e minimizar eventuais consequências de danos decorrentes das atividades na medida em que possibilitará, em tese, a identificação da fonte geradora com maior brevidade. Assim, será possível a identificação dos empreendimentos localizados na Bacia do Rio dos Sinos com vistas a possibilitar uma rápida intervenção em situações de dano.
	Licenciamento Ambiental	A Lei Complementar 140/2011 definiu as competências para o licenciamento ambiental e para a fiscalização da atividade firmando a responsabilidades dos municípios no processo. Por conta disso, foi aplicado um questionário aos 496 municípios do Rio Grande do Sul, elaborado pelo MPRS e pelo TCE/RS, buscando informações sobre o tema. O questionário foi respondido por 480 municípios entre setembro de 2012 e janeiro de 2013. Os resultados mostram a necessidade da qualificação e capacitação das estruturas. Por meio do projeto pretende-se qualificar o licenciamento ambiental realizado pelos municípios no Estado do Rio Grande do Sul, colaborando na definição das equipes técnicas necessárias ou na formulação de convênios/consórcios para a eficiente prestação de serviço público.
	Promotorias Regionais Ambientais	O projeto estratégico de atuação das Redes Ambientais pautada em unidades hidrográficas de gestão é uma forma moderna de proteger o meio ambiente, em que a resolução dos problemas ambientais são discutidos não apenas por determinada comunidade, mas por toda a bacia hidrográfica. O projeto baseia-se na divisão em Unidades Hidrográficas de Gestão de Recursos Hídricos utilizada pelo Executivo Estadual, com seus respectivos Comitês por Bacia Hidrográfica, para que não haja desnecessário conflito de análise dos problemas ambientais.

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor	Agrotóxicos – Rastreabilidade	Pretende-se com o projeto orientar a atuação das Promotorias de Justiça por meio de Compromissos de Ajustamento de forma a assegurar: a) a disponibilização, pelas centrais de abastecimento, redes de mercados e supermercados, do cadastro dos fornecedores de hortifrutigranjeiros (com informações sobre a origem e o produtor); b) garantir ao consumidor a informação quanto à origem do produto, ostentando placa junto ao alimento comercializado (Nota Técnica nº 01/2005 da Secretaria da Saúde; RDC nº 259-2002 da ANVISA; IN nº 9-2002 da ANVISA) e orientando os estabelecimentos quanto à possibilidade de colocação de selo de garantia da origem (a exemplo das iniciativas adotadas por grandes redes supermercadistas como o Carrefour, Big e Pão de Açúcar); e, c) a realização de curso de boas práticas agrícolas pelos fornecedores dos estabelecimentos. Além disso, pretende apoiar a implementação do receituário agrônomo informatizado.
	PROCON Municipal	Trata-se de projeto que busca fomentar a criação do Programa Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON) nos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul. O intuito é oferecer ao cidadão um instrumento mais próximo para auxiliar na prevenção e repressão aos abusos dos direitos do consumidor.
	Promotoria de Justiça do Torcedor	O projeto-piloto da Promotoria Especializada do Torcedor, criado pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais, visa centralizar, em apenas um setor, as atribuições do Ministério Público relativas ao Estatuto de Defesa do Torcedor no Município de Porto Alegre. Dentre essas atribuições, destacam-se a prevenção e combate da violência nas praças esportivas, atuação no Juizado Especial Criminal dos estádios, defesa dos direitos do torcedor, exame dos laudos técnicos relativos à segurança dos estádios e representação ministerial nas comissões e câmaras temáticas de preparação à Copa do Mundo de 2014.
	Segurança Alimentar	O programa “Segurança Alimentar” engloba três projetos: criação de um banco de dados de fornecedores infratores; realização de uma campanha publicitária de esclarecimento do tema e organização de um seminário para discussões sobre o assunto.
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho	Projeto de Integração Regionalizada - PIR	O projeto busca promover um ambiente de integração e descontração, dentro do contexto do trabalho. Além de aproximar a Administração Superior das Promotorias de Justiça do Interior do Estado, a confraternização é marcada por apresentações artísticas e competições esportivas que reúnem membros, servidores, estagiários e terceirizados do MP. A partir deste ambiente informal e descontraído, criado por meio do evento, abre-se espaço para a aproximação e integração das pessoas que trabalham na Instituição, com reflexos positivos na melhoria do ambiente de trabalho.

Objetivo	Programa/Projeto	Descrição
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa	Reestruturação Organizacional de Processos – ROP	O objetivo do projeto é o aprimoramento da gestão das áreas de apoio do MPRS, por meio da revisão da estrutura organizacional da Direção-Geral e da reestruturação de 10 processos de trabalho. Busca-se aumentar a satisfação das áreas internas do MPRS através da redução do tempo de entrega e do aumento da qualidade dos serviços prestados, e também a redução do retrabalho, dos pontos de risco e do tempo de execução das atividades, com a automação de algumas tarefas e supressão de outras que não agregam valor. Os resultados esperados são: maior transparência e previsibilidade dos tempos de atendimento; mais eficiência dos processos de trabalho e segurança na sua execução, além da gestão e disseminação do conhecimento.
Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões	Sistema de Informações Gerenciais - BI	O projeto consiste na estruturação e disponibilização das informações constantes tanto nos bancos de dados do MP, como em fontes externas, por meio de ferramenta de BI (Business Intelligence) adquirida pela Instituição, permitindo maior agilidade no fornecimento de informações úteis à tomada de decisão.
	SIM - Módulo Extrajudicial Administrativo	O projeto prevê o desenvolvimento do módulo extrajudicial e administrativo do novo sistema informatizado da Instituição e implementação do procedimento investigatório eletrônico, incluindo alterações de fluxo de trabalho, alterações normativas, implementação das tabelas unificadas do Ministério Público, análise da infraestrutura necessária e capacitação de membros, servidores e estagiários.
	Implantação do Apache SOLR na indexação dos documentos dos Sistemas Corporativos do MP	O projeto prevê o desenvolvimento e implantação de solução de pesquisa utilizando o software Livre Apache SOLR com a finalidade de melhorar a qualidade da pesquisa documental no MPRS, permitindo a pesquisa através de filtros interativos, por campos dos sistemas corporativos e a exportação de dados em formato aberto.
Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão	GMD - Geração Matricial de Despesas	Visa auxiliar o MPRS a modernizar sua gestão administrativa e serviços prestados, possibilitando a geração de recursos financeiros para viabilizar investimentos, através da implementação de métodos gerenciais focados na otimização das despesas correntes. Através da análise detalhada das rubricas de despesas são estabelecidas metas as quais são desdobradas por toda a estrutura da Instituição. A partir daí são elaborados planos de ação para o alcance das metas e acompanhada sua implementação.

Dados Estatísticos da Atuação

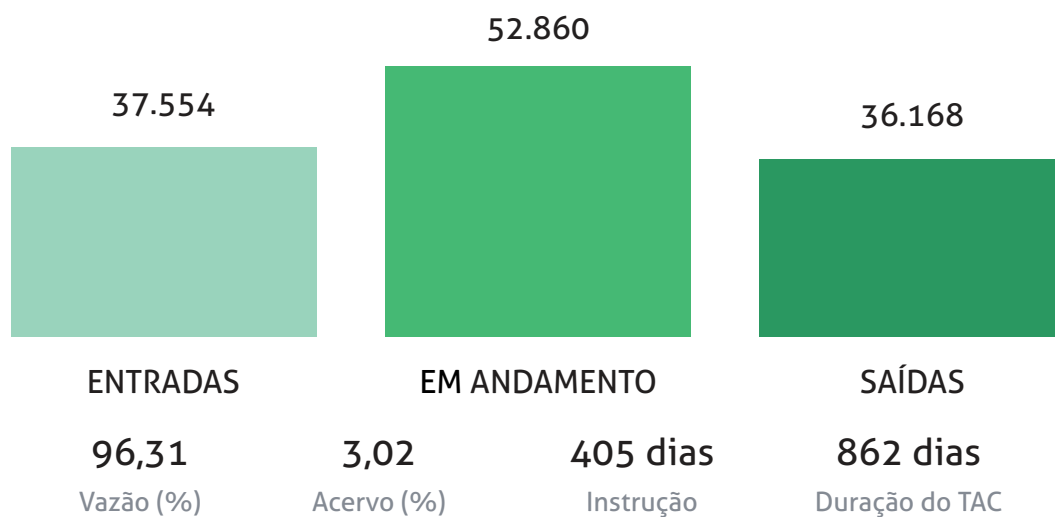
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Atuação Extrajudicial

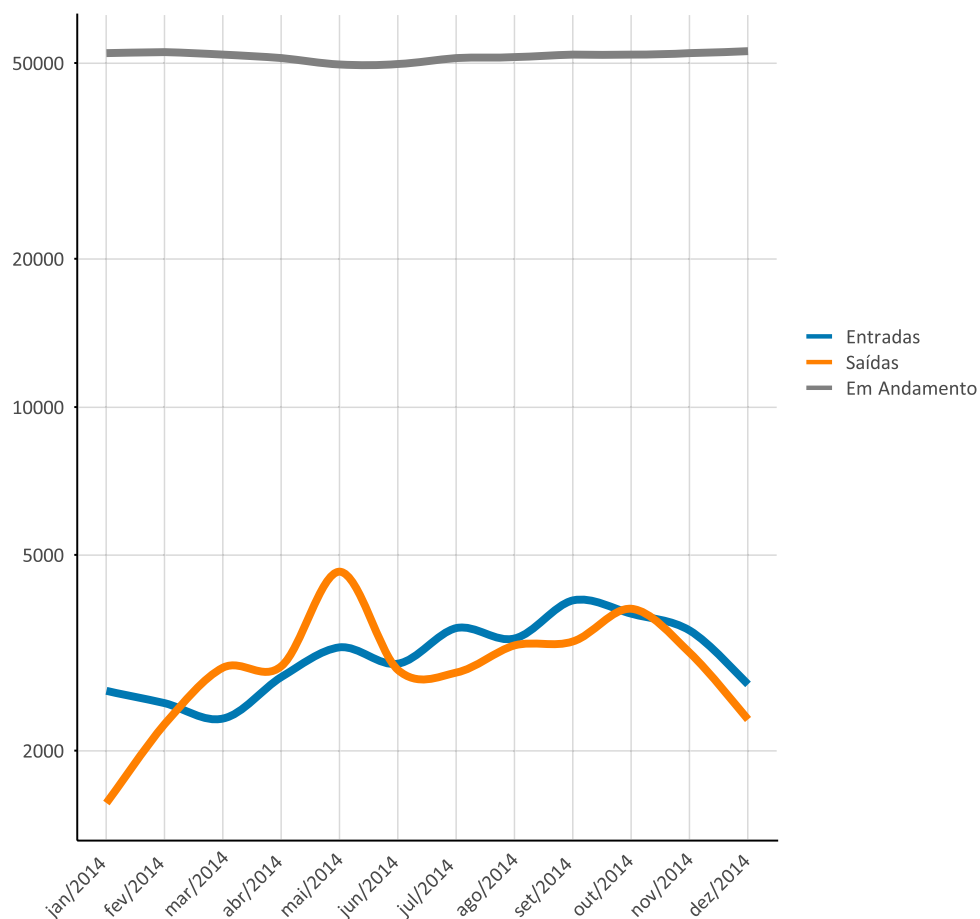
Expedientes Investigatórios

Inquérito Civil (IC), Procedimento Investigatório Criminal (PC), Procedimento Preparatório (PI), Sindicância (SD) e Outros Procedimentos Investigatórios (PA).

▲ Movimentação 2014

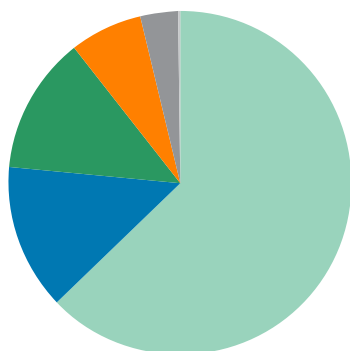


Δ Evolução



Mês/Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
Jan/2014	2.468	1.566	52.420
Fev/2014	2.497	2.266	52.616
Mar/2014	2.325	2.954	52.010
Abr/2014	2.826	2.970	51.128
Mai/2014	3.245	4.623	49.661
Jun/2014	3.004	2.920	49.765
Jul/2014	3.550	2.883	51.159
Ago/2014	3.382	3.279	51.363
Set/2014	4.040	3.340	52.057
Out/2014	3.795	3.887	52.071
Nov/2014	3.514	3.166	52.397
Dez/2014	2.728	2.314	52.860

▲ Detalhamento das Saídas



Tipo Saída

Arquivamento Administrativo	22.727
Arquivamento CSMP sem TAC	4.937
Ajuizamento	4.666
Arquivamento CSMP com TAC	2.499
Encaminhamento Externo	1.265
Arquivamento Administrativo com TAC	74

▲ Instauração de Expedientes

Item	2014
Inquéritos Cíveis (IC)	8.288
Outros Procedimentos Investigatórios (PA)	24.481
Procedimentos Preparatórios (PI)	838
Procedimentos Investigatórios Criminais (PC)	570
Sindicâncias (SD)	67

▲ Expedientes Investigatórios por Área de Atuação*

Infância e Juventude	15.150
Direitos Humanos	4.008
Criminal	3.543
Meio Ambiente	3.296
Ordem Urbanística	2.621
Outros Cíveis	2.210
Consumidor	1.985
Patrimônio Público	1.500
Eleitoral	411

*O somatório de expedientes investigatórios por área não é igual aos instaurados, pois um expediente pode ser classificado em mais de uma área e/ou matéria.

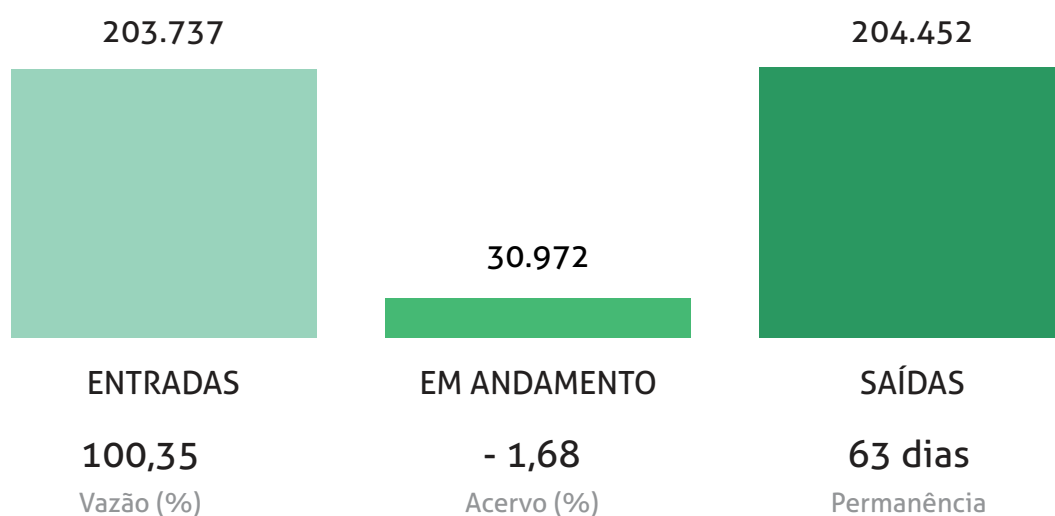
▲ Acordos, Recomendações e Ajuizamentos

Item	2014
Ações Ajuizadas	4.949
Compromissos de Ajustamento Firmados	2.774
Recomendações Expedidas	645

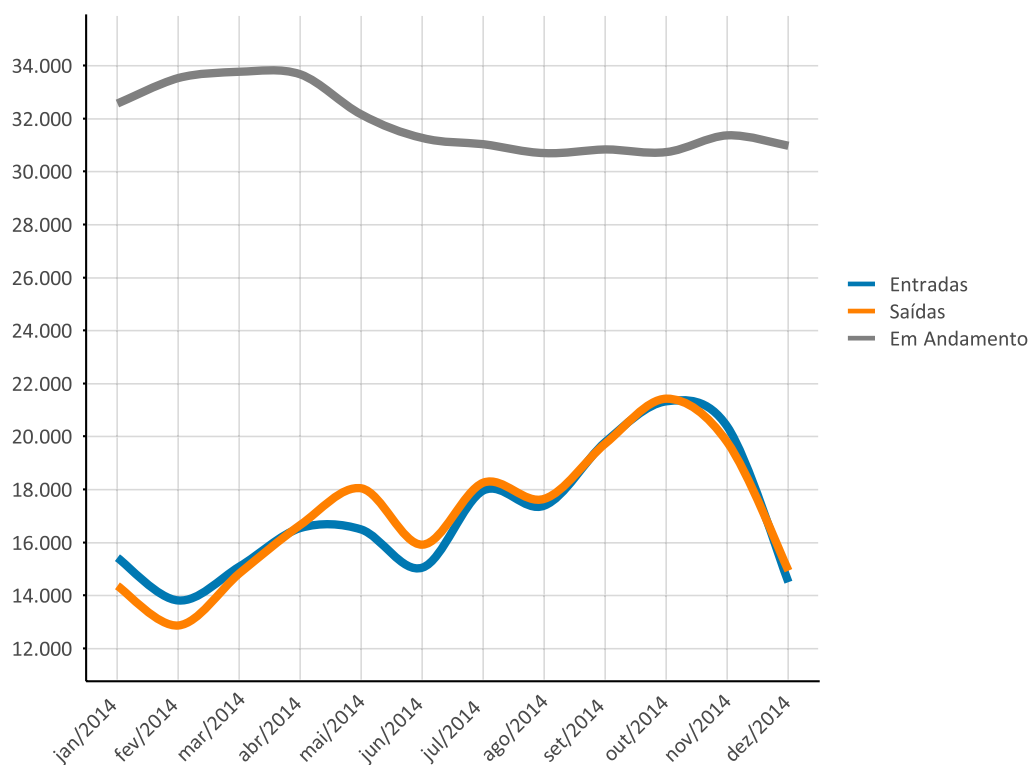
Notícias de Fato

Atendimento (AT), Notícia (NT) e Recebimento Diverso (RD).

▲ Movimentação 2014

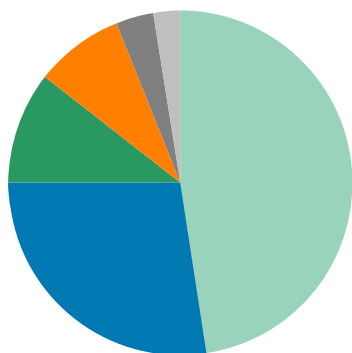


Δ Evolução



Mês/Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
Jan/2014	15.414	14.367	32.572
Fev/2014	13.816	12.860	33.528
Mar/2014	15.092	14.838	33.766
Abr/2014	16.548	16.661	33.677
Mai/2014	16.483	18.032	32.149
Jun/2014	15.049	15.924	31.272
Jul/2014	17.955	18.253	31.035
Ago/2014	17.392	17.652	30.703
Set/2014	19.795	19.729	30.833
Out/2014	21.333	21.431	30.741
Nov/2014	20.360	19.765	31.360
Dez/2014	14.500	14.940	30.972

▲ Detalhamento das Saídas



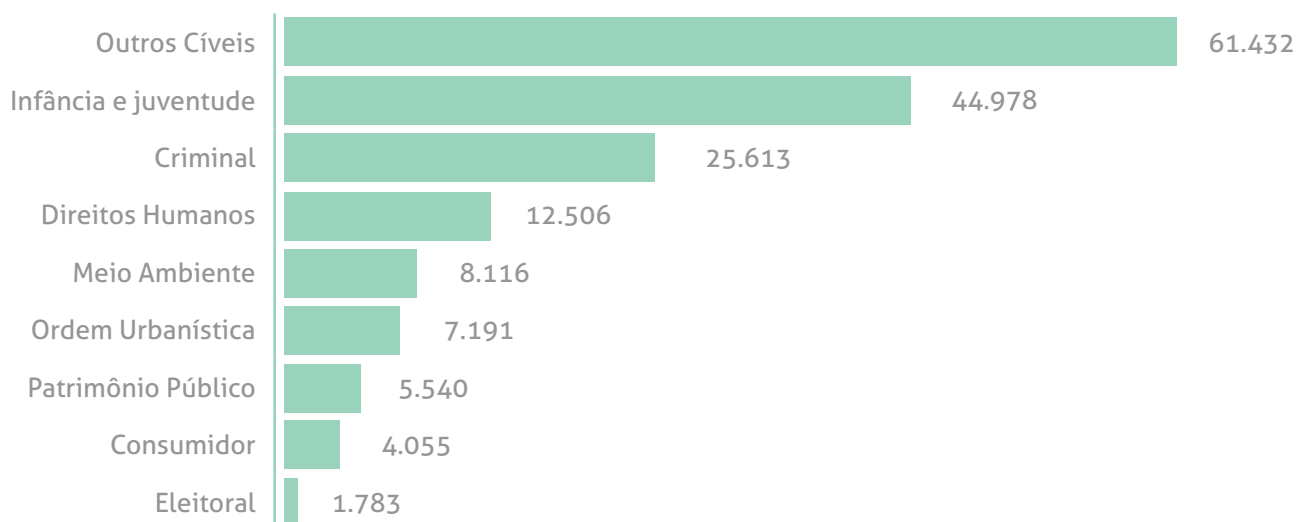
Tipo Saída

Arquivamento Administrativo	97.261
Encaminhamento Externo	56.221
Instauração de EI	21.416
Outros	17.181
Encaminhamento de Pessoa Órgão Externo	7.207
Ajuizamento	5.166

▲ Cadastramento de Notícias de Fato

Item	2014
Atendimento (AT)	77.182
Notícia (NT)	907
Recebimentos Diversos (RD)	124.033

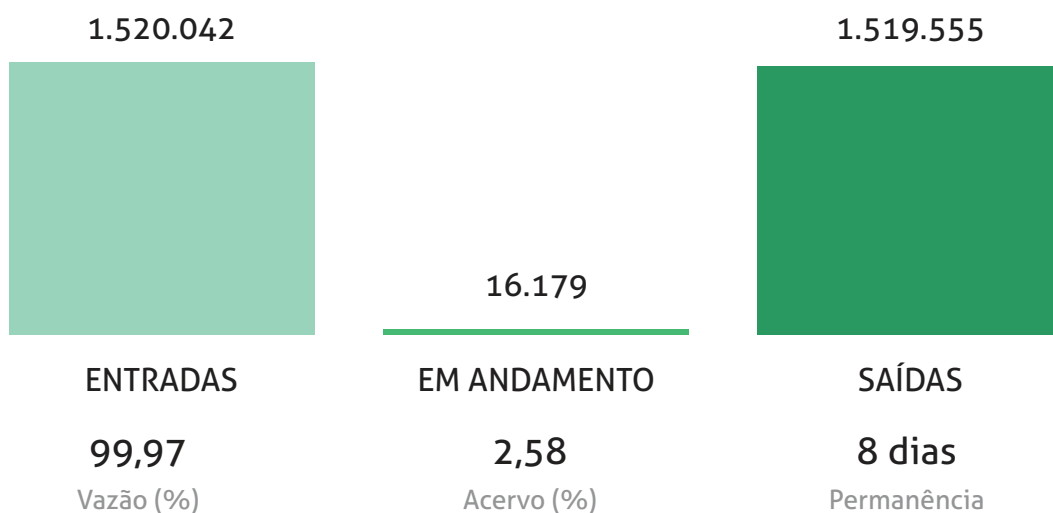
▲ Notícias de Fato por Área de Atuação



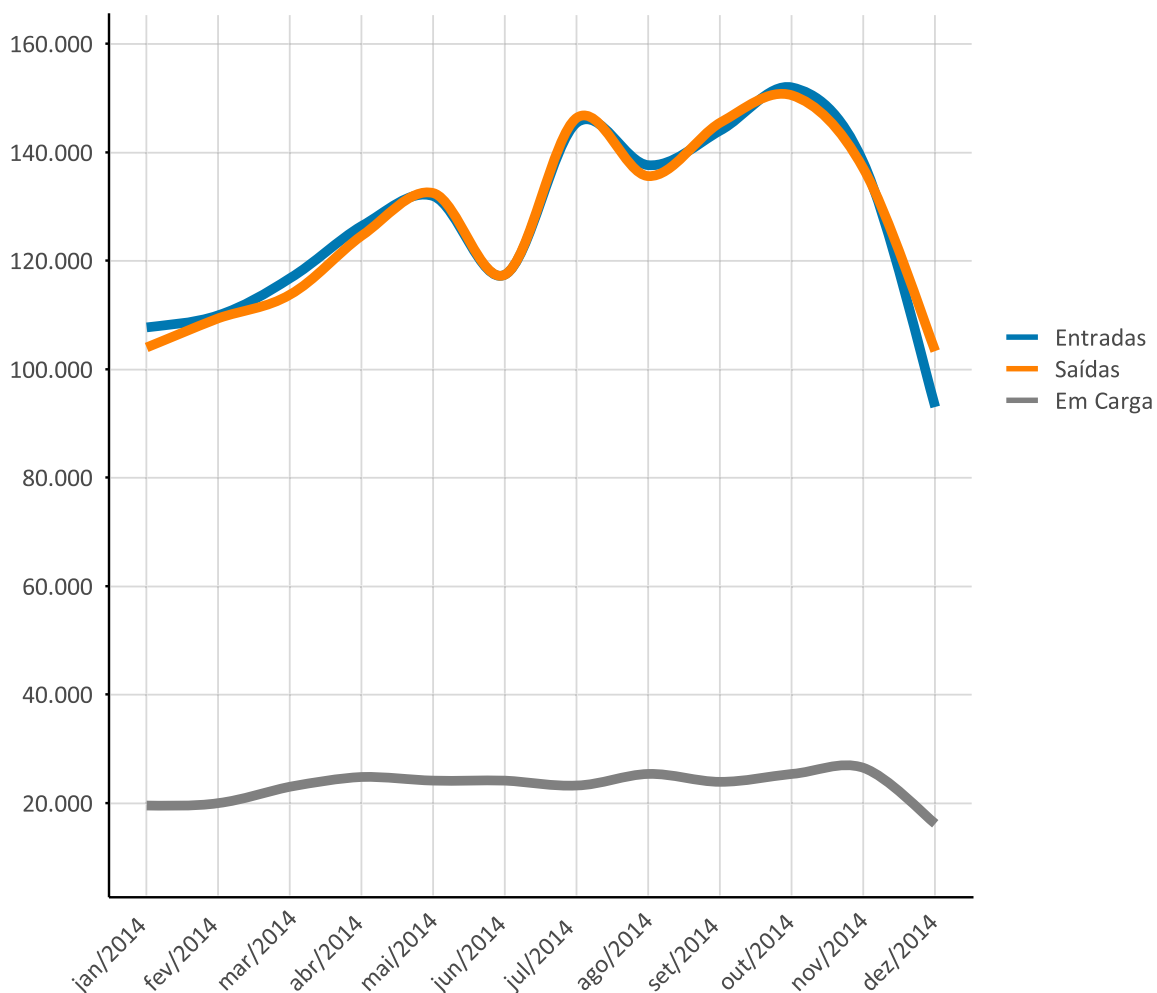
Atuação Judicial

Processos Judiciais

▲ Movimentação 2014

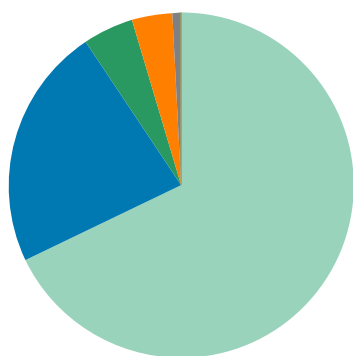


▲ Evolução



Mês/Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
Jan/2014	107.647	103.954	19.480
Fev/2014	109.904	109.373	19.996
Mar/2014	116.745	113.729	22.993
Abr/2014	126.379	124.568	24.803
Mai/2014	131.875	132.464	24.154
Jun/2014	117.425	117.410	24.159
Jul/2014	145.424	146.382	23.232
Ago/2014	137.637	135.535	25.287
Set/2014	144.019	145.403	23.883
Out/2014	151.929	150.461	25.349
Nov/2014	138.069	136.946	26.463
Dez/2014	92.989	103.330	16.179

▲ Detalhamento das Saídas



Tipo Saída

	Baixa com Manifestação	1.031.968
	Baixa com Intimação	345.400
	Baixa sem Manifestação	71.659
	Baixa com Declinação de Intervenção	58.155
	Baixa com Ciência da Decisão	11.611
	Baixa com Declinação de Competência	733
	Baixa com Declinação de Atribuição	29

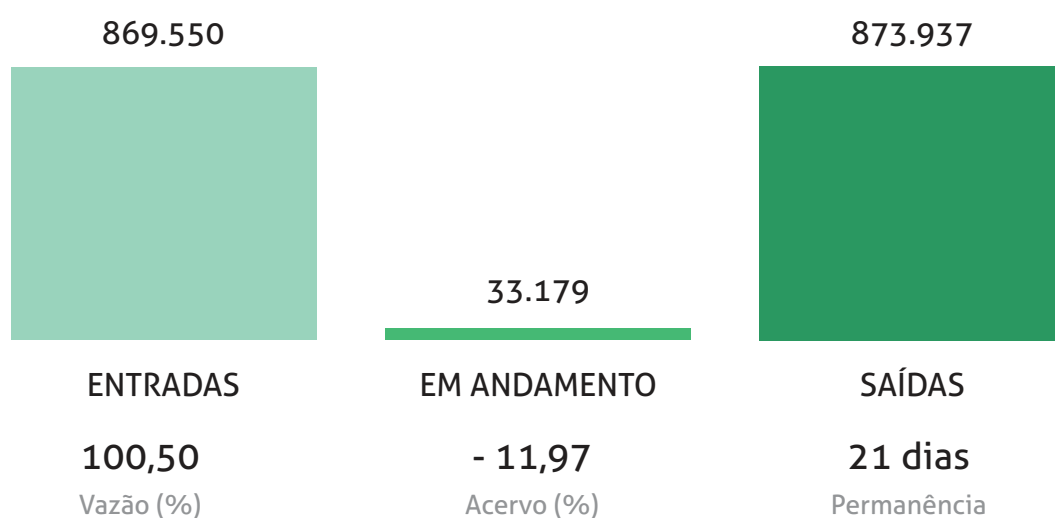
▲ Processos Judiciais Recebidos

Item	2014
Processo Judicial (PJ)	463.943

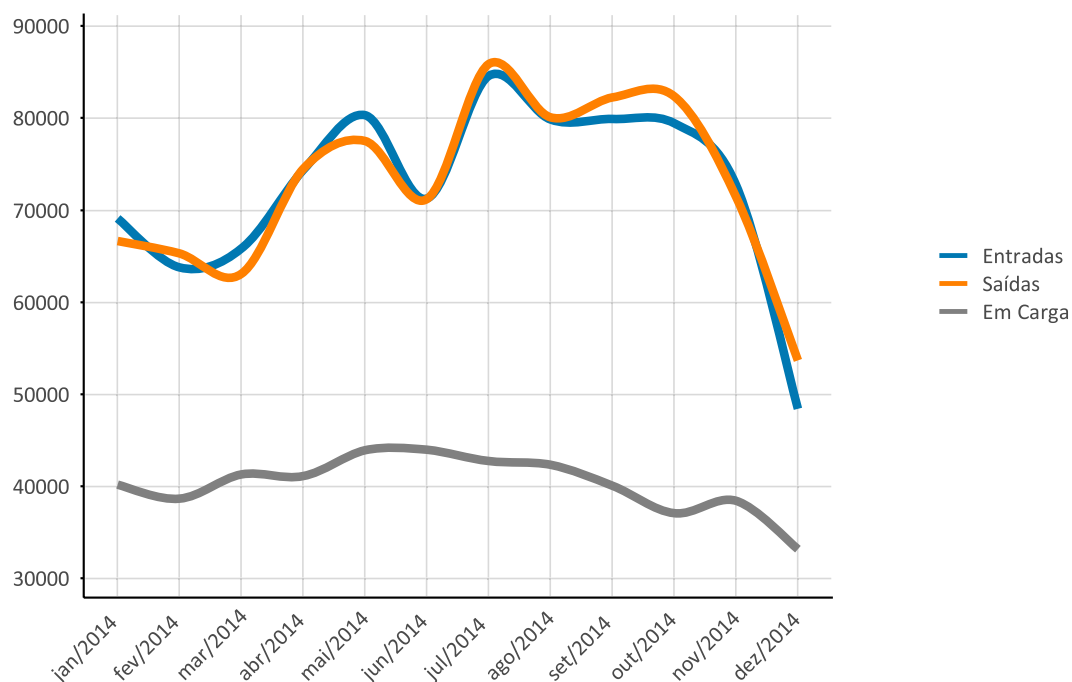
Procedimentos Policiais

Inquérito Policial (IP), Termo Circunstanciado (TC), Auto de Prisão em Flagrante (PF), Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BC), Relatório de Investigação (RI), Mandado de Busca e Apreensão (MB), Pedido de Prisão Cautelar (PP), Outros Procedimentos Policiais (OP).

▲ Movimentação 2014



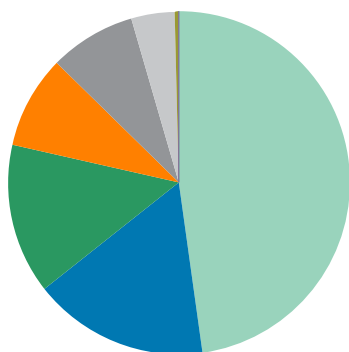
▲ Evolução



Mês/Ano	Entradas	Saídas	Em Andamento
Jan/2014	69.079	66.640	40.137
Fev/2014	63.784	65.291	38.625
Mar/2014	65.810	63.105	41.259
Abr/2014	74.364	74.481	41.103
Mai/2014	80.310	77.500	43.906
Jun/2014	71.285	71.220	43.957
Jul/2014	84.592	85.862	42.729
Ago/2014	79.849	80.092	42.330
Set/2014	79.933	82.267	40.053
Out/2014	79.427	82.374	37.057
Nov/2014	72.718	71.428	38.383
Dez/2014	48.399	53.677	33.179

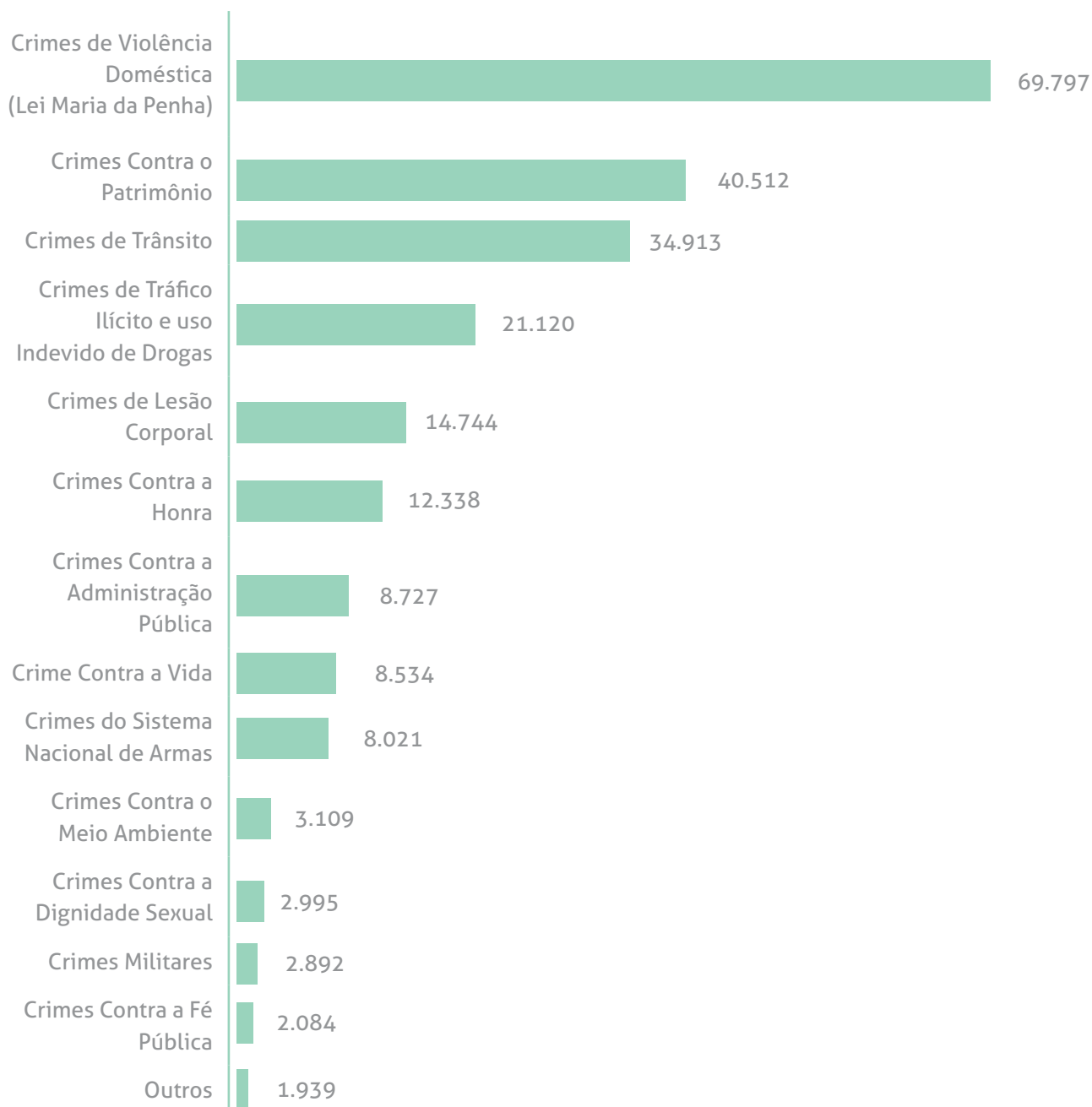
▲ Detalhamento das Saídas

Tipo Saída



	Baixa com Manifestação	418.057
	Baixa com Arquivamento	144.625
	Baixa com Intimação	124.129
	Baixa com Denúncia	76.571
	Baixa para Diligência	70.969
	Baixa sem Manifestação	35.850
	Baixa com Declinação de Competência	3.611
	Baixa com Declinação de Atribuição	89
	Baixa com Declinação de Intervenção	36

▲ Procedimentos Policiais por Tipo de Crime



▲ Procedimentos Policiais Recebidos

Item	2014
Inquérito Policial (IP)	162.787
Termo Circunstanciado (TC)	195.145
Auto de Prisão em Flagrante (PF)	22.804
Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BC)	15.404
Relatório de Investigação (RI)	11.268
Mandado de Busca e Apreensão (MB)	8.032
Pedido de Prisão Cautelar (PP)	2.830
Outros Procedimentos Policiais (OP)	48.249

▲ Denúncias Oferecidas, Arquivamentos e Diligências Solicitadas

Item	2014
Denúncias Oferecidas	77.862
Promoções de Arquivamento	147.467
Diligências Solicitadas	109.185

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Movimentação Processual

▲ Procuradoria de Justiça Cível

Item	2014
Saldo Ano Anterior	539
Recebidos no Período	93.739
Devolvidos com Parecer	88.304
Devolvidos sem Parecer	5.355
Saldo Final	619
Sessões Realizadas	601

▲ Procuradoria de Justiça Criminal

Item	2014
Saldo Ano Anterior	586
Recebidos no Período	51.146
Devolvidos com Parecer	50.063
Devolvidos sem Parecer	1.484
Saldo Final	185
Sessões Realizadas	233

▲ Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal Militar do Estado (Cíveis e Criminais)

Item	2014
Saldo Ano Anterior	57
Recebidos no Período	339
Devolvidos com Parecer	382
Devolvidos sem Parecer	11
Saldo Final	03
Sessões Realizadas	45

Procuradoria de Prefeitos

Item	2014
Feitos Novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	83
Feitos Novos (RD, PC, PI, PA)	338
Denúncias Oferecidas perante a 4. ^a CC – TJE	20
Arquivamentos – TJE	187
Pareceres com Declinação de Atribuição às Comarcas	13
Condenações	2
Absoluções a Pedido do Ministério Público	4
Absoluções	4
Afastamento do Cargo	0
Transação Penal – Lei n. 9099/95	5
Audiências de Instrução no Interior (Criminal)	49
Audiências de Instrução em POA (Criminal)	37
Sessões de Julgamento - 4. ^a CC	30
Procedimentos Investigatórios em Instrução em 31/12/2014	239
Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Representações em 31/12/2014	38

Procuradoria de Fundações

Item	2014
Fundações Instituídas	02
Pedidos de Instituição Indeferidos	02
Fundações Extintas	04
Fundações Privadas Cadastradas - Capital	124
Fundações Privadas Cadastradas - Interior	205
Atestados de Pleno e Regular Funcionamento	46
Portarias Relativas a Prestações de Contas	306
Portarias de Alteração de Estatuto, Aprovação e Extinção	32

Procuradoria de Recursos

▲ Movimentação Processual

Item	2014
Processos Recebidos ¹	11.955
Medidas Judiciais Protocoladas	8.015
Processos com Inviabilidade Recursal	662
Processos com Outras Providências ²	4.712

¹ Um processo pode gerar mais de uma medida judicial protocolizada.

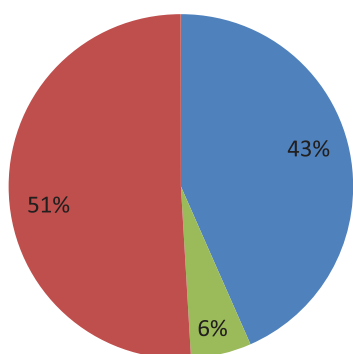
² Intimações, Manifestações pela Não Intervenção e Finalizações Manuais.

▲ Tipos de Recursos Interpostos

Tipo de Recurso	Crime	Cível	Total
Recurso Extraordinário	466	37	503
Recurso Especial	1.202	70	1.272
Contrarrazão em Recursos	2.362	434	2.796
Agravo de Instrumento	330	99	429
Agravo Interno	01	47	48
Agravo Regimental	124	08	132
Contrarrazão em Agravo de Instrumento	1.204	240	1.444
Embargo de Declaração	709	46	755
Contrarrazão em Embargo de Declaração	04	06	10
Embargos Infringentes	01	15	16
Medida Cautelar	135	11	146
Reclamação STJ/STF	34	06	40
Suspensão de Segurança	05	00	05
Mandado de Segurança	08	00	08
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	05	00	05
Outras Petições	351	82	433

▲ Provimento dos Recursos junto aos Tribunais Superiores

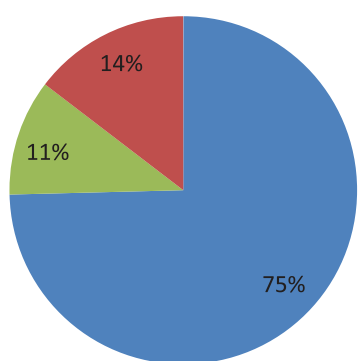
Recursos - STF



- PROVIDOS
- PARCIALMENTE PROVIDOS
- NÃO PROVIDOS

Recursos junto ao STF	
Providos	23
Parcialmente Providos	03
Não Providos	27
TOTAL	53

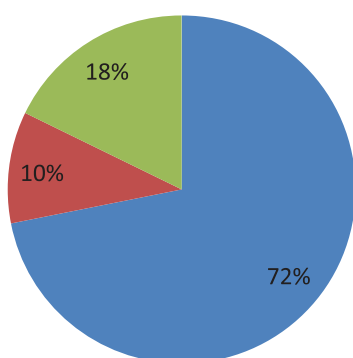
Recursos - STJ



■ PROVIDOS
■ PARCIALMENTE PROVIDOS
■ NÃO PROVIDOS

Recursos junto ao STJ	
Providos	414
Parcialmente Providos	60
Não Providos	81
TOTAL	555

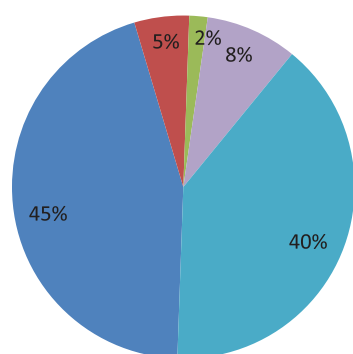
Total de Recursos - STF e STJ



■ PROVIDOS
■ PARCIALMENTE PROVIDOS
■ NÃO PROVIDOS

Recursos junto aos Tribunais Superiores (STF e STJ)	
Providos	437
Parcialmente Providos	63
Não Providos	108
TOTAL	608

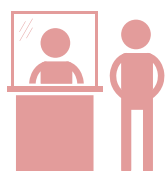
Δ Ações Diretas de Inconstitucionalidade



■ PROCEDENTES
■ PARCIALMENTE PROCEDENTES
■ IMPROCEDENTES
■ EXTINTAS SEM JULGAMENTO DE MÉRITO
■ PENDENTES DE JULGAMENTO

Item	2014
Ações Propostas	58
Procedentes	26
Parcialmente Procedentes	03
Improcedentes	01
Extintas sem Julgamento de Mérito	05
Pendentes de Julgamento	23

Aproximação com a Sociedade



Ao longo de 2014, o MPRS intensificou a aproximação com a sociedade, através de diversas iniciativas. Destaque para o portal de Dados Abertos e para os canais de atendimento virtual, como o Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (SIAC) que contabilizou 2.173 acessos por meio virtual (mprs.mp.br/siac). Pessoalmente, também foram atendidos 58.451 cidadãos em Promotorias de Justiça da Capital e do Interior. Por sua vez, a Ouvidoria do MP recebeu e analisou 3.342 manifestações.

Dando continuidade à sua participação nas redes sociais, o MPRS registrou avanços significativos no Twitter, Facebook e Youtube. A Rádio MP também está consolidada como importante ferramenta de divulgação dos resultados da atuação do MPRS em todo o Estado. Com programação 24 horas, intercalada com música e informações, pode ser acessada por qualquer cidadão através do endereço eletrônico "www.radiomprs.com.br".

Destaque, também, para outras iniciativas, como a participação do MPRS nas atividades relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e na 37ª edição da Expointer, entre outras.

Portal de Dados Abertos

Dentro do contexto da Lei de Acesso à Informação, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul lançou, em dezembro de 2014, o Portal Dados Abertos. O Portal apresenta informações completas sobre a atividade-fim da Instituição, disponibilizando, em formato aberto, dados que refletem o trabalho realizado pelos membros e servidores em todas as Promotorias de Justiça do Estado.

Motivado por sua constante interação com os mais variados segmentos da sociedade gaúcha, o MPRS pretende com o presente conjunto de dados fornecer aos cidadãos brasileiros um panorama atual e fidedigno do trabalho que realiza nas mais variadas esferas de atuação institucional, tanto judicial quanto extrajudicial.

Desta forma, visa contribuir para o exercício do controle social, aproximando o MPRS cada vez mais dos destinatários de seus serviços, mediante o aumento dos seus níveis de eficiência, eficácia e efetividade.

O portal Dados Abertos está disponível no link http://dados.mprs.mp.br/dados_abertos.



DADOS DA ATUAÇÃO JUDICIAL



DADOS DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL



COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)



RELAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

MP na Estrada

O Projeto “MP na Estrada”, vinculado à escolha estratégica institucional de “Intensificar a comunicação do MP com a sociedade” traduzida na ideia de tornar o Ministério Público e suas atribuições mais conhecidos e próximo dos cidadãos e garantir a transparência da atuação ministerial, continuou suas atividades no ano de 2014. A iniciativa consiste na disponibilização de

uma estrutura itinerante, por meio de um ônibus adaptado, para atendimento ao público e divulgação do MPRS junto à sociedade, com participação em feiras e eventos em todo o Estado.

No decorrer de 2014, o “Ônibus do MP” foi utilizado em 28 eventos/operações na capital e no interior do Estado. Dentre as atividades realizadas, destaca-se a prestação de atendimento ao público, a realização de trabalhos de orientação e prevenção, além da distribuição de folders e cartilhas sobre campanhas desenvolvidas e de material informativo da Instituição.

Um dos grandes destaques da atuação do “Ônibus do MP” em 2014 foi durante a Copa do Mundo, quando, nos cinco dias de jogo em Porto Alegre, permaneceu estacionado no chamado “Caminho do Gol” na Avenida Borges de Medeiros. Nestes dias, membros e servidores da Instituição permaneceram à disposição da população, com vistas a divulgar o papel e os serviços do MPRS e, principalmente, para prestar informações aos torcedores e oportunizar o registro de ocorrências. Além disso, foram realizadas ações integradas com outros órgãos jurídicos e governamentais que trabalharam na Copa do Mundo na Capital, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Brigada Militar e Defensoria Pública.

Destacam-se, também, outros eventos que receberam a estrutura itinerante do MPRS como a Expointer, em Esteio; a XI Feira Nacional do Trigo, em Cruz Alta; a 13ª Festa Nacional do Chimarrão, em Venâncio Aires; e a 34ª Feira Agropecuária do município de Santo Antônio das Missões.



Ônibus do MP no Caminho do Gol

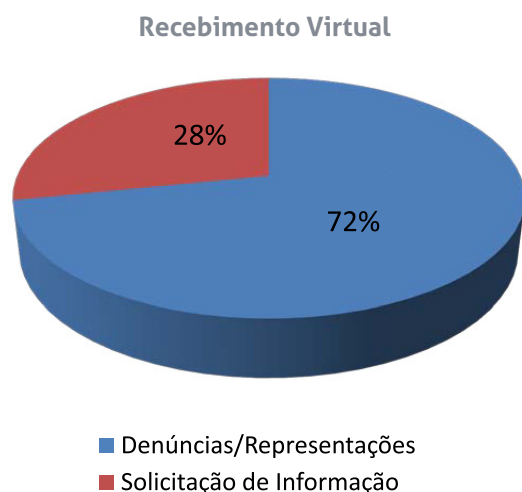
Dados do Atendimento ao Público

Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC

Atendendo às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul disponibiliza para a sociedade o Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (SIAC).

O SIAC tem por atribuição garantir a disponibilidade, a agilidade e a transparência na prestação de informações de interesse do cidadão e da sociedade. Também é responsável por integrar os diversos órgãos e canais envolvidos na prestação de informações e atendimento. Para tanto, foi desenvolvida uma ferramenta eletrônica, disponível no site do MPRS na Internet, onde o cidadão pode solicitar informações, consultar processos, acessar dados institucionais, dentre outros serviços.

O canal virtual contabilizou, no ano de 2014, 2.173 acessos, sendo 1.559 denúncias/representações variadas, distribuídas entre as Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, e 614 pedidos de informações da Instituição.

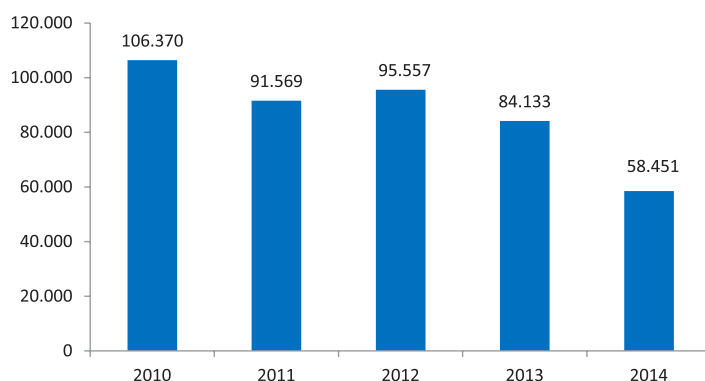


Atendimento Presencial

O atendimento ao público é uma das atividades de maior importância para o MPRS, uma vez que proporciona um contato direto de seus membros e servidores com a realidade social, bem como com os anseios

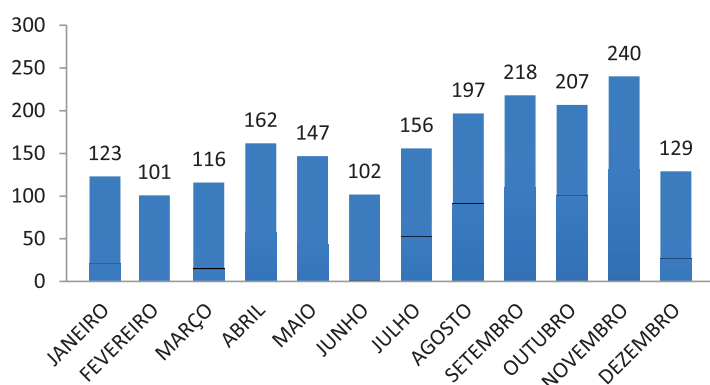
e demandas da população, representando, deste modo, um dos canais mais relevantes para a solução dos seus problemas.

O atendimento presencial ao cidadão é realizado, em geral, nas dependências das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado e, em 2014, foram atendidos 58.451 cidadãos pessoalmente no âmbito destes órgãos.



Além disso, em Porto Alegre, no prédio sede do MPRS, localizado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80, é disponibilizado o Serviço de Atendimento ao Cidadão, que promove a atividade de triagem da demanda apresentada pelo cidadão, separando e encaminhando aquelas que poderão ser atendidas pela Instituição e as que deverão ser atendidas por outro órgão público, pessoa jurídica de direito público, entre outros.

De janeiro a dezembro de 2014, o SAC atendeu 1.898 pessoas, distribuídas conforme gráfico abaixo:



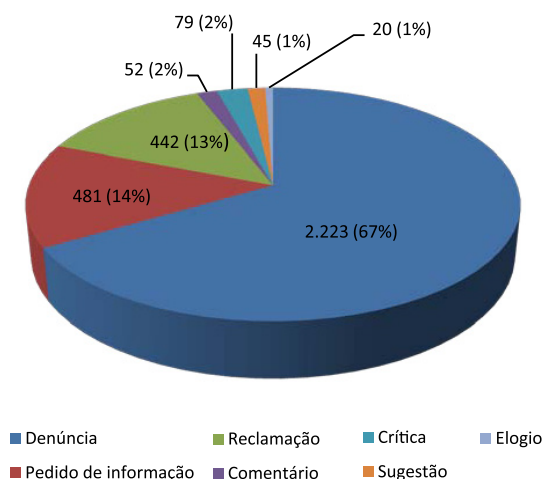
Ouvidoria

A Ouvidoria do MPRS tem por objetivo contribuir para elevar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição, permitindo o fortalecimento da cidadania. Além de ser um canal direto de comunicação com a sociedade, a Ouvidoria também trata de problemas relacionados à atividade de Membros e Servidores da Instituição, trazidos ao seu conhecimento pelas pessoas que se sentem prejudicadas ou insatisfeitas, os quais são sempre devidamente registrados para posterior encaminhamento à apreciação dos setores competentes.

Ao longo do ano de 2014, a Ouvidoria recebeu e analisou 3.342 manifestações, resultando em uma média de 279 protocolos mensais ou aproximadamente 14 atendimentos diários. Os registros foram realizados através dos canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria (Internet, correspondência e atendimento pessoal), sendo que a Internet foi o meio mais utilizado pelos requerentes.

As manifestações são classificadas em: denúncia, pedido de informação, reclamação, sugestão, comentário, elogio e crítica. No ano de 2014, assim como nos anos anteriores, a denúncia foi o tipo de manifestação com mais registros, correspondendo a 67% de todas as manifestações, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Manifestações Recebidas



O MPRS também acompanha o resultado da sua atuação a partir de um trabalho de monitoramento e clipagem de mídias eletrônica, impressa e digital (Rádio, Jornal, Internet). Ao longo de 2014 foram registradas 50.663 citações à Instituição, seus Membros e Servidores. O número inclui citações nas principais rádios, televisões, jornais e sites do Rio Grande do Sul, além das redes sociais.

Este ano, o monitoramento apontou um crescimento no número total de citações ao MPRS, consequência, principalmente, do aumento da participação da Instituição e de seus Membros nas redes sociais. Os dados consolidados indicam um crescimento de 21% no número de citações positivas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Citações	2012	2013	2014
Rádios	6.269	8.124	6.745
Televisões	2.536	3.341	3.141
Sites	5.561	13.328	11.698
Impressos	7.882	8.734	7.220
Redes Sociais	341*	8.072	22.129
Total de Citações	22.589	41.599	50.663
Citações Positivas	22.320	41.074	49.816
Citações Negativas	269	525	847

* A única Rede Social monitorada em 2012 foi o Facebook

Redes Sociais

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul vem acompanhando permanentemente o crescimento do uso da Internet e, no ano de 2014, procurou aumentar e aperfeiçoar ainda mais sua presença nas mídias sociais como forma de permanecer mais próximo dos cidadãos, tornando suas atribuições mais conhecidas e dando maior transparência a sua atuação.

A fanpage da Instituição no Facebook registrou crescimento de 66%, passando de 6.000 para 9.974 curtidas, ao longo do último ano. No Twitter também houve crescimento, pois em novembro de 2014 os seguidores do MPRS nesta rede social eram 16.534, quan-

tidade 65% maior em relação a dezembro de 2013.

Em relação ao Youtube, em 2014 a busca foi pela qualificação e pela ampliação de seus canais de acesso, dando continuidade ao desenvolvimento de um núcleo de vídeo, visando qualificar a produção e distribuição de conteúdos nesta plataforma. Para isso, entre outras iniciativas, a Instituição reorganizou seu canal no Youtube e criou novos programas e formatos para exposição das informações. Com o incremento em periodicidade e volume do material publicado, o canal do MPRS no Youtube cresceu 29% em número de visualizações, pulando de 39.804 visualizações registradas em 2013 para 51.287 em 2014. O número de minutos assistidos também foi superior ao mesmo período do ano passado, passando de 215.768 para 296.367 minutos, registrando um crescimento de 37%.

Em novembro de 2014, foi publicada a primeira edição do programa “Ministério Público em Foco”, desenvolvido com objetivo de divulgar de forma rápida e dinâmica as principais notícias da semana. O programa é disponibilizado, toda a sexta-feira, no Canal MP, podendo ser acessado pelo link “youtube.com/conhecendomp”.

Rádio MP

A Rádio MP, inaugurada em dezembro de 2012, já está consolidada como importante ferramenta de divulgação dos resultados da atuação do MPRS em todo o Estado. Com programação 24 horas, intercalada com música e informações, pode ser acessada por qualquer cidadão através do endereço eletrônico “www.radiomprs.com.br”.

Além da rádio corporativa, o MPRS utiliza a agência de notícias da empresa Rádio Web, a maior do Brasil, com duas mil emissoras afiliadas no país, para divulgar informações. Através deste serviço, as matérias e entrevistas com Membros e Servidores da Instituição são distribuídas diariamente para toda a rede de emissoras da Rádio Web.

Em 2014, foram realizadas ainda algumas transmissões ao vivo, como a coletiva de imprensa do Caso Bernardo, ocorrida no município de Três Passos, interior

do Rio Grande do Sul. A partir da Rádio MP, jornalistas de outros Estados e demais interessados no fato tiveram a oportunidade de acompanhar toda a entrevista que detalhou a denúncia oferecida pela Promotoria de Justiça da comarca.

Resultados de Audiência e Alcance do Material Veiculado	
Agência de Notícias	Produzidas 274 matérias/boletins. Média de 25 matérias mensais;
	Material distribuído no período foi veiculado 28.317 vezes no meio Rádio. Média de 103 veiculações por matéria distribuída;
	Ações do MPRS tiveram exposição média de 85 horas p/mês (considerando o tempo médio de 2 minutos de exposição para cada matéria);
	A cobertura atingiu 1.519 rádios em 1.392 municípios brasileiros (50% comerciais, 45% comunitárias e 5% educativas).
Rádio MP	Ocorreram 20.179 acessos de 5.629 ouvintes distintos;
	Alto índice de fidelidade dos ouvintes: 74% dos usuários voltam a acessar a rádio;
	Ouvintes participativos: 1.109 comentários postados.

Monitoramento de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2014



Atuação do MPRS durante a Copa do Mundo

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul definiu um esquema especial de atuação durante o período da Copa do Mundo de 2014. Várias frentes de trabalho foram mobilizadas para atender o evento, com foco na articulação da atuação entre o MPRS e os demais órgãos públicos envolvidos no evento.

Por meio de suas diversas Promotorias de Justiça Especializadas, o MPRS atuou dentro do Estádio Beira-Rio, sede dos jogos da Copa do Mundo na Capital, em especial nas questões relacionadas ao cumprimento do Estatuto do Torcedor, à prevenção e repressão da violência, à acessibilidade dos torcedores e ao acompanhamento de atos infracionais cometidos por menores de 18 anos.

Além disso, atuou na proteção de crianças e adolescentes, fiscalizando e coibindo a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e combatendo à exploração sexual infanto-juvenil. Acompanhou, também, a situação da mobilidade para a chegada ao Estádio Beira-Rio nos dias de jogos, bem como à Fan Fest, no Anfiteatro Pôr do Sol; fiscalizou a propaganda eleitoral irregular; atuou como interlocutor junto aos movimentos sociais, Brigada Militar e demais forças policiais em situações envolvendo manifestações populares; e participou do Centro Integrado de Comando e Controle de Operações, juntamente com demais instituições estaduais e federais envolvidas, de modo a integrar as atividades de inteligência durante a realização do evento.

Cabe destacar, por fim, a participação do MPRS no "Gabinete da Crise", criado a partir de um movimento dos líderes dos Ministérios Públicos, com o objetivo de preparar os integrantes da Instituição para atuarem nos casos que saíssem da normalidade durante a Copa, bem como agilizar a solução de conflitos neste período, permitindo uma resposta imediata e articulada em assuntos de atribuição do Ministério Público, como a garantia de manifestações populares pacíficas e do respeito à legalidade em movimentos grevistas, além de questões ligadas a direitos humanos, do consumidor e patrimônio e segurança pública. Compuseram este Gabinete o Procurador-Geral da República, Procuradores-Gerais de

Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público Militar e dos Ministérios Públicos dos Estados que sediaram a Copa do Mundo, além de um Membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

37ª Expointer

O MPRS esteve, em 2014, novamente presente na Expointer, o mais tradicional encontro da agropecuária gaúcha. A participação no evento ocorreu por meio de um estande da Instituição na feira, além da presença do ônibus do projeto "MP na Estrada". Nestes espaços, o MPRS disponibilizou, além de materiais informativos sobre a atuação da Instituição, tótems de atendimento da Ouvidoria e Servidores para orientações gerais à comunidade.

Além de permanecer à disposição da população nestes espaços, o MPRS apresentou projetos institucionais como o "RESsanear", que visa à implantação das Políticas de Saneamento e Resíduos Sólidos em todo o Estado, e participou de palestras e debates sobre as temáticas de atuação da Instituição, como no painel "Estratégias para a produção de leite de qualidade", onde foi destacada a importância da "Operação Leite Compen\$ado", desencadeada pelo MPRS e que investiga a adulteração do leite que chega à mesa do consumidor.

Programa Veraneio 2014

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, ocorreu a 16ª edição do Programa Veraneio que se configurou numa ampliação e adequação dos serviços prestados pelo Ministério Público considerando as peculiaridades do período de férias-veraneio nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres.

Desde a edição anterior, o Programa contou com um perfil mais efetivo e menos dispendioso, contando com planejamento prévio em relação às prioridades da atuação ministerial, entre elas a fiscalização da sinalização das áreas de pesca e surfe, conforme disposto na

Lei Estadual nº 14.285/2013. Outro foco de atenção foi a busca pela excelência no atendimento ao público.

Os resultados da atuação foram bastante positivos, registrando-se a realização de 773 audiências, o oferecimento de 319 denúncias e a instauração de 36 inquéritos civis.

Doações Patrimoniais

A política de cooperação do MPRS com outras instituições públicas do Estado, por meio de doação de bens substituídos em atualização patrimonial, prosseguiu com a oferta de 3.102 bens em 2014.

EQUIPAMENTOS E OBJETOS DOADOS	
Condicionadores de Ar	111
Equipamentos de Escritório	4
Microcomputadores e Notebooks	387
Outros Equipamentos de Informática	722
Mobiliário	1.850
Som e Imagem	7
Outros Bens	21
TOTAL	3.102

Destaca-se que, aproximadamente, 150 Conselhos Tutelares gaúchos beneficiaram-se com a doação de mais de 200 microcomputadores, realizada a partir do convênio firmado entre o Ministério Público e a Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do RS (ACONTURS), destinados a instrumentalizar o Projeto Ficaí Online, que busca informatizar a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), permitindo maior agilidade para o resgate do estudante evadido, bem como traçar políticas públicas na área da educação.

Prêmio Jornalismo do MPRS

Em junho de 2014, foi lançada a 16ª edição do “Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul”, destinado à Imprensa do Estado. O concurso, criado em 1999, é uma realização do MPRS, com apoio da Associação do Ministério Público, Fundação Escola Superior do Ministério Público, Hotel Continental Canella, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e Associação Riograndense de Imprensa.

A novidade desta edição ficou por conta de uma premiação adicional para a melhor reportagem, independente da mídia, que abordasse o uso, a influência e os efeitos do álcool na infância e adolescência e a atuação do MP diante desta realidade.

A premiação ocorreu no mês de dezembro após o exame de 71 trabalhos inscritos, sendo os jornalistas e respectivos trabalhos premiados apresentados no quadro da página seguinte:

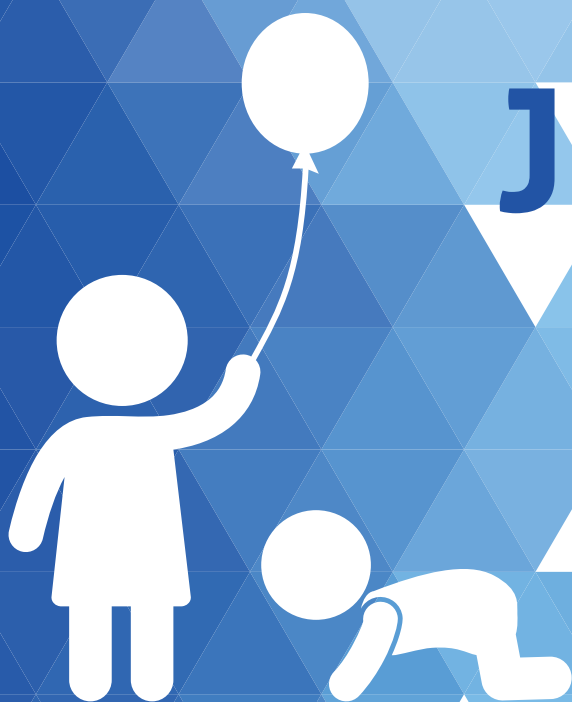


Categoria	Vencedor	2º Lugar
Imprensa	Fernanda Pugliero com as reportagens "Um quarto congelado no tempo", "A mulher por detrás da denúncia" e "Julgamento pode ocorrer em um ano". As matérias tratam do "Caso Bernardo" abordando o ambiente familiar do menino assassinado, a atuação da Promotora de Justiça e a tramitação do caso. As matérias foram publicadas no Jornal Correio do Povo.	Carolina Chaves da Silva com a reportagem "MP reforça a guarda de quem agora precisa de cuidados". A matéria, publicada no jornal O Informativo do Vale, de Lajeado, e discorreu sobre a situação das instituições de longa permanência de idosos no Vale do Taquari.
Rádio	Eduardo Matos com a reportagem "Os caminhos do lixo", veiculada na Rádio Gaúcha, que narrou a destinação do lixo no RS e a separação de resíduos sólidos.	Júlia Otero com a reportagem "MP revela a tortura por PMs em Jaguarão", que contou como aconteceu a tortura praticada por policiais militares na cidade da região Sul do Estado e as medidas tomadas pelo MP. A reportagem foi veiculada na Rádio Gaúcha.
Televisão	Simone Feltes com a reportagem "Meninas do Casef", que mostrou as condições e a vida de adolescentes no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino da Capital. A matéria foi exibida na TVE.	Andrei Rossetto e equipe com a reportagem "Chácara da Tortura", exibida no SBT Brasil, e tratou dos casos de torturas cometidas por PMs em uma chácara na fronteira do Brasil com o Uruguai.
Fotografia	Mauro Schaefer, do Jornal Correio do Povo, com o trabalho de fotos evidenciando a "Operação Leite Compen\$ado", mostrando momentos das ações.	Carlos Macedo conquistado com a foto "Adeus, Be", mostrando a despedida da comunidade de Três Passos ao menino assassinado, o caso Bernardo. A fotografia foi publicada no jornal Zero Hora.
Mídia Web	Fernanda da Costa, do Jornal Zero Hora, com as matérias "Abrigos públicos para crianças são insalubres em Porto Alegre", e "Falhas no sistema tiram chances de adoção de 10% das crianças na Capital", que destacaram as más condições dos abrigos e deficiências no sistema de adoção.	
Prêmio Especial	Larissa Roso e Letícia Duarte com a reportagem "Meu filho (não) bebe" publicada no caderno Sua Vida do Jornal Zero Hora.	

Áreas de Atuação



Infância e Juventude



Diversos projetos foram desenvolvidos em 2014 na área da Infância e Juventude pelo Ministério Público no Rio Grande do Sul. Iniciativas voltadas à educação tiveram prioridade, como a criação de Promotorias Regionais da Educação e a informatização da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) Online.

O Fórum Permanente de Prevenção à Venda e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes também teve prosseguimento no ano de 2014, com a articulação de diversas instituições de ensino, órgãos e entidades para o enfrentamento do tema. No final do ano, foram realizadas seis ações preventivas de fiscalização ao consumo de bebida alcoólica por crianças e adolescentes em festas de formatura do ensino médio na Capital.

O Ministério Público ainda esteve atento para as condições das casas de acolhimento de Porto Alegre. Somente em 2014, foram fiscalizadas 106 instituições do Serviço de Acolhimento, contemplando 1.549 acolhidos. Nestas inspeções foram localizados 129 casos em que, apesar da destituição do poder familiar já ter ocorrido, não houve a inclusão da criança ou adolescente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Projetos Estratégicos

Promotorias Regionais da Educação

Vinculado ao objetivo estratégico “Estimular a garantia da qualidade na educação básica”, o projeto de criação das Promotorias Regionais da Educação, no âmbito do MPRS, tem como objetivo permitir maior efetividade na garantia do direito à educação de crianças e adolescentes. Visa, de forma prioritária, assegurar o direito e o acesso à educação infantil; à universalização da educação para a população de quatro a 17 anos, até 2016 (Emenda Constitucional nº 59, art. 6º); à redução dos níveis de abandono, evasão e reprovação escolar, especialmente no ensino fundamental e médio, através da implementação da Ficaí Online em todos os municípios do Estado. Contempla, ainda, a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino.

O projeto, que iniciou em 2011, prevê a instalação de dez Promotorias Regionais da Educação e possui, até o momento, seis atuando na área, compreendendo os municípios de Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul e Santo Ângelo.

Ficaí Online

A Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente Online tem por finalidade tornar mais ágil e eficaz o combate à evasão e infrequência escolar, com o objetivo de garantir a permanência e o sucesso do aluno na escola.

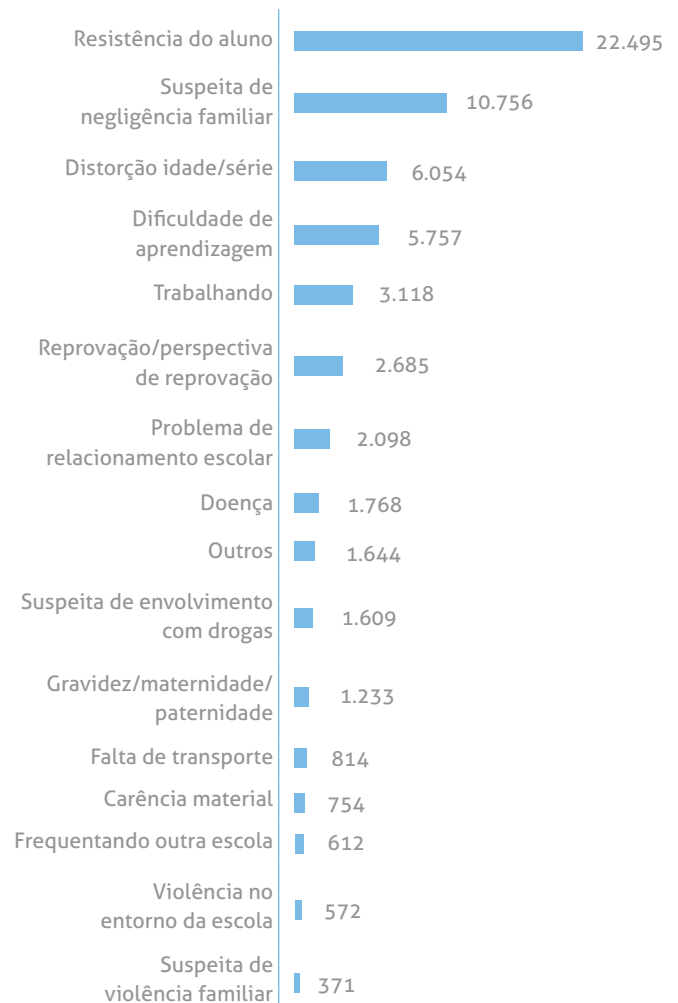
Dando continuidade ao projeto, o MPRS e a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa) firmaram em setembro de 2014 um plano de trabalho para 2014-2015. O documento estabelece o prosseguimento do processo de informatização da Ficaí Online, bem como a integração entre os sistemas das Secretarias de Educação, Escolas, Conselhos Tutelares e MPRS, além da capacitação dos operadores. Desde a implantação da Ficaí Online, no final de 2012, as ações das Escolas, Conselhos Tutelares e do MPRS já conseguiram trazer de volta para

as salas de aula mais de 18 mil alunos que estavam infrequentes.

Abaixo, o sistema aponta dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2014:

Abertura de novas FICAIs pela Escola	39.408
Retorno dos alunos por ação da Escola	3.209
FICAIs encaminhadas pela Escola ao Conselho Tutelar	31.206
Retorno dos alunos por ação do Conselho Tutelar	7.505
FICAIs encaminhadas pelo Conselho Tutelar ao Ministério Público	5.167
Retorno dos alunos por ação do Ministério Público	246

Também foram contabilizados os motivos da infrequência, como demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Procempa

Além disso, os dados apontam que, no Ensino Fundamental, o 6º, 7º e 8º anos são os que a infrequência tem maior incidência. Já no Ensino Médio, o 1º ano é o mais significativo. Esse diagnóstico pode contribuir para formulação de políticas municipais e estaduais para reverter os altos índices apontados. Ou seja, os dados contabilizados permitem aos municípios e ao Estado conhecer a sua realidade bem como adotar as medidas cabíveis para evitar a infrequência e a evasão escolar.

Educação Infantil

Em 2014, o projeto Educação Infantil, que está vinculado ao objetivo estratégico “Estimular a garantia da qualidade da educação básica”, tem como principal finalidade elaborar ações voltadas para elevar a oferta de vagas na educação infantil no Estado do Rio Grande do Sul.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado através da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, estabelece como meta a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para crianças de quatro e cinco anos e o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças de zero a três anos de idade em creche até 2024.

Para atender as metas do PNE, o trabalho no decorrer do ano foi focado nos municípios onde não há oferta de vagas para crianças em idade de creche (zero a três anos) bem como, nos municípios que atendem até 60% das crianças na pré-escola (quatro a cinco anos), totalizando 171 municípios.

Fórum Permanente de Prevenção à Venda e ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes

O MPRS instituiu, em outubro de 2011, o Fórum Permanente de Combate ao Uso de Bebidas Alcoólicas por Crianças e Adolescentes, tendo como objetivo manter mobilizados, em caráter permanente, órgãos e entidades no intuito de desenvolver atividades de prevenção à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes.

Para tanto, a Instituição vem adotando diversas medidas, tais como: a fiscalização em estabelecimentos comerciais, exigindo maior rigor por parte dos comerciantes no sentido de requisitar a apresentação do documento de identidade do comprador da bebida alcoólica; a distribuição de cartazes alusivos à proibição da venda e do fornecimento de bebida alcoólica a menores de 18 anos; e, também, a celebração do termo de compromisso com produtoras de eventos para proibir o fornecimento e a venda de bebida alcoólica nas festas de formatura do Ensino Fundamental e Médio do município de Porto Alegre.

Em junho de 2014, o MPRS lançou um Programa de Capacitação às Escolas parceiras do Fórum com o objetivo de instruir as Instituições de Ensino, públicas e privadas, na elaboração de projetos, visando à prevenção do uso de álcool por adolescentes. Atualmente, o programa conta com a participação efetiva de 94 Instituições de Ensino de Porto Alegre e da Região Metropolitana.

Dentre outras ações decorrentes do Fórum, cumpre destacar que foram realizadas seis ações preventivas de fiscalização ao consumo de bebida alcoólica por crianças e adolescentes nas festas de formatura do ensino médio na Capital.

Encontra-se, também, em elaboração, uma proposta de termo de cooperação técnica e operacional, a ser firmado entre o MPRS e o Centro de Pesquisas em Álcool e Drogas (CPAD) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, objetivando, em caráter inédito e experimental, o estabelecimento de parceria para a promoção de ações de prevenção e pesquisa sobre o uso e consumo de bebida alcoólica por crianças e adolescentes no RS.



Equipe de fiscalização junto ao ônibus do MP

Criança e Adolescente Cidadãos

O MPRS, em parceria com o Ministério do Trabalho e outras instituições, desenvolveu o projeto “Criança e Adolescente Cidadãos”, que visa incentivar a erradicação do trabalho infantil no Bairro Arquipélago, em Porto Alegre, bem como reinserir essas crianças na escola. Para isso, estão sendo desenvolvidas diversas atividades, buscando melhorar a qualidade de vida dos moradores da região, através da efetiva implantação da política de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e Adolescente.

No dia 24 de outubro de 2014, foi realizado o Dia da Cidadania na Ilha Grande dos Marinheiros. O evento ocorreu na Escola Estadual de Ensino Fundamental Alvarenga Peixoto e contou com a presença de instituições da rede de educação e parceiras do Projeto, proporcionando aos interessados a confecção de documentos, como, por exemplo, certidões de nascimento, carteiras de identidade e carteiras de trabalho.

Considerando a inexistência de escola na Ilha do Pavão, a mais pobre das ilhas e com piores condições de habitabilidade, a Secretaria Municipal de Educação firmou, em setembro de 2013, termo de compromisso visando à construção de uma Escola de Educação Infantil para atender a população de crianças de zero a cinco anos. A obra está concluída, restando pendente apenas a instalação de energia elétrica já solicitada ao órgão competente. Está previsto, para março de 2015, o início das atividades da Escola com a oferta de 120 vagas, concretizando um antigo sonho dos moradores da região.

Atuação de Destaque

Fiscalização nas Entidades de Acolhimento de Porto Alegre

O MPRS promoveu, nos meses de junho e julho de 2014, inspeções em 106 instituições do Serviço de Acolhimento de Porto Alegre, contemplando 1.549 acolhidos, dos quais 1.350 eram crianças e adolescentes. Durante as inspeções, foram constatadas carências de recursos humanos, instalações precárias, bem como diversas crianças e adolescentes com situação jurídica em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram localizados 129 casos em que, apesar da destituição do poder familiar já ter ocorrido, não houve a inclusão da criança ou adolescente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Parcerias Estabelecidas

Instituto Amigos de Lucas – Apadrinhamento Afetivo

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul firmou termo de cooperação operacional com o Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre e o Instituto Amigos de Lucas. O objetivo é propiciar referências afetivas, tanto familiares quanto comunitárias, às crianças e aos adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e submetidos à medida de proteção de acolhimento institucional, através do Programa de Apadrinhamento Afetivo do Instituto Amigos de Lucas. Este ano, o programa capacitou 50 padrinhos, garantindo-lhes o direito de levar as 44 crianças selecionadas para convivência no seu ambiente familiar nas festas de Natal e Ano Novo.

Campanha Conte até 10 nas Escolas

A campanha Conte até 10 nas Escolas é uma iniciativa desenvolvida nacionalmente pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Destina-se à educação do adolescente e do jovem nas escolas municipais e estaduais para uma cultura de paz. Em mar-

ço de 2014, dando continuidade ao atendimento da Campanha, o MPRS promoveu um seminário voltado aos profissionais da educação, com o objetivo de debater as questões afetas à violência nas escolas, bem como proporcionar o debate para o seu enfrentamento. O evento reuniu cerca de 500 pessoas e contou com a participação de diversos representantes de estabelecimentos de ensino, Secretaria Estadual da Educação, Polícia Civil, Brigada Militar, Defensoria Pública e Juizado da Infância e da Juventude.

De acordo com o “Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no País”, a quantidade de homicídios de jovens entre 15 a 24 anos corresponde a 39,3% das mortes ocorridas entre a população jovem brasileira. Em outras faixas etárias, os homicídios respondem apenas por 3% dos óbitos.



Rede de Proteção à Infância

O MPRS firmou, em outubro de 2014, termo de convênio com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), objetivando garantir cessão gratuita do direito de uso do Módulo Criança Adolescente (MCA). O sistema, desenvolvido e implementado com sucesso pelo MPRJ, disponibiliza informações sobre crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A ferramenta permite que a rede de proteção se mantenha conectada, acessando a qualquer momento dados

importantes sobre a situação dos acolhidos, incluindo dados pessoais, sociais e jurídicos. Os resultados da implantação do sistema são positivos pois, desde a sua implementação, em 2008, o número de acolhidos no Rio de Janeiro baixou de 3.472 para cerca de 2,4 mil, e poucos estão há mais de dois anos nos abrigos.

Parceria para Realização de Testes de DNA

O MPRS e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul firmaram, em setembro de 2014, contrato para a realização de testes de investigação de paternidade e maternidade, através da coleta e análise do DNA.

A partir desta parceria, Procuradores e Promotores de Justiça poderão solicitar os testes de DNA para confirmação de paternidade e maternidade, sem a necessidade de ser ajuizada qualquer ação judicial. A proposta é uma disponibilização inédita no âmbito institucional, uma vez que concede ao MPRS autonomia nos casos de investigação de paternidade em que as partes concordem espontaneamente em realizar o exame.

A coleta do material para a realização dos exames de DNA será realizada no Hospital São Lucas da PUCRS, para os casos oriundos de Porto Alegre e da Região Metropolitana, e em laboratórios credenciados e indicados pela Universidade no Interior do Estado.

Termo de Cooperação Técnica para Melhoria da Qualidade de Ensino na Rede Municipal

Em agosto de 2014, o MPRS, o Tribunal de Contas do Estado e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul firmaram termo de cooperação técnica para a melhoria da qualidade da rede municipal de ensino.

O Tribunal de Contas ficou responsável pela elaboração de diagnósticos sobre a situação dos Conselhos Municipais de Educação e fiscalização da efetiva aplicação dos percentuais constitucionais assegurados à área da educação. Estes levantamentos serão encaminhados ao MPRS sempre que constatada a inobservância do princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente.



Imagem meramente ilustrativa



Direitos Humanos

Em 2014, o MPRS liderou diversas campanhas para a garantia do acesso à saúde e preservação dos direitos humanos. Exemplos disso são o projeto “Atenção Básica em Saúde”, para implantação da Estratégia da Saúde da Família em todos os municípios do Estado, o projeto “Salve Vidas, Doe Sangue”, que coletou 80 litros de sangue em um ano de atividades, e o projeto “Vagas especiais para estacionar: eu respeito!”, para a orientação sobre o uso dos espaços prioritários destinados a pessoas com deficiência, idosos e gestantes nos estacionamentos privados de Porto Alegre.

Ainda, a Instituição aderiu à campanha proposta pelo CNMP para a defesa das pessoas em situação de rua em todo o país. Dessa forma, foi feito um diagnóstico dos moradores de rua de Porto Alegre, que dá base a um expediente instaurado na Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos sobre o assunto. Também foi criado um grupo de trabalho para a desinstitucionalização das pessoas acolhidas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) do município de Cachoeira do Sul e parcerias com diversas instituições do Estado para a realização de seminários e debates que discutiram assuntos como a consciência negra, a humanização do parto e a articulação da rede de atenção à saúde mental.

Projetos Estratégicos

Atenção Básica em Saúde

A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem o objetivo de reorganizar a atenção básica no país, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde. Ela é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

Deste modo, com vistas a atuar na prevenção da saúde da população, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul lançou, em setembro de 2014, o projeto “Atenção Básica em Saúde” com objetivo de fortalecer a política pública estabelecida, contribuindo para implantação da Estratégia da Saúde da Família em todos os municípios do Estado, bem como fomentar ações para a ampliação da cobertura das ESF em cidades com cobertura inferior a 50%, o que representa 98 municípios. Esse projeto conta com a parceria do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP).

Salve Vidas, Doe Sangue!

O projeto “Salve Vidas, Doe Sangue”, vinculado ao objetivo do Mapa Estratégico do MPRS “Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor”, completou um ano de existência em junho de 2014 e comemora os resultados. Durante o ano, 180 doadores participaram da campanha, alcançando, em média, 80 litros de sangue coletados. A iniciativa, desenvolvida pelo MPRS em parceria com a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde, tem o objetivo de contribuir para a manutenção dos estoques de sangue e seus derivados para distribuição na rede pública do Estado.



Integrantes do projeto com representantes do Hemocentro RS.

Vagas especiais para estacionar: eu respeito!

O projeto tem como objetivo orientar a população sobre a utilização consciente e cidadã dos espaços prioritários destinados a pessoas com deficiência, idosos e gestantes nos estacionamentos privados de Porto Alegre. Apesar da boa visibilidade da campanha, alguns estabelecimentos assinaram o termo de adesão, mas ainda não tinham aderido à iniciativa. Estes foram notificados, por meio de ofício, com solicitação para que apresentem as estratégias utilizadas na distribuição do material de divulgação da campanha e na conscientização da população. Ainda, foi enviado aos representantes de shoppings centers e supermercados de Porto Alegre um CD com a arte gráfica de uma placa indicativa a ser fixada junto à vaga preferencial, informando ao usuário que, nos casos de desrespeito, o estabelecimento ou o cidadão poderão realizar denúncia à Prefeitura Municipal através do Disque 156.



Iniciativas Realizadas

População em Situação de Rua

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul aderiu à campanha proposta pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para instituir diretrizes de atuação em defesa das pessoas em situação de rua em todo o país.

A ação pretende efetivar a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Presidencial nº 7.053/2009), que prevê a garantia do acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

O MPRS trabalhou o tema diretamente com órgãos de assistência social em todos os municípios do Estado que possuem pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade. Em Porto Alegre, o foco do Grupo de Trabalho foi a população em situação de rua que se encontra nas áreas centrais do município, especialmente na Avenida Borges de Medeiros, Praça da Matriz e imediações da Câmara de Vereadores.

Após levantamento realizado pela Promotoria dos Direitos Humanos de Porto Alegre, verificou-se que os moradores de rua que foram abordados demonstraram interesse pela inserção nos programas sociais. Desse modo, em reunião realizada em setembro de 2014 pelo Grupo de Trabalho, ficou estabelecido como prioridade assegurar o direito à moradia a esta população, utilizando-se de políticas como o aluguel social e o programa “Minha Casa Minha Vida” para aquisição da casa própria.

A Secretária Municipal de Saúde e a Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre realizaram um diagnóstico dos moradores de rua, que foi encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, onde foi instaurado expediente para tratar do assunto.

Fiscalização em Instituições de Longa Permanência – ILPIs

O MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, instituiu um Grupo de Trabalho com representantes de diversos órgãos e entidades com o objetivo de tratar da desinstitucionalização das pessoas acolhidas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) do município de Cachoeira do Sul.

Após levantamento realizado pela Promotoria de Justiça do município, constatou-se que, atualmente, 606 internos são atendidos em 22 instituições. O Grupo de Trabalho está verificando a situação em que se encontram os idosos e pessoas com deficiência mental acolhidos nestas instituições, em total flagrante à violação de direitos humanos e frontal desrespeito à Resolução nº 283 de 2005 da ANVISA, que define normas de funcionamento para as ILPIs.

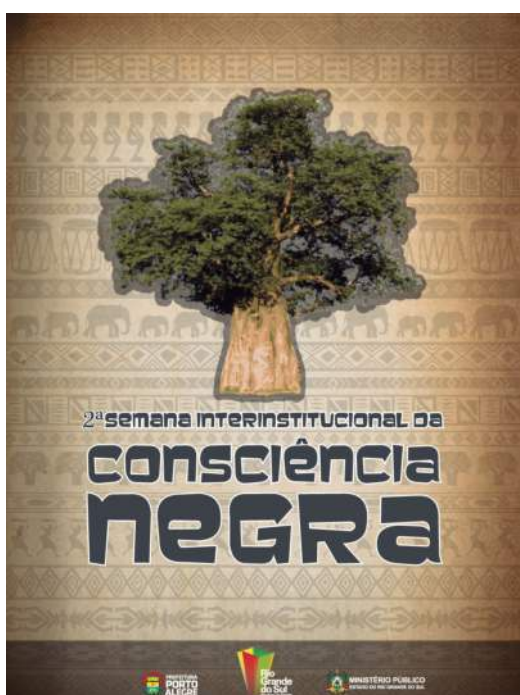
Considerando o desenvolvimento dos trabalhos do grupo, em novembro de 2014 foi realizado um censo clínico em duas instituições por equipe técnica específica, bem como ações interventivas no intuito de mudar a realidade da população acolhida.

Parcerias

II Seminário Interinstitucional da Consciência Negra

O MPRS, juntamente com Governo do Estado, Assembleia Legislativa e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, realizou, em novembro de 2014, o “II Seminário Interinstitucional da Consciência Negra - Histórias para não serem esquecidas”. O evento fez parte da programação oficial da XXIV Semana da Consciência Negra. Durante a programação, houve menção sobre o Projeto de Lei nº 7.447 de 2010, que pretende transformar em Lei o Decreto nº 6.040/2007, o qual estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Também foi lida a “Carta de intenções contra o racismo”, em que é reconhecida, entre outros, a importância de ações afirmativas no sentido de combater o racismo institucional, seja nos ambientes públicos ou privados, bem como a necessidade de promover a igualdade de meios, oportunidades e de acesso universal ao exercício de tais direitos. É reconhecido, também, o caráter fundamental dos povos, comunidades e territórios tradicionais para o livre desenvolvimento e a consecução da plenitude de direitos daqueles que os ocupam, os quais possuem amparo na Constituição Federal e devem encontrar eco na legislação decorrente.



Articulação entre a Rede de Atenção em Saúde Mental e Justiça

O MPRS e a Secretaria Estadual da Saúde realizaram, em agosto de 2014, o Seminário Intersectorial “Tecendo Redes: Articulação entre a rede de atenção em saúde mental, álcool e outras drogas e a Justiça na Região Macrometropolitana”. O objetivo do encontro foi promover uma aproximação preliminar entre estas duas áreas e, ainda, sistematizar uma agenda de trabalho em que esta articulação possa se tornar mais efetiva nas práticas da Saúde, da Justiça e do bem estar social. A programação do evento contou, ainda, com uma

apresentação da Rede de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas no Estado do Rio Grande do Sul, além de palestras sobre os desafios e avanços na garantia do acesso ao cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS), os desafios da desinstitucionalização, a rede de saúde mental diante do uso abusivo de drogas na adolescência, entre outros.

Audiência Pública sobre Humanização da Assistência ao Parto

Foi realizada, em agosto de 2014, uma audiência pública conjunta entre os Ministérios Públicos Estadual e Federal para debater a humanização da assistência ao parto e identificar formas de prevenção da violência obstétrica. A audiência foi pautada na verificação do cumprimento das legislações que recomendam que a primeira hora de vida do bebê deve ser com a sua mãe (quando a condição clínica assim o permitir), a adoção de indicadores hospitalares relacionados ao parto, além do encaminhamento das denúncias de violência contra a mulher aos conselhos de fiscalização profissional.

A Organização Mundial da Saúde recomenda que apenas 15% dos partos sejam realizados de forma cirúrgica. Entretanto, no Brasil o índice de cesarianas fica em torno de 41% e, no Rio Grande do Sul, este índice é de 43%. Com estes dados, o MPRS busca formas de reduzir o número de cirurgias, sempre preservando a segurança dos procedimentos.

O encontro contou com a participação da sociedade civil, de representantes de órgãos públicos, associações civis, estabelecimentos de saúde, conselhos, universidades e movimentos sociais organizados, entre outros.

Criminal



Enfrentar o crime organizado e atuar na defesa da sociedade para a efetiva punição de infratores, assim como contribuir para a qualificação do sistema prisional são metas permanentes do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Com objetivo de identificar e responsabilizar sonegadores de impostos, a Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, denunciou 139 pessoas por prejuízos ao erário estadual, num montante que soma R\$ 123.409.344,41. Também pode ser destacada a atuação dos Promotores de Justiça na desarticulação de grupos criminosos que desviavam precatórios do Estado ou que lesavam a população fraudando licitações públicas.

Além da atuação judicial na área criminal, cabe destacar atividades dos membros cujo objetivo é contribuir com ações e projetos preventivos, como o “Drogas: Articulando Redes”, que busca à prevenção ao uso, abuso e dependência de drogas, com ênfase no crack. Assim como o projeto de qualificação da atuação na fiscalização das casas prisionais, a partir da especialização da atribuição vinculada aos direitos coletivos dos apenados e presos provisórios, englobando, ainda, a investigação e acompanhamento de eventuais desvios de conduta de agentes estatais que atuam no sistema penitenciário.

Projetos Estratégicos

Drogas: Articulando Redes

Fruto de uma parceria entre Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Instituto Crack Nem Pensar, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, o Projeto “Drogas: Articulando Redes” visa atuar na prevenção, cuidado e autoridade com relação ao uso, abuso e dependência de drogas, com ênfase no crack.

A implantação, por meio de projeto-piloto, iniciou na Fronteira Oeste, contemplando doze municípios: Alegrete, Itaqui, Barra do Quaraí, Dom Pedrito, Maçambará, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, São Borja, Santana do Livramento, São Gabriel e Uruguaiana.

Para tanto, foram realizados encontros com o objetivo de congregar os segmentos que atuam na prevenção, cuidado e autoridade com relação ao tema das drogas nos municípios de Uruguaiana, Alegrete e Santana do Livramento, para a apresentação dos resultados das ações planejadas nos encontros ocorridos em 2013 e deliberações decorrentes do seu andamento. Participaram dos encontros 160 pessoas, entre representantes locais distribuídos entre os três segmentos mencionados e grupo de coordenação do projeto.

Vale ressaltar que as ações decorrentes das deliberações dos encontros, bem como o seu monitoramento, serão implantadas pelos segmentos envolvidos nas localidades abrangidas pelo projeto-piloto. Assim, nestes municípios, as próximas reuniões com o grupo coordenador do projeto “Drogas: Articulando Redes” ocorrerão apenas se demandadas pelos representantes locais.

Em dezembro de 2014, o Grupo de Coordenação do Projeto realizou reunião para avaliação dos resultados e definição dos próximos passos.



Fiscalização Regional de Casas Prisionais

O MPRS, contemplando a diretriz de assegurar o correto cumprimento das penas e medidas de segurança, desenvolveu o projeto de regionalização em matéria de execução criminal, que pretende conferir efetividade ao enunciado aprovado no encontro estadual “Construindo uma Nova Estratégia no Ministério Público”.

O projeto visa aprimorar a atuação da Instituição na fiscalização das casas prisionais, a partir da especialização da atribuição vinculada aos direitos coletivos dos apenados e presos provisórios, englobando, ainda, a investigação e acompanhamento de eventuais desvios de conduta de agentes estatais que atuam no sistema penitenciário.

Por considerar que a atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais deve ser efetiva e não meramente formal, o MPRS objetiva, a partir da intensificação do contato com a realidade prisional, uma atuação mais eficaz junto ao Poder Executivo, tanto no aspecto extrajudicial como na via judicial.

Durante o ano, foram realizadas reuniões com os Promotores de Justiça com atribuição na área, definindo-se que a fiscalização regionalizada deverá abranger os estabelecimentos prisionais da 3ª Região da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe),

que compreende os municípios de Cerro Largo, Cruz Alta, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga e Três Passos, tendo por sede a Promotoria de Justiça Criminal de Ijuí.

Em novembro de 2014, foi designado o Promotor de Justiça responsável pela fiscalização dos estabelecimentos penais na região supracitada. O Promotor e sua assessoria participaram de capacitação junto à Comissão de Execução Criminal, visitando presídios no Estado, com a orientação de Promotores de Justiça da Promotoria de Execução Criminal de Porto Alegre.

Iniciativas Realizadas

Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária

Em 2014, o MPRS, por meio das Promotorias de Justiça Especializadas no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, denunciou 139 pessoas por prejuízos ao erário estadual, num montante de R\$ 123.409.344,41. Também, foram sequestrados dez imóveis e quotas-sociais de empresas.

Entre outros trabalhos, destaca-se, no ano de 2014, a “Operação Saara”, na qual foi ajuizada cautelar de quebra de sigilo fiscal e bancário para a identificação de vendas de areia omitidas por uma empresa que atuava em Viamão. A ação decorreu de investigação promovida pelo MPRS juntamente com a Receita Estadual, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DEMA), Tribunal de Contas do Estado (TCE), e com base em operação coordenada pela Fiscalização Ambiental Integrada do Ministério Público (FAI). A cautelar encontra-se em curso, em decorrência da dificuldade de identificação da vasta movimentação financeira da empresa, sendo que não foi possível, até o momento, a quantificação precisa do montante sonegado.

Em dezembro de 2014, o MPRS, por meio da Promotoria Especializada no Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária da Capital, da Promotoria de Justiça Criminal de Rio Grande e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), juntamen-

te com a Receita Estadual, cumpriu onze mandados de busca e apreensão na cidade de Rio Grande – “Operação Pescados/Casca Grossa” - recolhendo documentos, computadores e outros elementos de prova a fim de desarticular uma estrutura criminoso voltada à sonegação de ICMS no ramo atacadista de pescados. As investigações iniciais apontaram a existência de três grupos criminosos, responsáveis pela comercialização de mais de R\$ 280 milhões, tendo, fraudulentamente, deixado de recolher em torno de R\$ 30 milhões ao cofre estadual. O esquema criminoso está ancorado na criação de empresas de “fachada” em nome de “laranjas”, possibilitando que estabelecimentos sediados em outros estados, ao invés de adquirirem pescados e recolher o ICMS interestadual pela alíquota de 12% sobre o total da operação, beneficiem-se de uma fraude através da compra destes produtos por meio de “empresas de fachada” inscritas no Regime Fiscal do Simples Estadual, cujo recolhimento é apurado sobre um teto de comercialização e não sobre o montante direto de cada operação. Assim, através desses falsos subterfúgios, deixaram de assumir o ônus tributário da operação, deslocando a responsabilidade patrimonial, administrativa e penal em nome de empresas e pessoas que “emprestavam” seus nomes a estas organizações criminosas.

Também em dezembro, o MPRS, por meio da Promotoria de Justiça Designada e a Receita Estadual, cumpriu mandados de busca e apreensão na matriz da Habib’s, no bairro Niterói, em Canoas. A operação faz parte de uma etapa nacional da Operação “Flex Food”. As investigações apontam a existência de um grande esquema de sonegação fiscal controlado por sofisticado sistema de informática que envolve a utilização de notas fiscais indicando valores inferiores aos praticados nas operações (subfaturamento); falsa classificação dos produtos em notas fiscais (alíquota zero); ocultação de receitas, além do fornecimento de documento fiscal ao consumidor. A origem da investigação surgiu no Rio Grande do Sul após uma das empresas franqueadas ter revelado na Justiça o esquema de fraudes.

A partir da análise das informações e documentos colhidos na empresa, compartilhados entre os Fiscos, será iniciada a segunda etapa da Operação. Ela

Caso Bernardo

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Três Passos, ofereceu, em maio de 2014, denúncia criminal referente a um dos casos de maior repercussão no Estado nesse ano, que envolveu a morte do menino Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos.

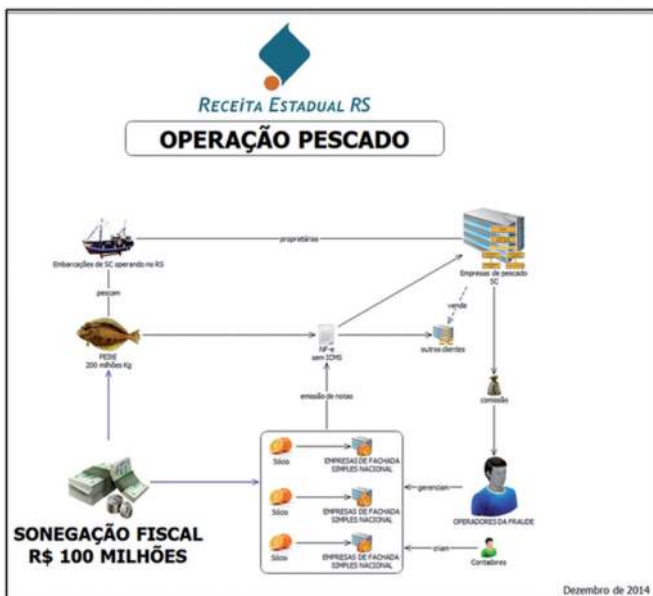
A denúncia, relativa ao crime cometido em 04 de abril de 2014, foi oferecida contra o pai do menino, o médico Leandro Boldrini, sua madrasta, Graciele Ugulini, a assistente social Edelvânia Wirgonovicz e o irmão dela, Evandro Wirgonovicz. Os três primeiros respondem por homicídio quadruplamente qualificado (motivos torpe e fútil, emprego de veneno e recurso que dificultou a defesa da vítima), o último por homicídio triplamente qualificado e todos por ocultação de cadáver. O pai do menino foi denunciado, ainda, por falsidade ideológica.

No entendimento do MPRS, o crime foi cometido por motivo torpe, por envolver questões patrimoniais, por motivo fútil, visto que, sendo filho do casamento anterior do denunciado, a vítima representava “um estorvo” para a nova unidade familiar estabelecida entre o pai e sua nova esposa. Em relação à amiga da madrasta, a assistente social Edelvânia Wirgonovicz, a torpeza fica evidenciada, conforme a denúncia, pelo fato de ela ter aceitado participar do homicídio mediante paga ou recompensa; e, com relação ao irmão da amiga, pelo fato de que, sabendo dessa circunstância e aliando-se à motivação de sua irmã, auxiliou-a a fim de que obtivesse a vantagem econômica.

Além disso, também é apontado na denúncia o emprego de veneno, já que os acusados ministraram à vítima superdosagem da substância midazolam, suficiente para levar Bernardo ao óbito. Por fim, é destacado o modo de agir com dissimulação e recurso que dificultou a defesa da vítima, eis que esta, sem condições de saber das intenções homicidas de seus algozes, foi conduzida, a pretexto de realização de atividade de seu agrado, a acompanhar a madrasta até Frederico Westphalen, sendo-lhe ministrada, via oral e intravenosa, superdosagem da substância antes referida, sob a desculpa de evitar enjoos e de preparação para o rece-

consistirá na auditoria fiscal e lançamento dos tributos que tenham sido sonegados em todas as unidades da federação em que a rede tenha realizado as fraudes tributárias. Também participam da Operação a Procuradoria Geral do Estado (PGE), Polícia Civil, Polícia Militar, Receita Federal do Brasil e Polícia Rodoviária Federal. A Operação ocorreu de forma simultânea em todo o país com a participação das Secretarias Estaduais da Fazenda do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Por fim, cabe informar que tramitam 520 procedimentos investigatórios criminais nas Promotorias de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária e a atuação investigatória do MPRS, voltada à busca ao ressarcimento dos danos, viabilizando a manutenção de um modelo de repressão na fase pré-processual, fez com que diversas empresas promovessem o pagamento integral ou o parcelamento dos débitos fiscais, evitando a instauração de processo por sonegação fiscal de ICMS.



Fluxo da Fraude

bimento de uma benzedura.

O segundo crime narrado na denúncia do MPRS é a ocultação do cadáver de Bernardo Uglione Boldrini. Na oportunidade, logo após o homicídio, as duas denunciadas despiram o cadáver da vítima, inseriram-no em um saco, aplicaram soda cáustica sobre o corpo e o cobriram com pedras e terra. O pai do menino concorreu para a prática do crime ao idealizar sua execução e custear todas as despesas dele decorrentes, inclusive da recompensa proposta pela madrasta à sua amiga. Por sua vez, o irmão da amiga da madrasta concorreu para a prática do crime ao fazer a cova vertical destinada à deposição do corpo da vítima, além de limpar o entorno do local, dois dias antes, para facilitar a ação criminosa dos demais acusados.

Por fim, a denúncia do MPRS destaca o crime de falsidade ideológica cometido pelo pai da vítima, em 6 de abril, quando fez uma comunicação falsa de ocorrência sobre o desaparecimento de seu filho, pretendendo constituir álibi para ocultar sua participação no homicídio, quando, na verdade, estava ciente de sua morte, executada dois dias antes.

Os acusados permanecem presos e a ação segue seu trâmite normal, com a realização de audiências para oitiva das testemunhas de defesa, uma vez que as testemunhas de acusação já foram ouvidas.

Além da atuação na questão criminal, o MPRS ingressou com Ação de Suspensão do Poder Familiar em face do casal, para que a filha, na época com um ano e seis meses, tivesse a guarda provisória regularizada para algum familiar com aptidão para o encargo. O pedido foi acolhido e os genitores estão suspensos do poder familiar. A menina encontra-se sob os cuidados de uma tia materna. Também foi interposta Ação Cautelar Inominada pedindo a indisponibilidade de todos os bens móveis e imóveis do pai da vítima, deferida liminarmente.

Boate Kiss

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Santa Maria, ofereceu, em dezembro de 2014, denúncia contra 34 pessoas pelo crime de falsidade ideológica. A denúncia tem por base o inquérito policial que investigou irregularidades nas assinaturas favoráveis ao funcionamento da Boate Kiss.

Na busca pela regularização da casa noturna, cabia à pessoa jurídica a apresentação de diversos documentos junto às Secretarias Municipais envolvidas no procedimento administrativo que resultaria na expedição de Alvará de Localização. Dentre eles, o denominado “Consulta Popular”, que deve conter a assinatura de moradores de um raio máximo de 100 metros do estabelecimento. Pessoas ligadas à boate, sócios e familiares, com ciência e convivência dos outros sócios, passaram a colher assinaturas de pessoas que supostamente morariam nas redondezas da Boate Kiss. No entanto, foram incluídas assinaturas de pessoas que somente trabalhavam durante o dia em outras empresas ali situadas, de conhecidos ou amigos que não residiam nem trabalhavam na localidade e de pessoas que residiam a mais de 100 metros do estabelecimento.

Cabe destacar que o MPRS promoveu, na mesma data, um aditamento à denúncia oferecida por falso testemunho em abril de 2013, dando nova descrição aos fatos narrados contra dois dos acusados, que passaram a responder também pelo crime de falsidade ideológica, além de serem incluídos mais oito envolvidos, também por tal delito. Igualmente foi incluído mais um acusado por falso testemunho. Esses crimes todos são relativos à composição societária da boate.

No total, entre denúncia e aditamento, foram acrescentadas acusações novas contra 43 pessoas.

Operação Carmelina

Em operação realizada em fevereiro de 2014, o MPRS, através do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e em conjunto com a Polícia Federal, desarticulou um grupo criminoso que operava através de um escritório de advocacia em

Passo Fundo responsável por apropriações indébitas de clientes que ingressaram com ações judiciais contra uma empresa de telefonia.

A fraude é considerada inestimável, pois inicialmente, indícios apontavam para prejuízos de cerca de R\$ 100 milhões. No entanto, mais de mil vítimas procuraram o MPRS indicando prejuízos com o esquema. Conforme as apurações, o escritório de advocacia, por meio de procurações, apropriava-se de créditos de clientes que ajuizaram ações na Comarca de Passo Fundo. Os delitos foram praticados, em sua maioria, contra pessoas com poucos recursos financeiros e idosos.

Durante a ação, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão e, após o desenvolvimento do inquérito da Polícia Federal sobre o caso, o MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, denunciou, no mês de fevereiro, cinco envolvidos na fraude.

Em setembro de 2014 foram apresentadas outras duas denúncias. Uma refere-se à falsificação de documento e lavagem de dinheiro correspondente a um acordo judicial no qual a empresa de telefonia repassa R\$ 5 milhões a um grupo de clientes do escritório de advocacia e a outra denúncia é relativa à posse de arma e munição de uso proibido.

A operação foi intitulada “Carmelina” por ser o nome de uma das vítimas do esquema, uma idosa que faleceu sem receber mais de R\$ 100 mil que lhe caberiam.

No bojo de ação civil ajuizada pelo MPRS, postulou-se que a Justiça determine a reparação dos danos causados pelo esquema.

Operação Precatórios

Em fevereiro de 2014, o MPRS, por meio da Promotoria Especializada Criminal de Porto Alegre, deflagrou a Operação Precatórios I, quando foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão em escritórios, residências e tabelionatos de Porto Alegre. E, em julho de 2014, denunciou 12 pessoas investigadas pelos crimes de formação de quadrilha, estelionato, corrupção passiva, corrupção ativa, uso de documento falso, violação de sigilo funcional e falsidade ideológica.

As investigações demonstraram a participação de dois núcleos no desvio de precatórios no Rio Grande do Sul. Um primeiro núcleo, representado por seis denunciados, negociava a venda fraudulenta de precatórios. Eles arregimentavam pessoas para comparecerem em cartórios com o intuito de formalizar cessões e procurações falsas e, dessa forma, tornavam-se os responsáveis pelos créditos. As empresas vítimas adquiriam e utilizavam o crédito para suspender processos de execução de dívidas. Meses após a inclusão do crédito, o Judiciário e a empresa ficavam sabendo que tinham caído em um golpe. O dinheiro do lucro obtido com as fraudes era retirado com a utilização de uma conta corrente de uma casa noturna do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Esse núcleo fraudou cerca de R\$ 26 milhões.

Já o segundo núcleo da fraude, representado por seis denunciados, além dessas condutas estava ligado a uma funcionária do Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça, já exonerada, que cobrava para entregar informações cobertas pelo sigilo funcional, em especial em relação aos credores de precatórios. Eles também falsificavam documentos e assinaturas. Com isso, a fraude chegou a R\$ 11,6 milhões.

Em outubro de 2014, o MPRS desencadeou a segunda fase da Operação Precatórios. Durante o cumprimento de seis mandados de busca e apreensão, foi localizado, em um escritório de advocacia, um processo de pagamento de precatório que estava desaparecido do Tribunal de Justiça desde 2003. Também, foi encontrada uma lista de precatoristas gerada pelo TJRS e que não poderia ter sido retirada da instituição. Ainda, em residências de suspeitos, foram apreendidos R\$ 30 mil em dinheiro, duas espingardas e um revólver com licença vencida.

Foram apreendidos, ainda, documentos, celulares e HDs de computador. Seis pessoas são investigadas, entre advogados e empresários. Estes praticavam a fraude divididos em dois núcleos: um trabalhava com as informações privilegiadas e outro na falsificação de documentos. Nesta fase, seis processos de pagamento de precatórios no Tribunal de Justiça foram identificados como fraudados.



Materiais apreendidos

Operação Praefectus

O MPRS, por meio da Promotoria Especializada Criminal da Capital ofereceu, em maio de 2014, denúncia contra 41 investigados pela Operação Praefectus. Os denunciados foram acusados pelos crimes de participação em organização criminosa, tráfico de drogas, porte e comércio ilegal de armas de fogo, roubo e lavagem de dinheiro. Ao todo, foram denunciados 38 fatos delituosos.

Durante as investigações, foi constatado que apenados do Presídio Central de Porto Alegre, que exerciam função de “chefes de galeria”, também conhecidos como Prefeitos, comandavam o tráfico de drogas de dentro da casa prisional, utilizando telefones celulares. Um deles, ainda, controlava sua residência por meio de câmeras, que eram acessadas de smartphones de dentro do Presídio Central.

A Operação resultou em oito presos em flagrante e 17 por mandado de prisão preventiva, além da apreensão de cerca de R\$ 50 mil em dinheiro, 19 kg de drogas (maconha, crack e cocaína) e cinco armas. Entre os crimes investigados estão extorsão, tráfico, roubo de veículos e lavagem de dinheiro. Foram apreendidas, ainda, cadernetas com a contabilidade do tráfico, balanças de precisão, computadores, um automóvel, documentos de veículos, pen drives, chips e mais de 40 celulares.

A Operação também cumpriu mandados de busca nos bares em frente ao Presídio Central, que funcionam como “bancos do tráfico”. Os estabelecimen-

tos, pré-determinados pela quadrilha, recebiam de pessoas próximas aos apenados o pagamento de valores já especificados para cada preso e, após, repassavam aos integrantes da facção por meio de depósitos bancários e aquisição de cartões telefônicos.

Das 41 pessoas denunciadas, sete são companheiras de apenados que já se encontravam recolhidos no início das investigações, sendo que seis delas foram presas preventivamente. Foi decretada, ainda, a prisão preventiva de outros 12 denunciados.

Conforme apurado, grande parte das negociações referentes ao tráfico de drogas era realizada com detentos do próprio sistema prisional, sendo os pagamentos e a entrega da droga efetuada por comparsas e até mesmo pelas companheiras dos apenados.

Os detentos também adquiriam veículos sinistrados e ordenavam, de dentro do presídio, roubos de carros do mesmo modelo para a extração de peças. Foi decretado o sequestro de oito veículos utilizados pelos denunciados, bem como de três imóveis. De acordo com a Promotoria Especializada Criminal da Capital, a organização lucrava cerca de R\$ 300 mil por mês.



Armas apreendidas em sítio de Nova Santa Rita

Operação Pitágoras

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul deflagrou a Operação Pitágoras objetivando averiguar uma série de ilegalidades cometidas dentro do Presídio Estadual de Taquara. Foram presos o diretor e o chefe de segurança do estabelecimento prisional, além de um detento que cumpria pena no regime semiaberto.

Dentre os crimes apurados estão os de peculato, corrupção passiva e homicídio. O esquema envolveria, entre outras práticas, o pagamento de valores a agentes penitenciários para transferência de apenados de outros estabelecimentos ou permanência de detentos no Presídio de Taquara. Foi determinada a intervenção no Presídio de Taquara pela Corregedoria da Superintendência dos Serviços Penitenciários.

A partir das investigações realizadas, em agosto de 2014 foi oferecida denúncia contra o Diretor do Presídio de Taquara e o Chefe de Segurança da casa prisional em função da morte de um detento de 66 anos ocorrida em novembro de 2013. Os dois são acusados de homicídio duplamente qualificado (por meio cruel e mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido) com três agravantes (violação de dever inerente ao cargo, contra pessoa maior de 60 anos e quando o ofendido estava sob sua imediata proteção).



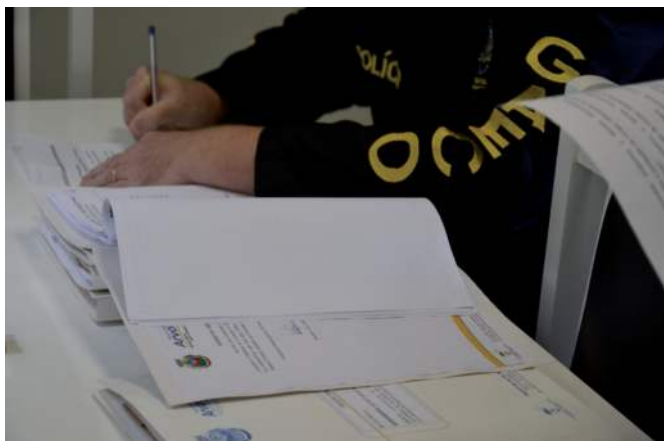
Vistoria nas celas

Operação Baobá

Em agosto de 2014, o MPRS, por meio da Procuradoria de Prefeitos, denunciou o Prefeito e o Vice-Prefeito de Arvorezinha, um servidor municipal e mais três pessoas pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva, fraude e grave ameaça em diversas licitações municipais, todos referentes a fatos investigados pela Operação Baobá.

A Operação foi desencadeada em abril de 2014, com o cumprimento de nove mandados de busca e apreensão nas cidades de Arvorezinha, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo, em virtude de gastos públicos superiores a R\$ 2,260 milhões em contratos de compra de combustíveis, veículos, máquinas, materiais de construção e um terreno, além dos serviços de transporte de pacientes, transporte escolar e de assessorias. A investigação teve origem em denúncias que relatavam o direcionamento de contratos públicos para apoiadores do Prefeito de Arvorezinha. O procedimento original foi cindido em três expedientes distintos em razão da complexidade e diversidade dos fatos investigados.

Em outubro de 2014, a Procuradoria de Prefeitos ofereceu nova denúncia por fatos investigados na Operação Baobá. O Prefeito e o Vice-Prefeito de Arvorezinha, um servidor municipal e mais seis pessoas foram denunciados por crimes de corrupção ativa e passiva e fraude em diversas licitações daquele Município. Um dos empresários envolvidos foi também denunciado por corrupção de testemunhas. Oito fatos criminosos envolvendo licitações para aquisição de tubos de concreto, blocos de pavimentação e veículos foram objeto da denúncia. Um terceiro procedimento encontra-se em fase avançada de investigação.



Trabalho dos agentes no gabinete do Vice-Prefeito

Parcerias Estabelecidas

Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC

O MPRS, ao longo de 2014, deu continuidade ao trabalho realizado em parceria com diversos órgãos para a construção da unidade piloto do Método APAC de Execução Criminal. Para tanto, foi realizada, no mês de março de 2014, a primeira reunião para discutir o decreto do Governo do Estado que prevê a criação de um grupo de trabalho formado por um representante de cada órgão e instituição participante do convênio: Legislativo, Executivo, Judiciário, MPRS, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública, Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), Prefeitura de Canoas, entidades religiosas e sociedade civil organizada.

Em junho de 2014, a Instituição firmou um termo cedendo uma sala, localizada no Palácio do MPRS, para que a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Canoas conte com um espaço para tratar de questões administrativas e realização de outros contatos.

As questões burocráticas para a criação formal da APAC estão em pleno andamento e aguarda-se a constituição do CNPJ da instituição. A previsão da entidade é de que, até o final de 2015, uma casa prisional, que está sendo erguida no bairro Guajuviras, em Canoas, já este-

ja em funcionamento, abrigando 100 apenados. Nesse método, os condenados a penas privativas de liberdade são recuperados e reintegrados ao convívio social de forma humanizada e por meio da autodisciplina.

Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

O MPRS firmou Termo de Adesão ao Programa “Mulher: Viver sem Violência”, celebrado pela União, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e outras instituições, voltado à efetivação de ações de fortalecimento do pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (Termo de Adesão 06/2014).

Na esteira da estratégia institucional de atuar em redes de cooperação com setores público, privado e terceiro setor, o projeto visa à criação da rede de atendimento à mulher agredida no ambiente familiar, aliando tríplice aspecto: implantação da Casa da Mulher Brasileira para atendimento jurídico, psicológico e abrigamento; orientação e direcionamento para programas de auxílio, saúde e assistência social; realização de cursos e a inserção no mercado de trabalho.

Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria

Por estar estritamente articulado com as metas institucionais de buscar a prevenção e repressão dos danos ao consumidor e, também, de atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor, o MPRS integra o Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria e a outros Delitos Contra a Propriedade Intelectual.

Em 2014, para continuidade e aperfeiçoamento da atuação interinstitucional, o Ministério Público sediou reuniões nas quais se buscou o alinhamento de informações entre as entidades que integram o Comitê e o planejamento na definição da atuação interinstitucional, buscando-se definir ações tendentes à contenção de oferta de bens de origem ilícita, bem como à mitigação da demanda por tais produtos.

Como resultado dos encontros realizados, sa-

lianta-se a reativação do subgrupo operacional de repressão, formado pelas Polícias Rodoviária Federal e Estadual, Polícia Civil e Polícia Federal, Brigada Militar, Receitas Estadual e Federal, com a designação de um representante de cada entidade para centralizar o recebimento de denúncias envolvendo pirataria. Destaca-se, também, a criação da fanpage e a aprovação do logotipo do Comitê, para desenvolver uma identidade visual que permita maior divulgação e conscientização da população acerca do tema, despertando o interesse pelo enfrentamento à pirataria.

Além disso, iniciou-se a interiorização das ações interinstitucionais, com a mobilização junto aos agentes municipais em regiões mais prejudicadas, o que está em vias de implantação. E, como medidas de longo prazo para a proteção da propriedade intelectual, o Comitê pretende dialogar com o Tribunal de Justiça sobre a criação de Câmara com competência para julgar matérias pertinentes à propriedade intelectual, como forma de aprimoramento das decisões e melhor enfrentamento do assunto.

Por fim, ressalta-se, ainda, que o Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria deflagrou a Operação Expolegal, cujas ações foram desenvolvidas em setembro de 2014, durante a Expointer, quando foram apreendidos inúmeros produtos comercializados irregularmente e que redundou, além disso, na sensibilização da sociedade sobre os malefícios de se comprar produtos piratas.



Cível e Patrimônio Público



As eleições gerais e a Copa do Mundo no Brasil marcaram o ano de 2014. Em ambos os eventos houve atuação do Ministério Público na defesa do patrimônio público e da correta aplicação das leis. No que se refere aos jogos do Mundial, merece destaque atuação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público na viabilização das chamadas “estruturas temporárias” para os jogos sem a utilização de recursos públicos no seu custeio. Nas eleições gerais, o Ministério Público, além de exercer sua função constitucional para garantir o bom andamento do pleito, contribuiu na divulgação de informações direto ao eleitor, através de material gráfico e vídeo web. Ainda foi destaque no ano de 2014 a atuação dos Membros da Instituição na qualificação do transporte público, através de termos de ajustamento ou ações ajuizadas para garantir os serviços.

Projetos Estratégicos

Campanha

"O que você tem a ver com a corrupção?"

A Campanha, vinculada ao objetivo institucional de "Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa" e que, desde a sua concepção, tem o desafio de formar e robustecer uma cultura de valores morais, prosseguiu com suas atividades ao longo do ano de 2014.

Assim, ante a necessidade de implantação permanente de ações preventivas voltadas a contribuir para que os cidadãos formem opinião a respeito da necessidade de adotar comportamento consciente e ético para o combate à corrupção, buscou-se, em 2014, o estabelecimento de novas parcerias para concretizar a Campanha no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Deste modo, foi firmado Convênio entre o MPRS e o município de Xangri-lá para execução do projeto "Resgate de valores: uma necessidade premente", com o apoio da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Instituto Vivendo Valores (VIVE), vinculado à Organização Brahma Kumaris, e a empresa Planeta Cooperação.

O projeto, já desenvolvido de forma exitosa junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Morro da Cruz, tem por objetivo a capacitação de docentes do ensino fundamental no trato de temas que se relacionam com valores como ética, solidariedade e honestidade nas relações humanas, assumindo a responsabilidade social e política de lutar pela valorização do ensino como a principal política pública de qualificação ética da sociedade.

Paralelamente, manteve-se a divulgação da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?" por meio das parcerias anteriormente firmadas.



Iniciativas Realizadas

Copa do Mundo: Estruturas Temporárias no Entorno do Estádio Beira-Rio

O MPRS, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, empenhou-se, no ano de 2014, na construção de consenso para viabilização das chamadas "estruturas temporárias" para os jogos da Copa do Mundo na Capital sem a utilização de recursos públicos no seu custeio. Essas estruturas foram criadas para abrigar, no entorno do estádio Beira-Rio, as áreas de imprensa, energia, tecnologia da informação e segurança, necessárias para a realização e organização dos jogos da Copa, de acordo com os critérios da FIFA.

Entre as iniciativas, destaca-se a atuação conjunta com o Ministério Público de Contas (MPC) por meio da expedição de Recomendação, sugerindo que o Governo do Estado e o município de Porto Alegre se abstivessem de repassar recursos públicos – ou se comprometessem a tanto – para custear as estruturas, enquanto não fossem analisadas as informações requisitadas pelas instituições que subscreveram o documento. Além disso, foram realizadas audiências com representantes do Sport Club Internacional e do Comitê Organizador Local da Copa 2014 em Porto Alegre (representante da

Fifa) para encaminhamento de solução para o custeio das estruturas temporárias.

Com a aprovação da Lei que concedeu incentivos fiscais para financiar a instalação das estruturas temporárias no Estádio Beira-Rio para a Copa do Mundo, o MPRS iniciou a realização de vistorias no local com instauração de expediente para acompanhamento dos investimentos diretos e indiretos do Poder Público nas instalações.

Por fim, no mês de dezembro, o Ministério Público, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, encaminhou ofício ao Sport Club Internacional e à Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional (FECI) autorizando o pagamento do saldo devido às empresas integradoras que realizaram as obras das estruturas temporárias da Copa do Mundo de 2014.



Estruturas Temporárias

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Em 2014, o MPRS deu continuidade a sua participação nos grupos de trabalho que estão envolvidos na realização das ações propostas no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). A ENCCLA consiste na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção

e à lavagem de dinheiro, com o objetivo de identificar e propor seu aprimoramento.

O MPRS coordena as atividades concernentes à Ação nº 8, cujo objetivo é “propor a criação, nos órgãos de controle, de cadastro contendo informações relevantes acerca dos procedimentos licitatórios, especialmente de dados dos participantes, visando à detecção e à prevenção de fraudes”. A finalidade principal desta ação, que era a criação de um layout padrão de informações sobre procedimentos licitatórios, já foi concluída.

Assim, ao longo do ano, a Instituição esteve envolvida com as atividades relativas à Ação nº 9, que tem por finalidade “propor a regulamentação do layout de dados com registros das contratações e licitações do Poder Público e implantar a interoperabilidade entre os Tribunais de Contas e integrantes da ENCCLA” e representa uma continuidade da Ação nº 8. A ação visa, principalmente, à regulamentação do padrão de dados anteriormente definido e à implantação da interoperabilidade (consulta) entre as instituições.

Nas reuniões do Grupo de Trabalho realizadas durante o ano, decidiu-se pelo encaminhamento de ofício aos Tribunais de Contas que ainda não firmaram o Protocolo de Intenções referente à Ação nº 8 e, também, para os que já aderiram, solicitando informações. Além disso, foi criado um grupo para discutir e desenvolver especificações técnicas referentes à interoperabilidade (webservice e certificação digital), bem como tratou-se da pertinência de iniciar um projeto-piloto.

Em virtude da complexidade das ações, encaminhou-se proposta no sentido de dar continuidade à ação em 2015, como forma de finalizar e implantar o respectivo Sistema de Consulta e Análise de Dados de Contratação com o Poder Público, além de buscar a regulamentação e a implantação do respectivo layout em todos os Tribunais de Contas.

Atuações de Destaque

Licitações do Serviço de Transporte Coletivo da Capital

Em janeiro de 2014, foi concedida liminar em Agravo de Instrumento referente à ação civil pública intentada pelo MPRS contra o município de Porto Alegre e a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), visando à realização de licitações correspondentes às concessões e permissões do serviço de transporte coletivo da cidade. A liminar determinou a deflagração dos certames licitatórios do transporte público municipal.

Com vistas a cumprir a liminar concedida, o município de Porto Alegre realizou dois processos licitatórios nos meses de junho e setembro, porém ambos não tiveram interessados. Há previsão de que seja realizada nova licitação em 2015 com outros parâmetros.

O MPRS sustenta a inconstitucionalidade e a ilegalidade das permissões precárias do serviço de transporte coletivo, bem como das normas que as prorrogaram indefinidamente, gerando inegável prejuízo ao erário decorrente da não seleção da proposta mais vantajosa ao Poder Concedente e ao usuário, que tem direito a uma tarifa acessível no serviço. Considera, também, que o transporte coletivo de Porto Alegre não atende às exigências de eficiência e conforto, justificando inúmeras reclamações de usuários insatisfeitos com a qualidade do serviço prestado.



Imagem meramente ilustrativa. Créditos: Google Street View

Obras no Entorno da Arena do Grêmio

O MPRS celebrou, em dezembro de 2014, acordo com o município de Porto Alegre e com a empresa OAS S.A. estabelecendo os termos para a realização das obras viárias no entorno do complexo "Arena do Grêmio". O acordo põe fim à discussão judicial decorrente da ação civil pública movida pela Instituição em 2013, que tratava do desvio de finalidade e fraude no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e, também, ao inquérito civil instaurado para investigar a desoneração da construtora das obrigações originariamente previstas no licenciamento ambiental.

Conforme o ajustado, houve a repactuação das condições de compensação e mitigação das obras viárias do entorno do Complexo. A construtora OAS S.A. executará 70% da totalidade das medidas mitigatórias e compensatórias previstas no EIA-RIMA, todas discriminadas no acordo e que passaram por avaliações técnicas efetuadas pelo município de Porto Alegre e pela área técnica do MPRS. As obras deverão ser executadas conforme projetos, cronogramas e plantas do sistema viário da região.

O valor da compensação ambiental prevista na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), antes estimado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) em R\$ 1.358.427,31, foi fixado em R\$ 3.507.083,14.

Deste modo, o Termo de Ajustamento de Conduta anteriormente celebrado entre o Município e a Construtora foi revogado. As cláusulas não contempladas na ação civil pública foram reeditadas, estabelecendo-se as obrigações da construtora, as quais deverão ser analisadas pelo município de Porto Alegre.

As obrigações assumidas permanecerão como de responsabilidade da OAS, ainda que haja a transferência, parcial ou total, da propriedade, do direito de superfície, dos direitos de exploração ou qualquer outra forma de alienação ou cessão da Arena Multiuso ao Grêmio Football Porto Alegrense.

Ação para Garantia do Transporte Público ao Interior de Cachoeira do Sul

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, ingressou, no mês de fevereiro de 2014, com ação civil pública contra o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) e a Empresa Cachoeirense e Transporte Ltda. requerendo, liminarmente, a imediata retomada do serviço de transporte intermunicipal que atende a área rural de Cachoeira do Sul.

A empresa Cachoeirense e Transporte Ltda., responsável pelo transporte intermunicipal entre Cachoeira do Sul e Santana da Boa Vista, unilateralmente e sem o devido processo judicial, renunciou ao dever de transporte, único disponível até Cachoeira do Sul, que até então realizava na condição de concessionária do Poder Público. Por sua vez, o DAER autorizou o cancelamento da linha entre as localidades antes de serem tomadas as devidas providências para assegurar a continuidade da prestação do serviço. A medida atinge mais de 150 moradores da localidade de Irapuazinho, interior de Cachoeira do Sul.

Na ação, o MPRS postula que o DAER se responsabilize por assegurar a continuidade do transporte entre os municípios citados, até a comprovação nos autos da finalização da devida licitação para concessão da linha intermunicipal. Além disso, solicita que a Cachoeirense Transportes Ltda. seja condenada a assegurar a continuidade do serviço pelo período mínimo de 90 dias, até a finalização dos trâmites administrativos requeridos em relação ao DAER.

Após a realização de uma audiência de conciliação, o Município contratou, de forma precária e experimental, outra empresa que retomou, em março de 2014, o atendimento do transporte que havia sido suspenso. A ação está em andamento, na fase de instrução com produção de provas.

Regularização do Abastecimento de Água em Gravataí

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Gravataí, ingressou, em janeiro de 2014, com ação civil pública contra o Município e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) para que realizem medidas emergenciais com o objetivo de regularizar o abastecimento de água na cidade. A ação pede que sejam instalados geradores nos equipamentos de captação, adução, bombeamento, tratamento e distribuição, além da disponibilização de água potável por meio de caminhões-pipa, nos casos de interrupção ou suspensão do fornecimento de água.

O contrato do programa atualmente celebrado entre o município de Gravataí e a CORSAN é inválido, pois o plano de saneamento básico ainda não foi concluído. Com isso, o MPRS pede que a própria Administração Municipal faça o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário ou realize delegação mediante nova contratação.

Assim, foi determinado, em caráter liminar, que o Município e a CORSAN apresentassem, em 30 dias, um diagnóstico do sistema instalado de esgotamento e abastecimento de água especificando os locais de ocorrência de falta de água, a causa de interrupção e o tempo decorrido para o restabelecimento do serviço devidamente detalhado. Foi determinado, ainda, que a Companhia desse “ampla e prévia publicidade (imediatamente após o fato e quando for impossível previamente) aos casos de suspensão de fornecimento, esclarecendo o tempo necessário para restabelecimento, os motivos, o alcance e a obrigação de reparar os danos causados”.

A CORSAN adquiriu três novos geradores de energia, disponibilizou caminhões pipas, bem como está avaliando as ligações clandestinas de água que prejudicam o sistema. O processo está em fase de instrução com a definição de prova pericial por parte do juízo.

Fraude em Licitações de Associação Filantrópica

Atendendo ao pedido do MPRS em ação civil pública ajuizada em setembro de 2014, a Justiça de Bagé determinou, em caráter liminar, a indisponibilidade dos bens da Associação dos Freis Capuchinhos por atos de improbidade administrativa. A decisão estende-se aos imóveis nas Comarcas de Bagé e Caxias do Sul, onde fica a matriz, além de veículos e contas da associação filantrópica.

A ação é movida contra a associação filantrópica e dez pessoas, entre empresários e servidores do Município e da Câmara de Vereadores. Conforme as investigações, houve irregularidades na contratação de serviços gráficos nos Poderes Legislativo e Executivo a partir de 2009. Um funcionário da associação se passava por representante de algumas gráficas, sem o conhecimento delas, com a conivência de servidores públicos do setor de licitações, para fraudar a competitividade dos certames.

Termo de Adesão para Acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul firmou, em fevereiro de 2014, termo de adesão ao convênio de cooperação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com o Banco Central do Brasil.

A assinatura visa possibilitar que o MPRS utilize mecanismos de consulta às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), para fins de instrução de processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações possivelmente estiver envolvido.

O CCS é um sistema destinado ao registro de informações relativas a correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como a seus representantes legais ou convencionais. O cadastro contém dados de pessoas físicas e jurídicas com bens, direitos e valores vigentes em 01/01/2001, bem como de todo relacionamento iniciado a partir desta data.

Convênio para Ampliar Fiscalização à Lei de Acesso à Informação

O MPRS e os Observatórios Sociais do Rio Grande do Sul firmaram um convênio de cooperação técnica para ampliar a fiscalização do cumprimento da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/09) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/12).

Pelo convênio, os Observatórios irão encaminhar ao Ministério Público, além de relatórios quadrimestrais, informações técnicas para a análise da adequação ou não dos órgãos municipais à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à divulgação destas informações em seus sites oficiais na Internet.

Certidões de Débito do TCE-RS

No ano de 2014, dando continuidade ao acordo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e o Ministério Público para efetivar a cobrança das certidões de débito imposta aos gestores públicos, foram remetidas, até o mês de outubro, mais 146 certidões aos Promotores de Justiça para posteriores aferições, num montante de R\$ 15.163.171,30.

Atuação em Matéria Eleitoral

Encontros de Capacitação Eleitoral

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Gabinete de Assessoramento Eleitoral, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu três eventos de capacitação em direito eleitoral visando atualizar os Promotores de Justiça com atribuição nesta matéria em relação às alterações na legislação eleitoral para as eleições de 2014. Além da capacitação, os eventos foram base para traçar estratégias institucionais de atuação do Ministério Público em virtude do calendário eleitoral de 2014.

Os principais temas abordados foram: aspectos técnicos e práticos das ações cíveis eleitorais; trabalho conjunto com a Procuradoria Regional Eleitoral no RS; relação com a Procuradoria-Geral Eleitoral, em Brasília; propaganda eleitoral; poder de polícia da Justiça Eleitoral; minirreforma eleitoral e crimes eleitorais.

Material de Apoio

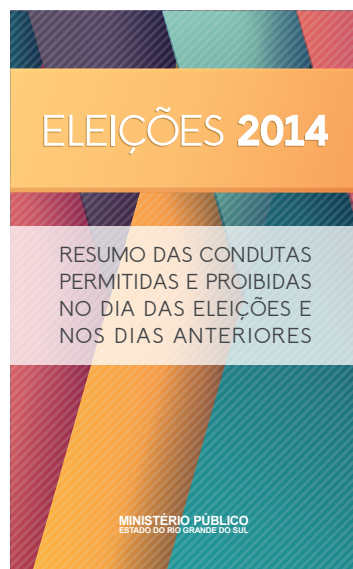
Repetindo a experiência de anos eleitorais anteriores, foi elaborada nova edição do Manual Eleitoral, publicação cujos exemplares em meio físico foram remetidos a todos os Promotores Eleitorais, acessível, também, em meio eletrônico na Intranet do MPRS.

O manual contém a legislação eleitoral vigente, tendo como base principal as decisões e publicações mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais

Regionais Eleitorais. A obra teve como objetivo fornecer uma visão sistemática e panorâmica sobre os temas mais importantes do Direito Eleitoral, exposta de modo sucinto, de forma a propiciar ao leitor uma contribuição à compreensão dos principais institutos eleitorais do ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, o MPRS, por meio do Gabinete de Assessoramento Eleitoral, elaborou um folder com o resumo das condutas permitidas e proibidas no dia das eleições e nos dias anteriores. O material foi encaminhado para Promotores de Justiça com atribuição eleitoral em todo o Estado e está disponível na Intranet do MPRS.

Como em anos anteriores, a edição do folder teve como objetivo permitir uma consulta rápida quando surgissem eventuais questões que demandassem um posicionamento imediato, servindo como ferramenta de trabalho para os Promotores Eleitorais, para o efetivo policial, bem como para ser divulgado nos meios de comunicação social, como ferramenta de orientação aos eleitores.



Também, com o intuito de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases, fiscalizando a disputa eleitoral e contribuindo para evitar os abusos cometidos por candidatos, partidos e coligações na reta

final da campanha eleitoral, o MPRS, em setembro de 2014, através do Canal MPRS no Youtube, produziu e disponibilizou diversos vídeos com dicas e esclarecimentos à população sobre as Eleições de 2014. Os vídeos trouxeram esclarecimentos sobre questões relacionadas à distribuição de brindes durante a campanha eleitoral, propaganda eleitoral na internet, horário de circulação de carro de som com propaganda eleitoral, apresentações artísticas em comícios eleitorais, conduta dos eleitores frente à propaganda eleitoral irregular, entre outras questões.

Por fim, assim como nas eleições de 2012, o MPRS confeccionou e disponibilizou a cartilha “Propaganda Eleitoral 2014”, para que os Promotores de Justiça com atribuição na matéria pudessem orientar candidatos e partidos políticos. O material também foi disponibilizado na Intranet da Instituição.

Inelegibilidade de Candidatos a Cargos Eletivos

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Procuradoria Regional Eleitoral no Rio Grande do Sul encaminharam ofícios solicitando informações a órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível municipal, estadual e federal, e a conselhos profissionais sobre pessoas em potencial situação de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/90, com as alterações da Lei Complementar nº 135/2010, a chamada “Lei da Ficha Limpa”.

Algumas das entidades oficiadas foram o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Assembleia Legislativa do Estado do RS, Tribunal de Justiça do Estado do RS, Tribunal de Justiça Militar do Estado do RS, Tribunal de Contas do Estado do RS, Tribunal de Contas da União no Estado do RS, Procuradoria-Geral do Estado, Controladoria-Regional da União no Estado do RS, Tribunal Regional Eleitoral do RS, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do RS e diversos Conselhos Regionais Profissionais.

Além disso, por intermédio do Gabinete de Assessoramento Eleitoral, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em junho de 2014, celebrou

um Termo de Convênio com o Tribunal de Justiça do RS, para a disponibilização de acesso às bases de dados processuais constantes em processos judiciais, certidões de antecedentes criminais e rol de culpados, para averiguar eventuais situações de inelegibilidades de candidatos a cargos eletivos. Nos termos do convênio, compete ao Poder Judiciário, por meio do departamento de informática, disponibilizar ao MPRS acesso a sua base de dados processuais informatizada.

Com as informações obtidas, o Ministério Público pôde realizar uma melhor análise dos pedidos de registros de candidatura para os cargos em disputa em 2014, praticamente perfazendo-se em um banco de informações de possíveis candidatos inelegíveis.



Meio Ambiente

Na área da Defesa do Meio Ambiente, o ano de 2014 foi marcado pela consolidação do RESsanear, programa que reflete um conjunto de projetos e ações relacionados a quatro eixos de atuação: elaboração dos planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios; fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico; acompanhamento da implantação dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e de saneamento básico; e, iniciativas para fortalecimento da responsabilidade compartilhada e implementação de sistemas de logística reversa.

Além disso, também merece destaque em 2014 iniciativas dos membros do MPRS na preservação ou recuperação de áreas de proteção ambiental, unidades de conservação e reservas ambientais, assim como a efetiva participação de representantes na Instituição no Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, um espaço permanente e diversificado para o debate de questões relacionadas às consequências negativas dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores, consumidores, população em geral e meio ambiente.

Projetos Estratégicos

Programa RESSanear

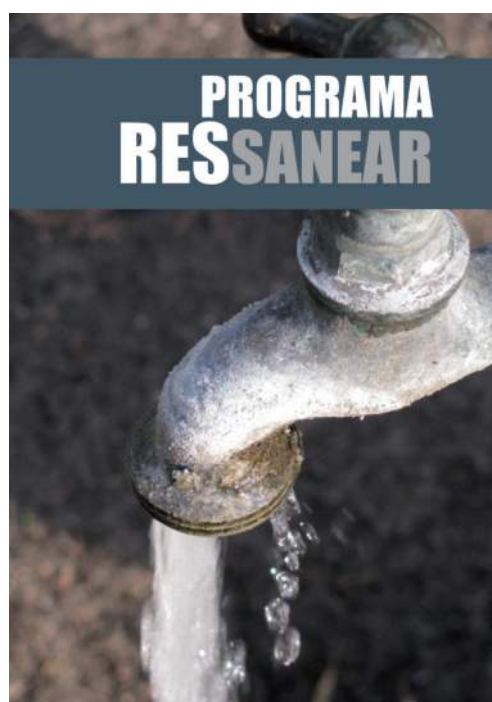
Vinculado ao objetivo estratégico “Garantir a proteção dos recursos hídricos”, o Programa RESSanear reflete um conjunto de projetos e ações relacionados a quatro propostas de atuação: elaboração dos planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios; fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico; acompanhamento da implantação dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e de saneamento básico; e, iniciativas para fortalecimento da responsabilidade compartilhada e implementação de sistemas de logística reversa.

Em maio de 2014, com a finalidade de implementar o Programa RESSanear em todo o Estado, o MPRS firmou termo de cooperação com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que propõe ações pontuais para a implementação de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem pluvial e manejo de resíduos sólidos nos municípios. Para tanto, estão previstos a elaboração e implantação dos Planos de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos Integrados nos municípios; a fiscalização do destino e tratamento dos esgotos domésticos e implementação, na forma de projetos-piloto; e a formação de uma rede articulada na gestão de resíduos eletroeletrônicos e lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, atendendo às diretrizes básicas da legislação específica e ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Além disso, buscando concretizar as ações relativas à proposta de atuação que trata da fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico, o MPRS firmou, em dezembro de 2014, termo de cooperação operacional com as instituições acima referidas e o município de Esteio para implementar projeto-piloto com o propósito de promover a ligação de 2.000 unidades consumidoras do Município à rede pública existente.

Ao longo do ano também foram realizadas oficinas de capacitação com vistas a orientar os Promotores de Justiça sobre o atendimento, por parte dos Municípios, das Leis Federais nº 11.445/2007, que instituiu as diretrizes nacionais para o saneamento básico e nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foram realizadas cinco oficinas de capacitação, nas cidades de Porto Alegre, Passo Fundo, Pelotas, Caxias do Sul e Santa Maria.

Por fim, no que tange à proposta de atuação relacionada às iniciativas para fortalecimento da responsabilidade compartilhada e implementação de sistemas de logística reversa, foi assinado, em novembro de 2014, termo de cooperação entre o MPRS, Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) e Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio) para a continuidade do projeto “Sacola bem utilizada ajuda o meio ambiente”. O projeto tem por finalidade reduzir o uso de sacolas plásticas no Estado, seguindo as metas estabelecidas pelo Pacto Setorial firmado entre a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) e o Ministério do Meio Ambiente, que visa reduzir em 40% o uso de sacolas em 2015.



Iniciativas Realizadas

Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

O Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, coordenado em conjunto pelo MPRS, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho, constitui-se em um espaço permanente e diversificado para o debate de questões relacionadas às consequências negativas dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores, consumidores, população em geral e meio ambiente, possibilitando a troca de experiências e a articulação em rede da sociedade civil, órgãos públicos e demais instituições envolvidas. No Fórum, estão instituídas três comissões temáticas: pulverização aérea, regulação dos agrotóxicos e tratamento e destinação final de agrotóxicos ilegais no Rio Grande do Sul.

O Fórum é uma organização espontânea da sociedade civil, existindo uma entidade nacional e reproduzida em todo o Brasil, para o enfrentamento do uso nocivo e ilegal de agrotóxicos. Destaca-se que o Conselho Nacional do Ministério Público recomendou a atuação uniforme e nacional nesta temática.

Em uma de suas atuações, o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos enviou, em setembro de 2014, ao Presidente da Assembleia Legislativa, nota de repúdio ao Projeto de Lei nº 154/2014, que tramita na Casa e trata da destinação dos agrotóxicos no Estado, e, conforme entendimento do Fórum, representa um retrocesso na proteção ao meio ambiente e à saúde dos gaúchos. Por outro lado, o Fórum expediu nota de apoio ao Projeto de Lei nº 99/2013, também em tramitação na Casa Legislativa, que estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados no Rio Grande do Sul.



Imagem meramente ilustrativa

Atuações de Destaque

Áreas de Proteção Ambiental

O Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS (FEPAM) assinaram, em outubro de 2014, acordo proposto pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na ação civil pública que trata da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. A ação teve origem em inquérito civil regional instaurado em 2009, oriundo de um planejamento de atuação estratégica coletiva do Ministério Público, baseado na Promotoria Regional Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, com objetivo de apurar as causas e omissões do Poder Público em efetivar a implantação, manutenção e o gerenciamento da Unidade de Conservação da referida Área.

O MPRS obteve liminar em Agravo de Instrumento que, entre outras decisões, suspendeu a concessão de qualquer anuência ou autorização para instalação de empreendimentos, obras ou atividades que causassem potencial degradação ambiental no interior da área de proteção e seu entorno.

Cabe destacar, ainda, que foram destinados R\$ 95 mil à Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, como resultado de termo de ajustamento de

conduta celebrado em julho de 2014 entre o MPRS e a CORSAN. O acordo objetivou regularizar a Estação de Tratamento de Água no município de Gravataí, onde a CORSAN compromete-se em implantar Unidade de Tratamento do Lodo, além de elaborar, em até 120 dias, um diagnóstico ambiental para caracterização da área das lagoas de lodo, bem como da Área de Preservação Permanente e banhado adjacentes, sob multa de R\$ 100 mil por ocorrência ou R\$ 1 mil por dia de atraso.

Investimentos em Reserva Biológica de Rio Grande

A Justiça homologou, em dezembro de 2014, um acordo promovido pelo MPRS que retornará R\$ 6 milhões, aproximadamente, para serem investidos na criação e manutenção da Unidade de Conservação Reserva Biológica Banhado do Maçarico, no município de Rio Grande. O acordo põe fim à demanda judicial ajuizada pelo MPRS contra a Odebrecht Energias Alternativas e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). A ação civil pública pedia a suspensão da licença e estipulação das condições gerais de instalação do Complexo Eólico do Corredor Senandes, localizado nas imediações do Balneário Cassino, a partir de investigação do processo de licenciamento do empreendimento de linhas de transmissão de energia elétrica levado a efeito pela Odebrecht Energias Alternativas e licenciado pela FEPAM.

Pelo acordo, a empresa deverá depositar os valores, que perfazem cerca de R\$ 2,5 milhões, em juízo, sendo o restante aplicado diretamente em atividades a serem realizadas pela própria empresa. Deverá, também, contratar e custear empresa para elaboração de Plano de Manejo para a Unidade de Conservação Reserva Biológica Banhado do Maçarico. Já a FEPAM não mais dispensará a realização de estudos prévios de impacto ambiental nos casos de instalação de empreendimentos ou linhas de transmissão de energia elétrica, conforme prevê a Resolução 462 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Na Reserva serão preservadas áreas que são insubstituíveis para diversas aves nativas e migratórias da região.



Paisagem típica do Banhado do Maçarico

Preservação da Fauna na Reserva Biológica do Lami

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, firmou acordo com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para que, no decorrer de 2014, R\$ 100 mil fossem destinados para a instalação de cabos ecológicos a fim de minimizar e evitar a morte de bugios por choques nas redes elétricas no entorno da Reserva Biológica do Lami, localizada na zona sul da Capital. Ao todo, já foram investidos mais de R\$ 160 mil em obras e redes para proteção de bugios que habitam aquela região e com esforços conjuntos da Administração da Reserva do Lami e da CEEE.

A Reserva Biológica do Lami é uma unidade de conservação criada e protegida pelo Decreto 4097/75 que conta com 179 hectares. É a primeira reserva biológica municipal do Brasil, que também conta com mais de 200 espécies de aves nativas registradas na área, dentre as quais várias migratórias.

Veículo para Unidade de Conservação de Viamão

A partir de termo de ajustamento de conduta firmado entre o MPRS e empresa que causou danos ao meio ambiente, a Unidade de Conservação Estadual Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, localizada no município de Viamão, recebeu, em setembro de 2014, um veículo Fiat Strada Fire Flex. O veículo será utilizado em atividades administrativas, de manejo e de fiscalização na Unidade de Conservação.

Lançamento de Efluentes Líquidos

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através da Promotoria de Justiça de Ivoti, firmou, em julho de 2014, termo de ajustamento de conduta com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FE-PAM) e cinco curtumes localizados no município de Ivoti. Com o acordo, os proprietários das empresas se comprometeram em realizar as adequações ambientais exigidas, em especial quanto ao lançamento dos efluentes líquidos.

Sistema Integrado para Gestão de Agrotóxicos

O MPRS firmou, em setembro de 2014, termo de cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS) e a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), objetivando a troca de informações e o mútuo apoio técnico na criação e implantação do Sistema Integrado para Gestão de Agrotóxicos (SIGA). O sistema será utilizado para o levantamento dos dados referentes aos agrotóxicos cadastrados para o comércio, bem como listas de responsáveis técnicos de empresa que comercializam e armazenam agrotóxicos no Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando também acesso aos receiptuários agronômicos emitidos. Com base nos dados coletados no sistema será possível a elaboração de estatísticas sobre consumo de agroquímicos e planejamento de ações de política agrícola e ambiental relacionadas ao uso dos pesticidas.

Abastecimento de Água

O MPRS firmou termo de cooperação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA), a Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHABS) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). O termo visa à integração e otimização das ações desenvolvidas pela SEMA e CORSAN na fiscalização de autorização, construção, captação e uso das águas subterrâneas provenientes de poços tubulares para abastecimento coletivo em edificações urbanas permanentes de condomínios, loteamentos, atividades comerciais, públicas ou de interesse público, onde já exista rede pública de abastecimento de água em funcionamento no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.



Imagem meramente ilustrativa

Reestruturação do Sistema Municipal de Reciclagem

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, junto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), Braskem, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Projeto Mãos Verdes, Fórum de Catadores e Prefeitura Municipal de Porto Alegre firmaram termo de cooperação técnica para viabilizar a reestruturação do Sistema Municipal de Reciclagem. A parceria garante o repasse de R\$ 432 mil ao Município para a realização de um estudo técnico e o planejamento de ações do programa de Inclusão Produtiva na Reciclagem “Todos Somos Porto Alegre”. O índice atual de recuperação de materiais recicláveis é de 18,33%, e deverá saltar para 45% até 2016.

Cooperação para Reduzir Emissão de Poluentes por Veículos de Transportes de Passageiros na Capital

Com o objetivo de reduzir os níveis de emissão de poluentes e gases de efeito estufa pelas frotas de veículos de transporte de passageiros que operam em Porto Alegre, o MPRS firmou, em setembro de 2014, termo de cooperação com a Secretaria do Meio Ambiente da Capital (SMAM), Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Federação das Empresas de Transporte Rodoviário do Rio Grande do Sul (FETERGS) e Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN).

Conforme o termo compete aos signatários a conjugação de esforços para promover o uso racional de combustíveis e a redução da emissão de poluentes nos veículos das empresas de transporte de cargas e de passageiros associadas à FETERGS e nos de transporte coletivo de passageiros da frota municipal e metropolitana fiscalizadas pela EPTC e pela METROPLAN, visando ao atendimento dos padrões de opacidade (fumaça preta) estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

O termo de cooperação prevê, ainda, que os veículos aprovados no monitoramento serão identificados por intermédio de um selo de identificação – “Selo Verde”, que deverá ser fixado no para-brisa dos veículos, com informações e validade da aferição.

Destinação de Lâmpadas Fluorescentes

O MPRS, em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Vacaria, promoveu o projeto “Dezembro Verde”, que consiste em campanhas sobre a correta destinação dos resíduos sólidos. Além disso, foi utilizado para divulgar o acordo realizado com as empresas locais para a correta destinação das lâmpadas fluorescentes, sendo que, em relação ao passivo existente, foi realizado nos dias 20 e 21 de dezembro de 2014 o recolhimento total e destino adequado dessas lâmpadas que se encontram nas residências e empresas.

O acordo fecha um ciclo da destinação de resíduos no município de Vacaria, onde há dez anos foi eliminado o lixão existente e o aterro sanitário passou a funcionar em melhores condições, após instigação ao Poder Público e participação do MPRS, passando-se também a realizar a destinação correta de vários itens como embalagens agrotóxicas, entulhos da construção civil, pneus, pilhas, baterias, óleo de fritura e eletroeletrônicos.



Gestão Ambiental

O MPRS, por meio da Comissão Institucional Permanente de Gestão Ambiental (Verde-MP), assinou, em junho de 2014, a segunda renovação do termo de cooperação que tem por objeto a conjugação de esforços visando à troca de informações, promoção de ações conjuntas, estímulo e socialização de projetos voltados às ações socioambientais, tendo por fim alcançar seu público interno e a comunidade em geral. Além do MPRS, participam do termo os seguintes órgãos públicos: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Associação dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul, Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Ordem dos Advogados do Brasil Seção RS, Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho da 4ª Região, Tribunal de Contas da União, Escola Superior da Magistratura e Escola Superior da Advocacia Pública. Na oportunidade, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental, formado pelos mesmos integrantes do Termo de Cooperação, promoveu a V Semana Interinstitucional do Meio Ambiente, evento que abordou temas relativos à sustentabilidade em desenvolvimento na Administração Pública, os cenários para as mudanças do clima, a segurança alimentar, matriz energética e licitações sustentáveis.

Monumentos Restaurados no Parque da Redenção

A Redenção recebeu oficialmente, em dezembro de 2014, 12 monumentos revitalizados. Após cerca de cinco meses de um minucioso trabalho de recuperação, que envolveu técnicos da Prefeitura e da iniciativa privada, foi concluída a primeira fase do projeto “Construção Cultural”, resultado de uma parceria entre o município de Porto Alegre e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS), com o apoio do MPRS. O trabalho de recuperação teve início em agosto e envolveu desde pesquisa fotográfica, até a busca de materiais alternativos que impedissem novos casos de vandalismos.

Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul firmou termo de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) visando à cooperação entre as partes para fins de qualificação técnico-científica, intercâmbio de informações por meio de cursos e seminários, além do fomento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a preservação do patrimônio histórico e cultural do município de São José do Norte.



Imagem meramente ilustrativa

Consumidor



O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul focou sua atuação em 2014 na qualidade dos produtos alimentícios que são consumidos pelos gaúchos. A Operação Leite Compen\$ado, por exemplo, teve prosseguimento, com a 4ª, 5ª, 6ª e 7ª fases. O MPRS continuou atuando fortemente nas investigações de fraudes e adulterações na cadeia leiteira, além de participar de outras três ações em conjunto com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), responsável por operações similares naquele Estado.

Na mesma linha, a Instituição também desenvolveu o programa “Segurança Alimentar e Direito à informação do Consumidor” que busca divulgar informações necessárias e relevantes para que o consumidor escolha conscientemente o alimento que pretende ingerir.

Outro foco de atuação do MPRS na área do consumidor foi o combate à adulteração de combustíveis em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Essa atividade de fiscalização vem sendo realizada no Estado desde 2003 e, a partir de lá, já foram ajuizadas 299 ações cautelares. Durante as atividades são utilizados um laboratório móvel de análise de combustíveis com equipamentos certificados pela Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP).

Projetos Estratégicos

Segurança Alimentar e Direito à Informação do Consumidor

Vinculado ao objetivo estratégico “Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor”, o programa “Segurança Alimentar e Direito à informação do Consumidor” tem por finalidade tornar públicas as informações necessárias e relevantes para que o consumidor eleja de forma consciente o alimento que pretende ingerir.

Dentre as atividades realizadas no âmbito do Programa, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul promoveu, em outubro de 2014, o Seminário “Segurança Alimentar: Alimentos (Im)próprios ao Consumo”, que objetivou alinhar o entendimento sobre a questão da segurança alimentar no Estado e verificar qual é a atuação de cada órgão no processo de fiscalização.

Além disso, durante este mesmo evento, foi assinado um termo de cooperação para a divulgação das empresas condenadas administrativamente pelo fornecimento de alimentos impróprios ao consumo, efetivada através do site do PROCON-RS. Firmaram o documento, além do MPRS, as Secretarias Estaduais da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, da Justiça e dos Direitos Humanos e da Saúde, o Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar. Vale destacar que, em dezembro de 2014, foi divulgada a primeira lista das empresas condenadas administrativamente pelo fornecimento de alimentos impróprios.

Por fim, também está prevista a realização de uma campanha publicitária para alertar os consumidores sobre o tema e sua responsabilidade acerca de buscarem nos rótulos, gôndolas, etiquetas e nos meios de divulgação indicados as informações sobre os alimentos e seus produtores, a fim de evitarem riscos à saúde e à própria vida.



Promotoria Especializada do Torcedor

O projeto tem por finalidade a estruturação de uma Promotoria de Justiça com a responsabilidade de centralizar a atuação em todas as situações decorrentes de relações jurídicas reguladas pelo Estatuto de Defesa do Torcedor. A iniciativa tem demonstrado agilidade e eficácia na solução dos problemas surgidos nesta temática. Deste modo, o projeto-piloto da Promotoria de Justiça do Torcedor, implementado em 2013, foi prorrogado, em setembro de 2014, por mais um ano.

Vale ressaltar o enfoque preventivo das atividades realizadas no âmbito desta Promotoria, privilegiando a atuação extrajudicial na organização e realização dos espetáculos futebolísticos. As atividades voltaram-se, sobretudo, à garantia das condições de uso das praças desportivas, à segurança dos torcedores e à prevenção da violência nos estádios. Dentre os instrumentos utilizados, notabilizaram-se as atividades de fiscalização e as ações voltadas ao combate da prática de atitudes racistas, à garantia da acessibilidade e ao cadastramento dos torcedores organizados, com a intensificação das punições.

Além da atividade extrajudicial desenvolvida no âmbito do projeto-piloto, o MPRS, através da Promotoria Especializada, manifestou-se em inúmeros processos criminais e cíveis e participou de audiências judiciais realizadas nos Juizados do Torcedor instalados nos

Estádios Arena do Grêmio, Beira-Rio, Centenário, Alfredo Jaconi e Do Vale, nos dias de jogos da dupla Gre-Nal, bem como nos Juizados Especiais Criminais do Foro Central e Regional do 4º Distrito e na 2ª Vara Criminal e Juizado do Torcedor e Grandes Eventos da Comarca de Porto Alegre.

Ressalta-se que foram realizadas 109 audiências no ano de 2014, tendo sido 69 audiências em jogos do Grêmio e 35 em jogos do Internacional como mandantes, resultando em 48 pessoas impedidas de frequentar os estádios em jogos de futebol.

Os resultados do projeto-piloto mostram-se exitosos, pois a atuação assegurou aos torcedores melhores condições durante as partidas de futebol, bem como a construção de um ambiente mais seguro, buscando garantir, desta forma, os direitos do torcedor contemplados na legislação.



Lei da Transparência Fiscal

O MPRS promoveu, no decorrer de 2014, diversos encontros com entidades representativas no Estado com o objetivo de debater a adoção de ações efetivas no sentido de dar cumprimento às disposições contidas na Lei 12.741/2012, conhecida como a Lei da Transparência Fiscal. A referida Lei estabelece punições para os estabelecimentos comerciais que não discriminarem na nota fiscal ou em local visível os impostos embutidos no preço dos produtos e serviços.

Em decorrência desses encontros, foi também lançada, em dezembro de 2014, uma cartilha educativa - "De olho no imposto" - Lei da Transparência Fiscal 12.741/2012 - em parceria com a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Programa Estadual de Defesa dos Consumidores (PROCON-RS), Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (SESCON-RS).

A publicação apresenta a forma de fiscalização e possíveis punições que as empresas podem sofrer em caso de não ser divulgado o valor dos tributos que influenciam a formação do preço final da venda. A cartilha aponta, também, os objetivos da legislação, tributos que devem ser divulgados, as formas válidas de divulgação, o cálculo do valor estimado e orientações para as microempresas, empresas de pequeno porte e individuais.

Fiscalização da Qualidade da Erva Mate no Estado

Em julho de 2014, o Ministério da Saúde Pública do Uruguai divulgou ter detectado chumbo e cádmio acima dos padrões permitidos na erva-mate importada do Rio Grande do Sul. Diante do fato, o MPRS instaurou inquérito civil para averiguar a situação.

Na sequência, em agosto de 2014, representantes do MPRS, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ria (ANVISA) e da Vigilância Sanitária Estadual se reuniram para definir detalhes das análises e da fiscalização da erva-mate no Rio Grande do Sul. Foi estabelecido que a ANVISA realizará as análises dos metais pesados, enquanto a Vigilância Sanitária do RS fará as inspeções relacionadas com a adição de açúcar não identificada na embalagem dos produtos que chegam diretamente ao consumidor.



Imagem meramente ilustrativa

Atuações de Destaque

Operação Leite CompenSado

Em 2014, o MPRS continuou atuando fortemente nas investigações de fraudes e adulterações na cadeia leiteira, deflagrando mais quatro etapas da operação "Leite CompenSado", além de atuar em outras três em conjunto com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), responsável por operações similares naquele Estado.

Assim, em março de 2014, foi deflagrada a quarta fase da Operação Leite CompenSado, trabalho conjunto do MPRS com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Polícia Civil e Brigada Militar, com mandados de busca e apreensão em oito cidades de diferentes regiões do Estado. Esta fase iniciou a partir de 12 amostras de leite cru coletadas pelo Mapa com a presença de formaldeídos (formol), no posto de resfriamento da indústria de laticínios O Rei do Sul, em Condor, região noroeste do Estado.

Conforme o Mapa, parte deste leite impróprio foi entregue à empresa de laticínios LBR, de Tapejara, que enviou o produto para suas unidades em Guaratinguetá-SP (100 mil litros) e Lobato-PR (199 mil litros). Ainda, em março de 2014, foi denunciado o proprietário da empresa O Rei do Sul por fraudar 97.130 mil litros de leite através da adição de água contendo ureia e formol. Conforme a denúncia do MPRS, nove amostras do leite cru analisadas pelo Laboratório da Univates apontaram a presença do produto químico.



Indústria e Comércio de Laticínios O Rei do Sul Ltda, em Condor, foi alvo da quarta fase da Operação.

A quinta fase das investigações ocorreu em maio de 2014, em ação conjunta do MPRS com a Receita Estadual, Mapa e Brigada Militar, quando foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e três de prisão em dez cidades do Vale do Taquari e Vale do Sinos, em especial em Imigrante e Paverama, sede das indústrias de laticínios Hollmann e Pavlat. Na operação, foi comprovada a adição de diversos produtos como citrato, soda cáustica, bicarbonato de sódio, água oxigenada, entre outros.

Depois de cumpridos os mandados, que incluiu a apreensão de 16 caminhões de transporte de leite pelo MPRS, as duas indústrias alvo desta operação entraram em Regime Especial de Fiscalização (REF), sob intervenção do Mapa, pelo período, respectivamente, de 26 dias (Pavlat) e 21 dias (Hollmann), com fiscais federais atuando na testagem da totalidade da matéria prima que chegava e saía dessas fábricas.

Nesta etapa da Operação Leite Compen\$ado o MPRS denunciou à Justiça de Teutônia 14 pessoas investigadas, as quais responderão por um total de 69 delitos.

A sexta fase da Operação Leite Compen\$ado foi desencadeada em junho de 2014 e tratou da fraude no leite enviado para a Confepar Agro-Indústria Cooperativa Central, com sede no Paraná. Após mais de seis meses de investigações, ficou comprovado que a Cooperativa adquiria leite fraudado ou em deterioração no Rio Grande do Sul. O volume total do produto levado do Estado pode ter chegado a 7,3 milhões de litros por mês.

Foram cumpridos cinco mandados de prisão e 16 de busca e apreensão. Além disso, a Justiça autorizou a apreensão de 24 caminhões utilizados para transportar leite adulterado. Os mandados da Operação Leite Compen\$ado VI foram cumpridos na cidade paranaense de Londrina e nos municípios gaúchos de Ijuí, Taquaruçu do Sul, Ibirubá, Campina das Missões, Alegria, Boa Vista do Buricá, Crissiumal, São Valério do Sul, São Martinho, Cruz Alta e Coronel Barros.

Cabe destacar que, em agosto de 2014, o MPRS também participou de operações deflagradas (Leite Adulterado I e II) pelo Ministério Público de Santa Catarina em seis cidades catarinenses e uma no RS, relacionadas à fraude no leite que era distribuído para os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, quando foram cumpridos 20 mandados de prisão e 11 de busca e apreensão. Também participaram das ações o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Receita Estadual de Santa Catarina. E, em outubro de 2014, integrantes do MPRS novamente prestaram apoio ao MPSC em operação semelhante (Leite Adulterado III), quando foram cumpridos 16 mandados de prisão e 21 de busca e apreensão em seis cidades de Santa Catarina e uma do Rio Grande do Sul.

Por fim, a sétima fase da Operação Leite Compen\$ado foi deflagrada em dezembro de 2014, por meio de operação conjunta do MPRS com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Receita Estadual, da Brigada Militar, além da participação do Ministério Público de Santa Catarina

(MPSC). Foram cumpridos 17 mandados de prisão e outros 17 de busca e apreensão nas cidades de Erechim, Jacutinga, Maximiliano de Almeida, Gaurama, Viadutos e Machadinho. Os laudos do Mapa apontaram adição de água, para aumentar o volume das cargas, e determinação da quantia de sal que servia para adequar o ponto de congelamento do alimento e mascarar a fraude econômica.

Segundo as investigações, a regra era a adição de água na proporção de 10% do volume. No entanto, alguns produtores chegaram a adicionar 200 litros de água em 500 litros de leite (produção média diária das propriedades), uma adulteração de até 40%. Depois de adulterado, o leite era entregue em dois postos de resfriamento: Rempel & Coghetto Ltda, em Jacutinga, e Cotrel (Cooperativa Tríticola Erechim Ltda.), em Erechim. Os responsáveis pelas empresas tiveram as prisões preventivas decretadas por receberem o produto adulterado e não informarem o Mapa sobre a fraude. Em decorrência dos depoimentos dos envolvidos, o MPRS requereu outras quatro prisões preventivas de funcionárias do laboratório do posto de resfriamento Rempel & Coghetto Ltda., as quais eram responsáveis por mascarar os resultados de laudos.

O MPRS ofereceu, na Justiça de Gaurama, denúncia criminal contra 22 pessoas envolvidas nesta sétima fase da operação. Também foi ajuizada uma ação coletiva de consumo, com pedido de liminar contra a empresa Transportes Rafinha Ltda., que coletava leite com adição de água. Na ação, o MPRS pediu a quebra do sigilo bancário dos demandados e a decretação da indisponibilidade dos bens, como caminhões, carros e propriedades privadas, que foi deferida posteriormente pelo Poder Judiciário.

As ações civis coletivas de consumo contra as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na fraude já contabilizam 150 bens indisponibilizados, entre veículos e imóveis, avaliados em aproximadamente R\$ 13 milhões. Como resultado das assinaturas dos termos de ajustamento de conduta (TACs) com indústrias de laticínios, já foram revertidos para órgãos públicos, por meio da doação de bens, cerca de R\$ 10 milhões.



Representantes do MP e da BM durante o ato de entrega dos veículos.

Agrotóxicos: Supermercado é Obrigado a Identificar e Separar Hortigranjeiros nas Gôndolas

Em virtude da constatação de prática comercial abusiva, pela comercialização de produtos hortifrutigranjeiros com a presença de agrotóxicos em desacordo com as normas legais, foi julgada procedente a ação civil pública ajuizada pelo MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, contra a Comercial Zaffari Ltda.

A decisão judicial determinou que a empresa separe e identifique os produtos nos depósitos e nas gôndolas e mantenha, pelo prazo mínimo de dois anos documentação fiscal dos produtos hortigranjeiros “in natura” adquiridos de produtores ou distribuidores para comercialização em suas lojas, fornecendo cópia aos órgãos de fiscalização quando coletadas amostras para fins de análises laboratoriais.

O supermercado deverá, ainda, suspender novas aquisições do produto (e de seu respectivo produtor) que apresente resíduo de agrotóxico de uso proibido ou que tenha desrespeitado os limites máximos estabelecidos pela ANVISA e pelas normas legais pertinentes, até que o produtor apresente laudo técnico demonstrativo de que o produto passou a atender as especificações legais e regulamentares para tanto.

Vale lembrar que o MPRS ajuizou outras ações coletivas de consumo no mesmo sentido, contra as

maiores redes de supermercados do Estado, sendo que na maior parte delas as medidas liminares foram integralmente deferidas, uma vez que indispensáveis para permitir a rastreabilidade do produto e a verificação de como está se dando a aplicação dos agrotóxicos na origem.

Fiscalização de Combustíveis

O MPRS realizou no ano de 2014 operações de combate à adulteração de combustíveis em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Durante as atividades, foi utilizado laboratório móvel de análise de combustíveis com equipamentos certificados pela Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP).

Vale destacar que, em virtude de uma das ações de fiscalização, em julho de 2014, foram cumpridas cinco ordens judiciais obtidas pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital, que determinaram a interdição da venda de etanol em cinco postos de Porto Alegre. Além disso, a partir de operação realizada em Arroio do Tigre, em agosto de 2014, foi constatada a comercialização de etanol em desacordo com as especificações legais por um posto revendedor, sendo ajuizada ação pelo MPRS, na qual foi obtida decisão liminar determinando a imediata suspensão da comercialização do etanol impróprio, com o lacramento das bombas e tanques do produto.

Ações similares foram propostas contra postos revendedores de combustíveis que estavam comercializando produtos em desacordo com as normas legais em outros municípios (Jóia, Nova Alvorada, São Valentim, Farroupilha, Triunfo, Glorinha, dentre outros), com resultados favoráveis. Ressalta-se que essa atividade de fiscalização da qualidade dos combustíveis pelo Ministério Público vem sendo realizada no Estado desde 2003 e, desde então, já foram ajuizadas 299 ações cautelares.



Imagem meramente ilustrativa

Mantida Condenação de Supermercado por Expor à Venda Produtos Vencidos e em Más Condições de Refrigeração

A 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve decisão em 1º grau que condenou o supermercado Carrefour ao pagamento de dano moral coletivo, em virtude da comercialização de produtos impróprios para o consumo, com prazos de validade vencidos e em más condições de refrigeração.

Além da indenização devida a título de dano moral coletivo, foi determinado que o réu não exponha à venda produtos congelados em temperatura de refrigeração inadequada e que faça constar, no local em que estes alimentos estão expostos, termômetro em perfeitas condições de funcionamento, para aferição da temperatura. Por fim, o supermercado Carrefour deve anunciar nos principais jornais do RS o dispositivo da decisão.

TJ Mantém Condenação de Empresa por Cobrança de Tarifa de Emissão de Boleto Bancário

A 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve decisão proferida em ação coletiva de consumo ajuizada pelo MPRS, que condenou a BV Financeira S.A. a indenizar os danos causados aos consumidores devido à cobrança abusiva de tarifa de emissão de boleto

bancário. Na ação, a BV Financeira foi condenada a indenizar, da forma mais ampla e completa possível, os danos materiais e morais causados aos consumidores individualmente considerados, mediante liquidação a ser processada nos próprios autos a partir de pedidos deduzidos pelos próprios lesados.

A empresa também foi condenada a indenizar os consumidores coletivamente considerados no valor de R\$ 300 mil, acrescido de correção monetária e juros legais, pelo dano moral coletivo decorrente de lesão aos interesses difusos resultante do abalo à harmonia nas relações de consumo. O valor será destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Consumidores. Por fim, foi imposta à Financeira a obrigação de publicar a sentença condenatória em jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul.

Samsung é Condenada ao Pagamento de Dano Moral Coletivo por Cobrança Abusiva de Serviço

A 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve a decisão proferida pela Justiça que declarou a abusividade da cobrança de transporte para assistência técnica de produto que ainda se encontra no prazo legal de garantia, bem como proveu o recurso interposto pelo MPRS para condenar a Samsung ao pagamento de R\$ 200 mil a título de dano moral coletivo.

CEEE Condenada a não mais Cobrar Tarifa pela Emissão de Boleto

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) deu provimento a recurso interposto pelo MPRS, em ação coletiva de consumo movida contra a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE), condenando a referida fornecedora de energia a não mais cobrar qualquer tarifa pela emissão de boleto bancário (quando esta for a única modalidade oferecida pela credora para a quitação do débito), bem como a não exigir a chamada taxa de administração (não autorizada por Resoluções da ANEEL, bem como por violar o art. 51 do

CDC – impor ao consumidor o ressarcimento dos custos da cobrança). O TJRS determinou, ainda, a devolução dos valores pagos pelos consumidores a tais títulos e também reconheceu a ilegalidade da cobrança de multa e juros em percentuais superiores ao limite legal.

Alegrete: Ação Culmina na Resolução de Problemas de Desabastecimento de Energia Elétrica

Ao atender ação civil pública ajuizada pelo MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Alegrete, o Judiciário determinou, liminarmente, que a empresa AES Sul apresente um diagnóstico sobre a eficácia do seu serviço de call center e efetue melhorias no atendimento. Estabeleceu, também, o prazo de um ano para que a companhia resolva o problema do desabastecimento de energia no distrito de Passo Novo, situado a 30 quilômetros do centro do município de Alegrete, determinando que, após um diagnóstico da situação no local, a AES Sul efetue a substituição de itens cuja vida útil esteja superada, com vistas a melhorar as condições da rede de transmissão e distribuição de energia que abastece o distrito.

Alegrete: Ação Culmina na Proibição de Comercialização de Serviços de Telefonia

Ao atender ação civil pública ajuizada pelo MPRS, através da Promotoria de Justiça de Alegrete, a Justiça proibiu que a empresa de telefonia Oi comercialize qualquer serviço até que comprove a solução de todos os protocolos abertos em seu call center relativo a clientes atendidos no Município. A decisão judicial determina que a empresa apresente diagnóstico de sua infraestrutura, comprovando a capacidade técnica para atender aos planos contratados, em especial no que se refere às velocidades de Internet, cobertura do sinal de telefonia fixa e celular em toda a zona urbana do Município.

Caxias do Sul: Município Condenado a Devolver Valores a Consumidores

Foi julgada procedente a ação civil pública proposta pelo MPRS, através da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, contra o Serviço Municipal de Água e Esgoto (SAMA E) e o município de Caxias do Sul. Assim, os valores cobrados indevidamente na conta de água dos consumidores, destinados ao Fundo Municipal de Recursos Hídricos, deverão ser devolvidos.

A restituição terá que ser feita com correção monetária por meio do índice aplicado pelo Município em seus créditos tributários, a contar de cada pagamento indevido, e juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado da sentença. O total a ser devolvido é de aproximadamente R\$ 15 milhões.

Arvorezinha: Cerca de Uma Tonelada de Carne é Apreendida em Ação do MPRS

Uma operação do MPRS em conjunto com a Vigilância Sanitária e a Polícia Civil apreendeu, em julho de 2014, cerca de uma tonelada de carne sem procedência e inadequada para o consumo no município de Arvorezinha.

Os alimentos foram encontrados com o prazo de validade vencido e sem o devido acondicionamento em um mercado da cidade e na Escola Municipal Infantil Professora Diva Maria Sabedotti Fornari, onde foram flagrados 15 quilos de carne moída imprópria para o consumo e que era servida para os alunos do estabelecimento escolar.

O dono do mercado foi detido, mas o MPRS ainda buscará a responsabilização da Administração Municipal de Arvorezinha, uma vez que a merenda escolar era fornecida pelo referido mercado.

Erechim: Rede de Supermercados tem 60 dias para se Adequar às Normas Sanitárias

Em pedido de liminar do MPRS em ação coletiva de consumo, a Justiça de Erechim determinou que a rede Master Supermercados promova as adequações necessárias nos seus estabelecimentos situados na Comarca às normas sanitárias vigentes, num prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. Além disso, a liminar determinou, que a empresa tome uma série de providências relacionadas à identificação e conservação dos produtos comercializados sob pena de multa de R\$ 20 mil para cada caso de descumprimento.

Somente neste ano, a rede de supermercados foi alvo de seis autos de infração da Vigilância Sanitária relacionados à falta de higienização nas instalações, problemas na conservação dos alimentos e na identificação dos produtos. E, em 2003, já havia firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o MPRS em virtude de irregularidades semelhantes.

Em junho e agosto de 2014, houve tentativas de novo ajuste, mas os responsáveis pela rede de supermercados não aceitaram as condições do acordo extrajudicial, o que determinou o ajuizamento da ação coletiva de consumo. O MPRS solicitou que, ao final do processo, seja arbitrada indenização pelo dano moral coletivo.

Torres: Supermercado deve Diminuir o Tempo de Espera nas Filas

A pedido do MPRS, em agravo de instrumento, o TJRS determinou que o Supermercado Nacional de Torres faça o atendimento aos consumidores nos caixas em tempo máximo de 15 minutos de espera no período de alta temporada, compreendida esta entre os dias 20 de dezembro e 15 de março, e em dez minutos nos demais dias do ano, sob pena de multa no valor de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

O supermercado ainda deverá afixar pelo menos dois cartazes na entrada do estabelecimento informando sobre este tempo limite. Também deverá retirar gôn-

dulas ou qualquer tipo de equipamento que dificulte o acesso ou a locomoção dos usuários. A determinação, em caráter liminar, deverá ser publicada pelo Supermercado Nacional em jornais de circulação local.

A ação civil pública que gerou o deferimento das liminares em segunda instância foi ajuizada pelo MPRS, através da Promotoria de Torres, em janeiro de 2014, devido ao flagrante desrespeito e afronta aos direitos dos consumidores.

Valores Oriundos de Decisões, Acordos Judiciais e Extrajudiciais

O MPRS, através da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, tendo por base decisões judiciais, homologação de acordos extrajudiciais e judiciais e fixação de multas em virtude de eventuais descumprimentos, está destinando mais de R\$ 2 milhões de reais a Fundos Estaduais:

▲ Dentre a importância arrecadada, R\$ 500 mil foram repassados ao Fundo Estadual da Criança e Adolescente em virtude de acordo judicial celebrado com a Unilever;

▲ Outros R\$ 300 mil ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados do Consumidor, a título de multa por descumprimento judicial suportado pelo Carrefour;

▲ Por fim, R\$ 1, 228 milhão foi destinado ao Fundo Estadual da Saúde, pago pelo Banco Excel Econômico em ação coletiva de consumo julgada procedente para declarar nulas cláusulas abusivas previstas em contratos bancários.

Renovado Acordo para Análises de Produtos Lácteos

Foi renovado, em maio de 2014, o acordo de cooperação que prevê atuação entre diversas instituições para analisar a conformidade dos produtos lácteos no Rio Grande do Sul com o objetivo de prevenir fraudes. O convênio integra o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Secretaria Estadual da Saúde, Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, mantenedora do Centro Universitário Univates.

Ordem

Urbanística

e Questões

Fundiárias



Na área da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, o MPRS atuou em várias frentes no ano de 2014, como no aprimoramento da atuação na fiscalização dos Alvarás de Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (APPCI), na regularização fundiária e em alternativas para acabar com ocupações humanas sob linhas de transmissão elétrica. Destaque para a campanha “Morar em loteamento clandestino ou irregular não é legal”, lançada em novembro, que tem como objetivo conscientizar a população em geral sobre os prejuízos à cidade e aos próprios moradores em razão da falta de infraestrutura causados pelo parcelamento irregular. Material gráfico com informações sobre o tema foram distribuídos para Prefeituras, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência em Assistência Social e associações de bairro.

Projetos Estratégicos

Planos de Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI

Vinculado ao objetivo estratégico “Zelar pela Adequada Gestão Urbana”, o “Projeto Planos de Prevenção e Combate a Incêndio – PPCI” foi elaborado em face da expressiva demanda ministerial na área após a tragédia na Boate Kiss, em janeiro de 2013, bem como da consequente alteração da legislação pertinente, o que tornou necessário o aperfeiçoamento da atuação institucional nesta temática. Deste modo, o projeto objetiva o estabelecimento de diretrizes para aprimoramento da atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul no que tange à fiscalização dos Alvarás de Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (APPCI), principalmente em locais que concentram grandes aglomerações de pessoas.

O projeto prevê a elaboração de material de apoio e fluxo de trabalho para orientação dos Promotores de Justiça, bem como definição das atribuições para casos específicos onde há fiscalização ministerial mais abrangente em decorrência da natureza da instituição fiscalizada (escolas, lares de idosos, presídios, etc). Para tanto, teve como fonte de embasamento dados colhidos por meio de reuniões interinstitucionais concernentes à atuação prática da fiscalização administrativa dos APPCIs no Estado e solicitação de informações internas quanto à atuação ministerial na matéria.

Cabe destacar que, ao longo do ano de 2014, o MPRS, instaurou 53 inquéritos civis, uma ação civil pública e quatro termos de ajustamento de conduta em 41 cidades do Estado, referentes às condições das edificações com aglomerações de pessoas e verificação da estrutura de fiscalização sobre normas de proteção e prevenção contra incêndio. Em três cidades houve regularização e adequação às exigências da legislação.

Iniciativas Realizadas

Regularização Fundiária

Dando sequência às ações realizadas em 2013, o MPRS continua acompanhando a execução do termo de cooperação com o escopo de viabilizar a regularização dos loteamentos clandestinos e o congelamento das ocupações em Porto Alegre, tutelando o direito à moradia e impedindo o crescimento urbano desordenado. A partir de uma lista de loteamentos irregulares apresentada pelo município de Porto Alegre e da realização do levantamento topográfico de cada um deles, foram selecionados nove loteamentos para regularização, tendo como critério para escolha locais com incidência de áreas de preservação permanente e de risco.

Além disso, em novembro de 2014, foi lançada a campanha “Morar em loteamento clandestino ou irregular não é legal”, outra iniciativa do MPRS em conjunto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul (SEHABS), Colégio Notarial, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON), Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região (CRECI-RS), Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS), Sindicato dos Arquitetos no RGS (SAERGS), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS) e Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS). O objetivo da campanha é dar divulgação à população em geral, conscientizando os consumidores sobre os prejuízos à cidade e aos próprios moradores em razão da falta de infraestrutura causados pelo parcelamento irregular, trazendo informações jurídicas sobre a cadeia negocial e registral na aquisição de lotes, assim como a responsabilidade de todos os envolvidos (empreendedor, adquirente, corretor, arquiteto ou engenheiro, tabelião e registrador, Município e Estado).

Ampliando sua atuação no Estado, a campanha está sendo veiculada por meio de uma cartilha e folder, com linguagem direta e acessível, com distribuição para órgãos como prefeituras, unidades básicas de saúde, centros de referência em assistência social e associações de bairro.



Lançamento da campanha contra loteamentos irregulares na Restinga

Ocupações Humanas sob Linhas de Transmissão de Energia Elétrica

O MPRS, através do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, articulou a criação de um grupo de trabalho para tratar das ocupações humanas sob linhas de transmissão de energia elétrica, com a finalidade de estudar, discutir e propor estratégias para regularizar esta situação, em razão da grande dificuldade enfrentada pelas concessionárias para execução de decisões judiciais de reintegração de posse e o grave problema social que isso representa. O grupo é composto pelas companhias de energia elétrica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado (SEHABS), Defensoria Pública, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RS) e Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

Ficou acordado que cabe às companhias de energia elétrica adotar medidas preventivas para inibir e conter ocupações humanas irregulares nessas áreas de risco, com adoção de ações extrajudiciais (rotina de fiscalização periódica, cercamento, notificação, dentre outras) ou judiciais, se for o caso. As medidas são para garantir que o espaço sob as linhas de transmissão não seja ocupado por moradias ou outras edificações, mediante ações de interdito proibitório ou manutenção de posse, ou para remover quem indevidamente ocupe tais espaços, através de ação de reintegração de posse.

Por fim, entre outras medidas, houve acordo para que as instituições do grupo de trabalho incentivem a inclusão dessas áreas de risco – faixas sob linhas de transmissão – como áreas não edificáveis no Plano Diretor de cada Município, ficando as respectivas companhias de energia elétrica incumbidas de fornecer o mapeamento dessas áreas aos municípios.



Imagem meramente ilustrativa

Atuações de Destaque

Justiça Obriga Prefeitura de Porto Alegre a Investir em Ciclovias

Em decisão originada de ação civil pública do MPRS, a 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça determinou, em março de 2014, que no mínimo 20% do montante financeiro arrecadado com multas de trânsito no município de Porto Alegre deverão ser aplicados, anualmente, na construção de ciclovias e em programas educativos. Ainda, conforme a decisão, foi determinado que o Município atenda às disposições da lei municipal no prazo máximo de quatro anos e três meses, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2 mil limitando a penalidade em R\$ 400 mil.

Loteamentos Irregulares em Caxias do Sul

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, promoveu a instalação de placas que sinalizam loteamentos irregulares na cidade. As placas indicativas foram colocadas com autorização judicial e pretendem alertar a população acerca das irregularidades. A parceria, que inclui o ajuizamento conjunto de ações civis públicas tem por finalidade defender a ordem urbanística, o planejamento urbano e, ainda, evitar danos ambientais.



Loteamentos irregulares são identificados com placas

Passagens para Pessoas com Deficiência em São Gabriel

Em agosto de 2014, como resultado de ação civil pública promovida pelo MPRS, a Justiça de São Gabriel determinou, em caráter liminar, a gratuidade da passagem no transporte intermunicipal pela empresa Planalto a pessoas com deficiência e comprovadamente carentes. A decisão prevê ainda isenção para os acompanhantes, sob pena de multa diária no valor de R\$ 6,5 mil. Segundo as investigações, vários passageiros tinham seu deslocamento à Capital prejudicado pela empresa Planalto, concessionária do serviço na cidade, pelo descumprimento da Lei nº 8.899/1994, que garante o benefício às pessoas com deficiência.

Passagens para Pessoas Idosas e com Deficiência em Canguçu

O MPRS, por meio da Promotoria de Justiça de Canguçu, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com uma das empresas prestadoras do serviço público de transporte coletivo e ajuizou ação civil pública em relação às demais empresas atuantes no setor para obter a gratuidade no transporte público às pessoas idosas e às pessoas com deficiências no Município. No âmbito da ação civil pública, foram obtidas liminares obrigando as empresas prestadoras do serviço a absterem-se de cobrar pelo transporte coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e pelo transporte de pessoas com deficiência. Além disso, no TAC firmando com o município de Canguçu, acordou-se a remodelação do sistema de controle e fiscalização do acesso dos usuários com deficiências, e a implementação de mecanismos efetivos de identificação dos usuários e de seus acompanhantes, a fim de prevenir fraudes ao sistema.

Assentamento do MST em São Gabriel

O MPRS coordenou, ao longo do primeiro semestre de 2014, as ações finais do Grupo de Trabalho “Assentamento do MST em São Gabriel”, para monitoramento do cumprimento das ações planejadas. A melhoria das condições de vida dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em São Gabriel é conquista já materializada, fruto de intensa atuação interinstitucional, encerrando-se as ações do Grupo de Trabalho em razão da consecução dos objetivos que determinaram sua criação. Além da garantia de acesso ao ensino fundamental, com a construção de módulos escolares, foram alcançadas melhorias nas estradas que lhes dão acesso.

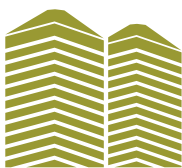
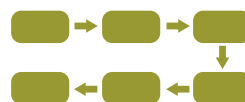
Outro resultado positivo da ação institucional é que se tornou paradigma para enfrentamento das dificuldades burocráticas junto aos órgãos estaduais e municipais, reduzindo-se as formalidades para imprimir maior agilidade nos procedimentos. Destaca-se, também, como desdobramento das ações do Grupo de Trabalho, encaminhamentos junto à Promotoria Regional de Educação para adoção de providências voltadas a assegurar, também, o ensino médio nas escolas dos assentamentos e, ainda, ações voltadas à garantia da merenda escolar.

à ordem urbanística e meio ambiente, além de conferir maior efetividade à atividade-fim, na busca pela resolução das questões sociais.

Defesa da Ordem Urbanística e Assessoramento Técnico-Científico

O MPRS firmou parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Sul (CAU-RS) que contempla duas frentes: a primeira, por meio de termo de cooperação, que prevê a troca de informações sobre o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo e a realização de ações conjuntas para orientar, regular e defender a ordem urbanística, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural; a segunda, por meio de termo de convênio, que prevê apoio na instrução de processos judiciais ou atos investigativos patrocinados ou presididos pelo MPRS. A parceria ajudará a instituição no tratamento de questões relativas

Gestão Administrativa



A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, de pessoas, de processos de trabalho, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Essas atividades são fundamentais para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da Instituição, bem como garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

Além disso, a atuação administrativa empreende esforços em diversos projetos e ações constantes no Mapa Estratégico do MPRS, relacionados, especialmente, aos objetivos das perspectivas “Pessoas e Tecnologia” e “Recursos”.

Gestão de Pessoas

Projetos Estratégicos

Projeto de Integração Regionalizada - PIR

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Comissão de Gestão Estratégica de Pessoas (COGESP) desenvolveu o Programa Envolver, que tem por finalidade congregar os projetos que visam promover o bem-estar de Membros e Servidores através de ações de integração, valorização e reconhecimento das pessoas na Instituição. Esta iniciativa contribui para a melhoria da satisfação das pessoas no trabalho, objetivo expresso no Mapa Estratégico da Instituição.

Neste contexto foi desenvolvido o Projeto de Integração Regionalizada (PIR) composto pela "Mostra de Talentos" e pela "Copa MP", os quais envolveram a promoção de atividades espor-

tivas e culturais que visam à qualificação das relações pessoais e do ambiente de trabalho. Ressalte-se que a principal premissa do projeto foi o envolvimento e integração do maior número de pessoas possível, buscando prestigiar Membros e Servidores não só da Capital, mas principalmente aqueles que atuam no interior do Estado.

Os eventos do PIR foram realizados nos meses de maio, junho, setembro e outubro de 2014 nas Promotorias de Caxias do Sul (abrangendo regiões da Serra, Campos de Cima da Serra e Vale do Taquari), Pelotas (abrangendo regiões Sul e Campanha), Passo Fundo (abrangendo regiões do Planalto, Missões, Médio Uruguai e Alto Jacuí) e Santa Maria (abrangendo regiões Central, Vale do Rio Pardo e Fronteira Oeste).



Programa
Envolver

Além das etapas regionais do PIR, a “Copa MP”, campeonato de futebol society que buscou a integração através do esporte, ainda teve uma fase classificatória em Porto Alegre e uma fase final também realizada na Capital, no mês de novembro, na sede campestre da Associação do Ministério Público. Na disputa do 1º lugar, o time formado por jogadores das Comarcas de São Gabriel, Santana do Livramento e Rosário do Sul venceu a equipe composta por atletas de Santa Maria, Estrela, Lajeado e Pelotas. Na disputa pelo 3º lugar, a equipe composta por integrantes da Unidade de Serviços Gerais, Unidade de Compras e Unidade de Finanças, superou a seleção formada com jogadores da Comarca de Caxias do Sul.



A premiação dos vencedores ocorreu durante a segunda edição da “Mostra de Talentos” ocorrida na Capital, na sede do MPRS, em novembro de 2014. A Mostra teve 43 inscritos, entre Membros, Servidores, Estagiários, Adidos e Terceirizados, nas seguintes modalidades: Fotografia, Artes Plásticas, Literatura e Música. O evento foi realizado na sede do MPRS na capital, no auditório Mondercil Paulo de Moraes, com 23 apresentações de diversas modalidades musicais.



Mostra de Talentos na Capital

Programa de Gestão Estratégica de Pessoas

O MPRS, com o propósito de atender os objetivos estratégicos “Desenvolver e Gerir Competências” e “Melhorar a Satisfação das Pessoas no Trabalho”, criou o Programa de Gestão Estratégica de Pessoas. O Programa tem por finalidade implantar um modelo de Gestão de Pessoas alinhado às necessidades da Instituição, integrando as ações de recursos humanos desde a seleção até a aposentadoria, com vistas a mobilizar Membros e Servidores em prol dos resultados organizacionais.

A primeira etapa do Programa contempla a realização de diagnóstico nos diversos subsistemas de Gestão de Pessoas (Concurso e Seleção, Gestão da Nomeação e Remoção, Capacitação e Desenvolvimento, Gestão de Desempenho e Carreira, dentre outros) a fim de identificar oportunidades de melhoria e apresentar propostas de ações e projetos com o intuito de aperfeiçoar e integrar as funções de Recursos Humanos no MPRS.

Para tanto, foi constituído um grupo de trabalho multidisciplinar, composto pelas principais áreas relacionadas à gestão de pessoas na Instituição, o qual ficou responsável pelo desenvolvimento das atividades do Programa de Gestão Estratégica de Pessoas. Vale destacar que em 2014 foi concluído o diagnóstico dos subsistemas “Concurso e Seleção” e “Gestão da Nomeação e Remoção”, com priorização das ações e projetos a serem implementados.

Paralelamente a este trabalho, o MPRS está participando da Ação Nacional Estruturante do Conselho Nacional do Ministério Público que visa implementar um modelo de Gestão por Competências em todas as unidades do Ministério Público, haja vista a importância desta metodologia no fomento de uma gestão de pessoas orientada a resultados.

Aquisição de Novo Software de Ponto Eletrônico – Ponto Soft

Em 2014, o MPRS, por meio da Divisão de Recursos Humanos, iniciou o projeto para aquisição de um novo software de ponto eletrônico, visando aprimorar os processos aplicados à coleta, apuração, transmissão, recebimento, análise e registro da efetividade dos servidores da Instituição.

Disponível em ambiente web, com acesso por login, a ferramenta racionalizará e tornará efetivo o controle de cumprimento da carga horária, com recursos modernos de TI e virtualização de procedimentos que tornarão o processo de registro e apuração de ponto mais independente, ágil e transparente para servidores e gestores.

O sistema está sendo implantado, por meio de projeto-piloto, em algumas Promotorias de Justiça e em parte das áreas administrativas. A previsão é que até março de 2015 o novo sistema esteja implantado em toda a Instituição.

Concursos Públicos Realizados

Em 2014, foram abertos concursos públicos para diversos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal da PGJ: Assessor, para as áreas do Direito, Administração e Letras, e para os cargos de Geólogo, Assistente Social, Enfermeiro, Médico Clínico-Geral e Engenheiro Civil.

O certame para os cargos de nível médio (Agente Administrativo e Secretário de Diligências), que iniciaram em 2013, foram encerrados e homologados durante o primeiro semestre de 2014.

Além de responsável pela organização e gerenciamento de concursos públicos para os cargos da Carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, a Unidade de Concursos Públicos assumiu a função de organizar e gerenciar os processos seletivos de estagiários do Ensino Médio, Técnico em Administração e nível superior em Administração, tendo realizado em 2014 um total de 13 processos seletivos para as referidas áreas.

Capacitação e Treinamento

O MPRS, com vistas a aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, investe na qualificação permanente de seu quadro de pessoal. No quadro a seguir são apresentados os dados das capacitações realizadas no ano de 2014 pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional:

Dados de Capacitação	
Número de Projetos Educacionais	134
Número de turmas	178
Somatório da carga horária dos Projetos Educacionais	6.775
Total de certificações nos Projetos Educacionais	2.215
Carga Horária média por pessoa, considerando 2.996 pessoas na Instituição (Membros e Servidores)	17,47
Investimento médio por pessoa, considerando 2.996 pessoas na Instituição (Membros e Servidores)	280,75
Média das notas dos projetos educacionais	8,73
Média do índice de aplicabilidade dos conteúdos	95,57%
Número de treinamentos realizados por dia*	1,09
Demais eventos realizados na sede do CEAF	40 com 601 participantes

* Considerados os 162 dias úteis de março à primeira quinzena de dezembro.

Já o quadro abaixo demonstra os investimentos realizados em capacitação nos diversos programas educacionais disponibilizados pela Instituição:

Programas	Investimento	%	Participantes	%	Investimento/ Participante
Direito	31.892,40	3,79	180	8,13	177,18
Atuação Ministerial	62.243,60	7,40	812	36,66	76,65
Integração ao Ministério Público	19.908,64	2,37	242	10,93	82,27
Formação de Gestores	135.831,20	16,15	200	9,03	679,16
Língua Portuguesa	3.060,00	0,36	25	1,13	122,40
Informática Usuário	1.849,00	0,22	37	1,67	49,97
Informática Desenvolvedor	372.437,75	44,28	171	7,72	2.178,00
Assessoramento Técnico	43.640,00	5,19	46	2,08	948,70
Áreas Administrativas	75.154,89	8,93	362	16,34	207,61
Pós-Graduação	45.717,10	5,44	7	0,32	6.531,01
Outras Demandas	41.306,10	4,91	133	6,00	310,57
Despesas Gerais do CEAF	8.100,00	0,96	-	-	-
Total Geral	841.140,68	100	2.215	100	379,75

Dados Estatísticos de RH

Nomeações à Carreira do Ministério Público

Em 2014, com o encerramento do XLVI Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, foram empossados 68 Promotores de Justiça, respeitada a disponibilidade orçamentária e a conformidade com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O ingresso dos novos Membros veio acompanhar o expressivo aumento da atuação da Instituição perante a sociedade, além de suprir o déficit histórico na carreira, agravado por desligamentos diversos.

Cargo	Cargos Criados	Cargos Lotados			Cargos Vagos		
		2012	2013	2014	2012	2013	2014
Procurador de Justiça	170	111	117	121	29	23	49
Promotor de Entrância Final	285	215	222	238	70	63	47
Promotor de Entrância Intermediária	297	228	234	225	68	63	72
Promotor de Entrância Inicial	184	93	67	115	91	117	69

Fonte: BI/DRHUM, em 18/11/2014

Movimentação na Carreira do Ministério Público

Visando adequar o quadro de Membros à demanda de serviço da Instituição, promoveu-se a seguinte movimentação na carreira em 2014:

Entrância	Promoções		Remoções	
	2013	2014	2013	2014
Procurador de Justiça	7	7	6	10
Promotor de Entrância Final	14	20	26	31
Promotor de Entrância Intermediária	25	15	49	53
Promotor de Entrância Inicial	-	-	14	5
Total	46	42	95	99

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados, em 17/11/2014

Nomeações de Servidores

As nomeações de Servidores foram efetuadas visando suprir as vacâncias decorrentes das exclusões de pessoal no quadro, como aposentadorias, exonerações e falecimentos, além de contemplar as necessidades de pessoal decorrentes do crescimento da Instituição.

Neste contexto, foram empossados e entraram em exercício 175 novos Servidores, número representado principalmente por Assessores - Área Jurídica, Agentes Administrativos e Secretários de Diligências.

O demonstrativo abaixo ilustra a quantidade de Servidores que entraram em exercício por cargo:

Cargo	Total
Agente Administrativo	54
Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	60
Secretário de Diligências	49
Técnico em Informática - Apoio ao Usuário	2
Técnico em Informática - Equipamentos	2
Técnico em Informática - Intranet/Internet	1
Técnico em Informática - Sistemas	4
Técnico Superior de Informática	3
Total	175

Fonte: BI/DRHUM, em 18/11/2014

Evolução dos Recursos Humanos – 2010 a 2014

Ano	Total de Membros	Total de Servidores*	Total de Membros e Servidores
2010	654	2.084	2.738
2011	660	2.035	2.695
2012	647	2.109	2.756
2013	640	2.141	2.781
2014	699	2.298	2.997

* Inclui os de provimento efetivo, adidos, cargos em comissão e estabilizados

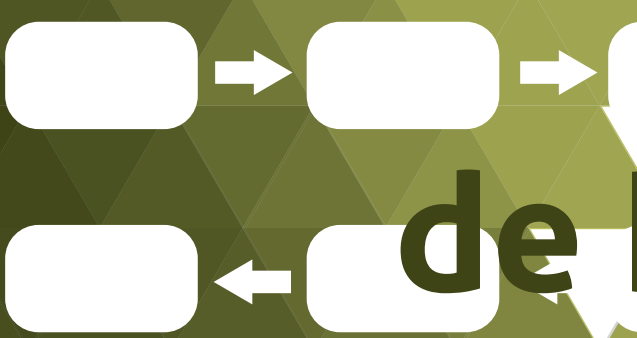
Fonte: BI/DRHUM, em 18/11/2014

Dados de Pessoal Fornecidos ao Conselho Nacional do Ministério Público

Total de Servidores*	Total de Membros e Servidores
Nº Membros de 1ª Instância	111
Nº Membros de 2ª Instância	229
Nº Membros de 3ª Instância	238
Nº de cargos de Servidores de carreira existentes	2.210
Nº de cargos de Servidores de carreira providos	1.766
Nº de Cargos em Comissão existentes	761
Nº de Cargos em Comissão providos	458
Nº de vagas existentes para estagiários (Direito)	1.795*
Nº de vagas existentes para estagiários (outras áreas, exceto da área de TI)	-

(*) O número refere-se ao total de vagas existentes no quadro. A distribuição em cada área ocorre de acordo com a necessidade/requisição.

Fonte: BI/DRHUM, em 18/11/2014 e BI/Folha, folha normal de outubro/2014



Gestão de Processos de Trabalho

Projetos Estratégicos

Reestruturação Organizacional e de Processos

Uma das frentes de trabalho do novo convênio firmado em 2014 entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) e a consultoria Falconi tem o foco na melhoria dos processos de trabalho. Esta frente visa reestruturar a área administrativa, de modo a aprimorar a gestão das áreas de apoio do MPRS, por meio da revisão da estrutura organizacional e de 10 macroprocessos de trabalho. Os resultados esperados são: melhorar a produtividade, eliminar retrabalhos e aumentar a segurança na execução dos processos administrativos e de suporte interno.

Os dez processos de trabalho prioritizados foram escolhidos com base no

alinhamento estratégico, entrevistas com os coordenadores e pesquisas de opinião com Membros e Servidores para identificar as áreas com mais dificuldades de atendimento e interlocução com o seu público-alvo. São eles:

- 1. Gerir Compras:** visa automatizar tarefas e eliminar etapas que não agregam valor, a fim de evitar retrabalho e aumentar a aderência ao plano anual de compras;
- 2. Finalizar Contratos:** tem por objetivo padronizar o processo aumentando a capacidade de fiscalização do objeto contratual, sem aumento de custos;
- 3. Gerir Contratos:** visa aprimorar a gestão administrativa dos contratos, através da padronização do processo, evitando contratações emergenciais e descontinuidade dos serviços;
- 4. Gerir Execução Orçamentária e Financeira:** objetiva automatizar tarefas e aprimorar a interface com demais processos, eliminando o retrabalho e trazendo celeridade ao empenho, liquidação e pagamento;

5. Realizar controle interno: visa implantar o novo processo, realizando as auditorias e identificando os pontos de risco para tratamento sistemático, visando aumentar a confiabilidade dos processos;

6. Gerir demandas por soluções de TI: objetiva sistematizar rotina de gestão das demandas, com o intuito de aumentar a capacidade de entrega e a aderência aos prazos negociados;

7. Prestar Assessoria Jurídica: visa à padronização do atendimento realizado pelos Centros de Apoio Operacionais (CAOs) às Promotorias, com o direcionamento mais adequado das demandas, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a satisfação dos usuários;

8. Prestar Assessoria Técnica: tem por objetivo padronizar o atendimento das demandas pelas unidades da Divisão de Assessoramento Técnico (DAT), visando à redução do tempo de atendimento e o alinhamento às políticas da Instituição;

9. Gerir Registros Funcionais: objetiva automatizar o processo de registros funcionais, de forma a reduzir o retrabalho e mitigar o risco de não conformidades na folha de pagamento;

10. Gerir diárias e deslocamentos: visa centralizar o processo e definir a estrutura adequada para aumentar a eficiência, reduzir o retrabalho e minimizar os erros.

O cronograma de trabalho prevê duas macroetapas. A primeira iniciou em junho de 2014 e envolve as atividades de mapeamento dos processos atuais, definição de indicadores e metas, redesenho dos processos, elaboração dos planos de ação e dimensionamento das equipes. A segunda etapa iniciou em dezembro de 2014 e envolve o acompanhamento sistemático da implantação das ações e dos resultados. O encerramento do projeto está previsto para julho de 2015.

Cabe ressaltar, ainda, o êxito da parceria do MPRS com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) e com a Consultoria Falconi, evidenciado através da conquista, em 2014, do 2º lugar do Prêmio CNMP na categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional, com o projeto "Reestruturação do Processo de Investigação". O projeto, desenvolvido em 2013, visava à redução do tempo de tramitação dos In-

quéritos Cíveis (ICs) na Instituição, bem como a garantia de uma maior concentração de esforços nas investigações com maior relevância social.

Certificação das Promotorias de Justiça

No ano de 2014 o MPRS deu continuidade ao processo de certificação das Promotorias de Justiça. O processo faz parte do Programa de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público (PROPAD) que visa, dentre outras atividades, implantar a padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas no âmbito das Promotorias de Justiça e dos setores administrativos. Além disso, prevê a implantação de um modelo de avaliação da conformidade com vistas à certificação das Promotorias de Justiça, de modo a reconhecer aquelas que estão trabalhando de forma eficiente e eficaz, considerando os padrões estabelecidos pelo PROPAD. Desse modo, em 2014 foram certificadas 159 Promotorias de Justiça, sendo 103 na primeira etapa, 44 na segunda e 12 na terceira.

No referido ano também foi instituído o Prêmio PROPAD de Excelência com o objetivo de destacar, em cada uma das três etapas de Certificação, a Promotoria de Justiça que apresentou o melhor desempenho na realização de seus processos de trabalho entre outubro de 2013 e outubro de 2014, conforme critérios de avaliação estabelecidos pelo Programa. A entrega do prêmio foi realizada durante o evento "Mostra de Talentos", ocorrido em novembro, na Sede do MPRS. As Promotorias de Justiça de Santiago foram premiadas na primeira etapa de certificação, as Promotorias de Justiça de Estrela, na segunda, e as Promotorias de Justiça de Campo Bom e Flores da Cunha na terceira.



Gestão de Tecnologia da Informação

Projetos Estratégicos

Sistema de Informações do MPRS - SIM

Em 2014, foi concluído o desenvolvimento do módulo extrajudicial (investigação) do MPRS no Sistema de Informações do MPRS (SIM), o qual passará a tramitar e armazenar todos os procedimentos investigatórios da Instituição em formato eletrônico.

O SIM englobará os sistemas da área fim e o Sistema de Protocolo do MPRS e tem por objetivo aumentar a produtividade, facilitando as atividades dos Membros e Servidores, bem como qualificar a informação no âmbito da Instituição, através da construção de uma base de dados unificada, disponibilizando informações para a tomada de decisões.

O novo Sistema de Informações do

MPRS inaugura um conceito em usabilidade de sistemas de informação na Instituição, com foco na facilidade e intuitividade de uso com vistas ao aumento da produtividade e qualidade de dados sem onerar o usuário final do sistema, através de uma interface totalmente orientada a tarefas e fluxos de trabalho aderentes ao PROPAD.

Em novembro de 2014 teve início a implantação do sistema no formato de um projeto-piloto nas Promotorias de Justiça de Eldorado do Sul, Dois Irmãos e São Pedro do Sul.

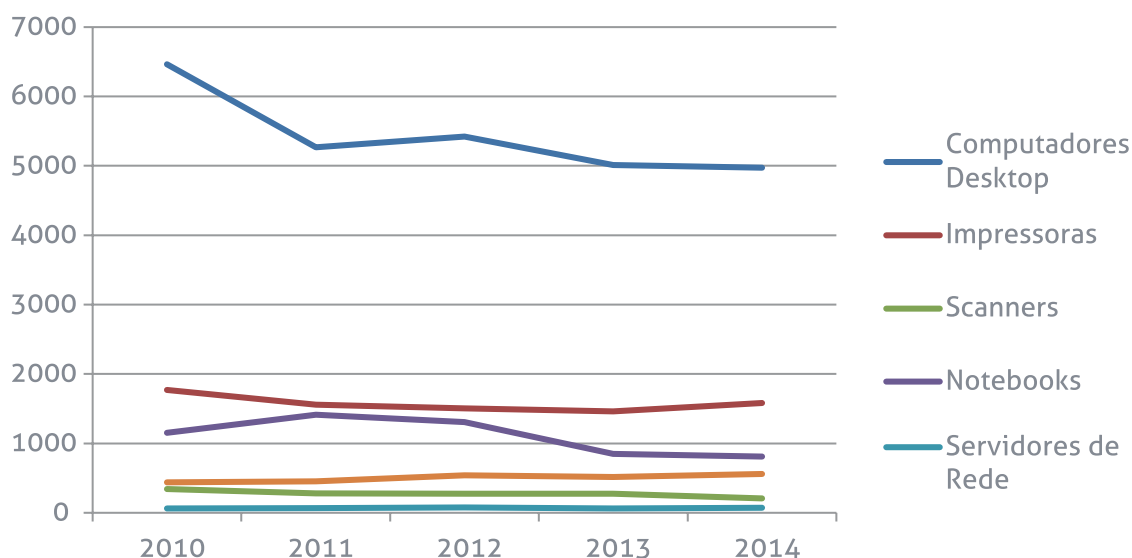
Evolução dos Ativos de TI/ Modernização Tecnológica

Em 2014, o MPRS, seguiu trabalhando na racionalização dos recursos de impressão, em consonância com os objetivos estabelecidos pelo projeto AGIR, que busca redução de custos operacionais. Neste âmbito, promoveu-se a substituição de 172 impressoras multifuncionais, que tiveram seu contrato de locação expirado, além do acréscimo de 77 novas impressoras. Esta iniciativa permitiu a redução do custo por cópia, além de disponibilizar melhores recursos, especialmente no que diz respeito à digitalização de documentos, prevenindo sua utilização nas atividades do processo eletrônico.

Por fim, a ferramenta de Business Intelligence foi amplamente utilizada para a monitoração e análise de informações destes equipamentos, permitindo a racionalização em sua distribuição e utilização.

Abaixo é apresentado gráfico com evolução do parque de equipamentos do MPRS:

Evolução de Ativos de TI



Em relação ao gráfico, três observações são necessárias:

(1) Este ano em "Computadores Desktop" estão contabilizados apenas os equipamentos ativos, situação que justifica sua estabilidade quando comparado a anos anteriores, que somavam equipamentos em estoque e os retirados do parque aguardando doação.

(2) Em "Impressoras" estão contabilizados os equipamentos próprios e locados.

(3) Em "Scanners" estão contabilizados também os equipamentos de reprografia que tem a função de digitalização de documentos, situação que explica a redução na quantidade em 2014 devido à locação de multifuncionais.

Gestão Orçamentária e Financeira

Projetos Estratégicos

Programa Agir – Atitudes que Geram Integração e Resultados

Em 2014, o MPRS deu seguimento ao Programa AGIR, o qual foi concebido para envolver toda a Instituição na modernização de sua gestão, baseando-se em quatro pilares: Responsabilidade compartilhada (aproximar Promotorias e Administração através de gestão integrada); Consumo consciente (utilizar recursos de maneira sustentável e incrementar a capacidade de investimento da Instituição); Geração de boas práticas (compartilhar iniciativas e práticas de sucesso); e, Reconhecimento das pessoas (valorizar atitudes).

O Programa, que está vinculado aos objetivos estratégicos “Assegurar os recursos necessários e qualificar sua gestão”, “Melhorar a estrutura orgânica e a gestão

administrativa” e “Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões”, manteve a sistemática de planejamento e controle mensal de despesas nos diversos órgãos do MPRS visando à racionalização dos gastos.

As despesas descentralizadas (água, correios, energia elétrica, material de expediente, papel, suprimentos de impressora e telefone) foram acompanhadas mensalmente, sendo identificados possíveis desvios em seu comportamento e promovida a adoção de melhores práticas visando racionalização dos gastos. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de sistema para Ateste Eletrônico de Ligações.

Ressalta-se que também foram promovidas ações de melhoria em relação às contas de controle centralizado, com ênfase à nova forma de contratação de link de dados e, no que tange à receita extraorçamentária, destaca-se a ação que promoveu o leilão de veículos.

No quadro abaixo são demonstrados os principais resultados do Programa Agir em 2014:

Resultado do Programa Agir	
Economia nas contas de controle descentralizado	R\$ 241.769,28
Economia nas contas de controle centralizado	R\$ 4.247.783,43
Receita extraorçamentária	R\$ 398.700

Execução Orçamentária

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul assegurou, para o exercício de 2014, um orçamento de R\$ 815.425.153,00 (oitocentos e quinze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e três reais), sendo que o orçamento do Estado, previsto na Lei n.º 14.375/2013, foi de R\$ 51.019.832.487,00 (cinquenta e um bilhões, dezenove milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais). Segue abaixo o quadro evolutivo dos últimos cinco anos:

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público*	
	Orçamento Aprovado	Receita Corrente Líquida	Orçamento Aprovado	Orçamento Empenhado
2010	32.931.434.032,00	20.297.846.621,21	565.090.680,00	583.767.466,03
2011	35.253.084.213,00	21.927.904.938,78	597.914.546,00	628.351.751,99
2012	40.264.489.977,00	23.710.653.600,52	646.854.590,00	702.852.416,07
2013	45.253.553.597,00	26.387.876.167,82	733.029.425,81	755.171.993,44
2014	51.019.832.487,00	28.633.465.815,75	815.425.153,00	842.404.256,85

*Valores contemplam somente recursos livres.

Fontes: FPE, Orçamento e Balanço Geral do Estado.

Receita Corrente Líquida x Orçamento Empenhado no Ministério Público

O quadro abaixo demonstra o comparativo entre a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado com o volume de recursos disponibilizado ao MPRS nos últimos 5 anos.

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Receita Corrente Líquida	% Crescimento **	Orçamento Empenhado*	% Crescimento
2010	20.297.846.621,21		589.397.331,15	
2011	21.927.904.938,78	8,03	628.542.385,77	6,64
2012	23.710.653.600,52	16,81	703.359.026,43	19,33
2013	26.387.876.167,82	30,00	755.398.972,44	28,16
2014	28.633.465.815,75	55,12	842.404.295,80	42,93

*Valores contemplam recursos livres e vinculados

** Ano base para comparação com os demais: 2010

Orçamento de 2014 por Grupo de Despesa: Aprovado x Empenhado

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Empenhado, no âmbito do MPRS, em 2014, por grupo de despesas.

Orçamento	Pessoal e Encargos Sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Aprovado	711.265.497,00	77.487.862,00	26.671.794,00	815.425.153,00
Empenhado	713.600.334,13	93.202.651,01	35.601.271,50	842.404.256,85

Valores contemplam somente recursos livres

A despesa orçamentária empenhada no ano de 2014 foi de R\$ 842.404.256,85 (oitocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), considerando-se tão somente os recursos livres, representando 103,31% do orçamento aprovado para o exercício, tendo em vista suplementação obtida junto ao Poder Executivo. Do total empenhado, 11,06% foram

destinados a despesas de custeio, 4,23% a despesas de capital e 84,71% a despesas de pessoal.

Verifica-se que o índice de execução orçamentária, utilizado para medir objetivo orçamentário do Mapa Estratégico do MPRS, foi superior à meta prevista. Demonstra, deste modo, o esforço empregado pela Instituição no sentido de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Em relação aos R\$ 713.600.334,13 (setecentos e treze milhões, seiscentos mil, trezentos e trinta e quatro reais e treze centavos) destinados às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais cumpre referir que o respectivo montante enquadra-se nos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como que o percentual de 84,71% em relação ao total do executado justifica-se plenamente tendo em vista a natureza das atividades da Instituição, as quais caracterizam-se essencialmente como prestação de serviços públicos.

Despesas de Custeio

No que diz respeito aos R\$ 93.202.651,01 (noventa e três milhões, duzentos e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais e um centavo) destinados a Outras Despesas Correntes, cabe destacar que os valores mais expressivos referem-se às despesas com a locação de mão de obra (vigilância e segurança, limpeza e higiene, CVMI), e prestação de serviços por terceiros (luz, água, telefonia, processamento de dados, conservação de bens móveis), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Outras Despesas Correntes - Custeio	
Locação de Mão de Obra	24.922.546,51
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	18.074.492,05
Indenizações e Restituições	12.934.788,63
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	11.484.822,33
Auxílio-Alimentação	7.751.814,35
Diárias	3.731.329,25
Serviços de Consultoria	3.168.192,47
Outros Benefícios Assistenciais	3.151.311,41
Auxílio-Transporte	2.885.958,23
Outras Despesas	5.097.395,78
Total	93.202.651,01

Salienta-se que o montante aplicado foi adequado ao perfil de distribuição de recursos no MPRS, considerando-se os grupos de despesa, bem como está ajustado em relação às necessidades de manutenção da infraestrutura e das demais despesas de custeio da Instituição no exercício de 2014.

Despesas com Investimentos e Inversões

Em relação aos R\$ 35.601.271,50 (trinta e cinco milhões, seiscentos e um mil, duzentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) destinados às Despesas de Capital, cabe destacar que os valores mais expressivos referem-se aos investimentos empregados em obras e às aquisições de equipamentos de informática e mobiliário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Despesas de Capital – Investimentos e Inversões	
Obras e Instalações	25.228.444,26
Processamento de Dados e Microfilmagem	5.836.844,26
Mobiliário em Geral	1.884.817,80
Veículos e/ou Equipamento	1.342.303,80
Diversos (Patrimônio/Engenharia/Telefonia/Biblioteca)	1.308.861,38
Total	35.601.271,50

Cumprе destacar a permanente preocupação da Instituição com as instalações físicas das Promotorias, sendo que muitas destas foram reformadas, recuperadas e outras construídas, para dar maior conforto e proporcionar um ambiente mais funcional não só para os seus Membros e Servidores, mas, principalmente, para o cidadão que busca em nossas diversas áreas um amparo para as suas dificuldades e para o auxílio na resolução dos seus problemas.

Nesta esteira, o MPRS busca atualizar sua estrutura por meio da aquisição de equipamentos e sistemas de informática, sempre no intuito de qualificar ainda mais o controle e a informação, dando uma resposta rápida às demandas que lhes são encaminhadas quer dos outros Poderes ou dos demais segmentos da sociedade gaúcha.

Aquisições de Bens e Serviços

No que tange às aquisições de bens e serviços, 2014 refletiu os anos anteriores com aferição de economia nos procedimentos licitatórios, em especial pela Cotação Eletrônica de Preços (Lei Estadual n.º 13.179/2009) e pelo Pregão Eletrônico (Lei Estadual n.º 13.191/2009), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Modalidade	Valor Estimado	Valor Licitado	% Economia
Convite	272.825,90	221.712,68	18,73%
Tomada de Preço	11.555.163,07	10.945.752,23	5,27%
Concorrência	13.617.722,13	12.388.958,81	9,02%
Pregão Presencial	228.157,24	55.500,00	75,67%
Pregão Eletrônico	60.415.425,04	25.882.180,40	57,16%
Cotação Eletrônica	302.519,84	245.997,94	18,68%
Leilão	265.616,75	398.700,00	*50,10%
Totais	86.657.429,97	50.138.802,06	42,45%

*Este índice (50,10%) refere-se ao superávit em relação ao valor estimado para o leilão n.º 01/2014

Destaca-se que, em determinados procedimentos, o percentual economizado superou marca de 50%, como o pregão eletrônico, que registrou a média de 57,16% de economia¹. Um exemplo é a contratação de prestação de serviços de conectividade IP – rede de comunicação de dados de alta velocidade para interconexão entre Promotorias e Sedes Administrativas do MPRS para acesso à Intranet e Internet –, licitação a qual atingiu as expressivas marcas de 87,51% (lotes 1, 2 e 3) e 84,56% (lote 4) de economia.

As cotações eletrônicas de preço também registraram índices de economia, perfazendo, em média, o valor percentual de 18,68%.

Cumprе destacar que as licitações realizadas pelas modalidades convencionais ou presenciais registraram índices de 9,02% (Concorrência), de 5,27% (Tomada de Preços), de 18,73% (Convites) e de 75,67% (Pregões Presenciais).

¹Todas as referências à economia obtida levam em consideração o valor reservado para a compra/contratação (chamado de valor “estimado”) e o efetivamente pago pelo bem/serviço (valor “efetivo” ou “licitado”).



Gestão da Infraestrutura Predial

Iniciativas Realizadas

Adequação das Sedes do MP às Normas de Acessibilidade

Em 2014, o MPRS seguiu realizando a execução de obras em alguns de seus prédios a fim de adequar as edificações e os serviços às normas de acessibilidade, conforme dispõe a Resolução n.º 81/2012 do CNMP.

As obras foram contempladas na programação do ano, com a reforma e criação de banheiros especiais, adequação de acessos, de áreas de circulação, enquadramento de guichês de atendimento, dentre outros.

Dessa forma, os prédios que sofreram intervenção ficaram aptos a receber pessoas com necessidades especiais em todos os seus ambientes. Para 2015 está prevista a conclusão de mais 24 obras de acessibilidade nos prédios do MPRS.

Obras Concluídas em 2014

Localidade	Modalidade	Área (m²)	Conclusão
Bento Gonçalves	Ampliação / Acessibilidade	1.292	28.02.2014
Campina das Missões	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	161,20	05.05.2014
Candelária	Acessibilidade / Manutenção	244,71	28.05.2014
Esteio	Manutenção / Reforma	52	03.07.2014
Frederico Westphalen	Sede Nova / Acessibilidade / Cobertura	718	13.08.2014
Giruá	Acessibilidade / Manutenção	295,97	22.07.2014
Gravataí	Manutenção / Reforma	616	10.11.2014
Lajeado	Acessibilidade / Manutenção	1.015,31	23.07.2014
Nonoai	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	170,32	29.07.2014
Pinheiro Machado	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	134,60	11.11.2014
POA – Sede Aureliano	Reforma / Manutenção	1.743	15.09.2014
Santa Bárbara do Sul	Acessibilidade / Manutenção	183,46	21.01.2014
Santana do Livramento	Reforma / Manutenção	40	19.08.2014
Santo Augusto	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	377,52	20.08.2014
Santo Cristo	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	167,40	13.06.2014
Tapes	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	436,20	20.11.2014
Triunfo	Manutenção / Reforma	264	24.01.2014
Uruguaiana	Cobertura / Acessibilidade / Manutenção	1.253,14	06.11.2014

Dados da Infraestrutura Predial

No ano de 2014, foram edificados 1.864,04 m² compreendendo construções, ampliações e melhorias.

Atualmente, o MPRS conta com 155 sedes próprias, destas 145 localizam-se no interior e 10 em Porto Alegre. O número de Promotorias instaladas em espaços locados é de 22, sendo 15 locações de terceiros (interior) e sete do Tribunal de Justiça (4 no interior e 3 em Porto Alegre).

Quadro Demonstrativo das Sedes Próprias

Ano	Sedes Próprias	Total de Sedes Próprias
até 2002	43	43
2003	11	54
2004	18	72
2005	25	97
2006	14	111
2007	17	128
2008	5	133
2009	11	144
2010	5	149
2011	6	154*
2012	1	154**
2013	3	155***
2014	1	155****

*Em 2011 foram construídas seis novas sedes, entre elas a de Horizontina que, apesar de já possuir sua sede própria teve que entrar na programação em decorrência da mudança de endereço do Fórum. Por este motivo o total de sedes passou para 154 e não 155 (que seria o somatório do ano anterior com as construídas em 2011).

** Em 2012 foi construída uma nova sede, a de São Luiz Gonzaga que, apesar de já possuir sua sede própria teve que entrar na programação em decorrência da mudança de endereço do Fórum. Por este motivo o total de sedes permaneceu o mesmo de 2011.

*** Em 2013 foram construídas três novas sedes, a de Iraí, Portão e Vacaria. Ocorre que Iraí e Vacaria já possuíam sedes próprias, e tiveram que entrar na programação em decorrência da mudança de endereço dos Fóruns. Por este motivo o total de sedes passou para 155 e não 157.

**** Em 2014 foi construída uma nova sede em Frederico Westphalen, cidade que já possuía sede própria mas que não comportava o efetivo existente. Por este motivo o número de sedes próprias não foi alterado.

